



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA DE LOURDES SOUZA LEITE

**EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: a V Feira Paraibana de Ecosol**

João Pessoa – PB  
2011

MARIA DE LOURDES SOUZA LEITE

**EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: a V Feira Paraibana de Ecosol**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Popular

Orientador: Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto

João Pessoa – PB  
2011

L533e Leite, Maria de Lourdes Souza.  
Educação em Economia Solidária: a V Feira Paraibana de Ecosol/Maria de Lourdes Souza Leite. - João Pessoa: [s.n.], 2011.  
119f. : il.  
Orientador: José Francisco de Melo Neto.  
Dissertação (Mestrado) – UFPB - CE.  
1. Educação Popular. 2. Economia Solidária. 3. Feira de Economia Solidária.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

MARIA DE LOURDES SOUZA LEITE

EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: a V Feira Paraibana de Ecosol

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

COMISSÃO EXAMINADORA

---

PROF. DR. JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO – PPGE/UFPB  
Orientador

---

PROF. DR. LUIZ GONZAGA GONÇALVES – PPGE/UFPB  
Examinador

---

PROF. DR. ANÍSIO JOSÉ DA SILVA ARAÚJO - PPGP/UFPB  
Examinador

Aos meus pais (em memória)  
Francisca Souza Diniz e Manoel Assis Leite,  
pelo esforço e dedicação na minha educação.

## **AGRADECIMENTOS**

Durante o período em que se deu a construção deste trabalho, diversas pessoas contribuíram de forma significativa e valiosa, às quais expresso um profundo agradecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, pelo apoio, paciência, e orientação, proporcionando-me as bases e a liberdade, tão fundamentais, para seguir o percurso desta pesquisa. O senso crítico, dinamismo, entusiasmo e compromisso social, com que trabalha me estimularam na elaboração deste trabalho.

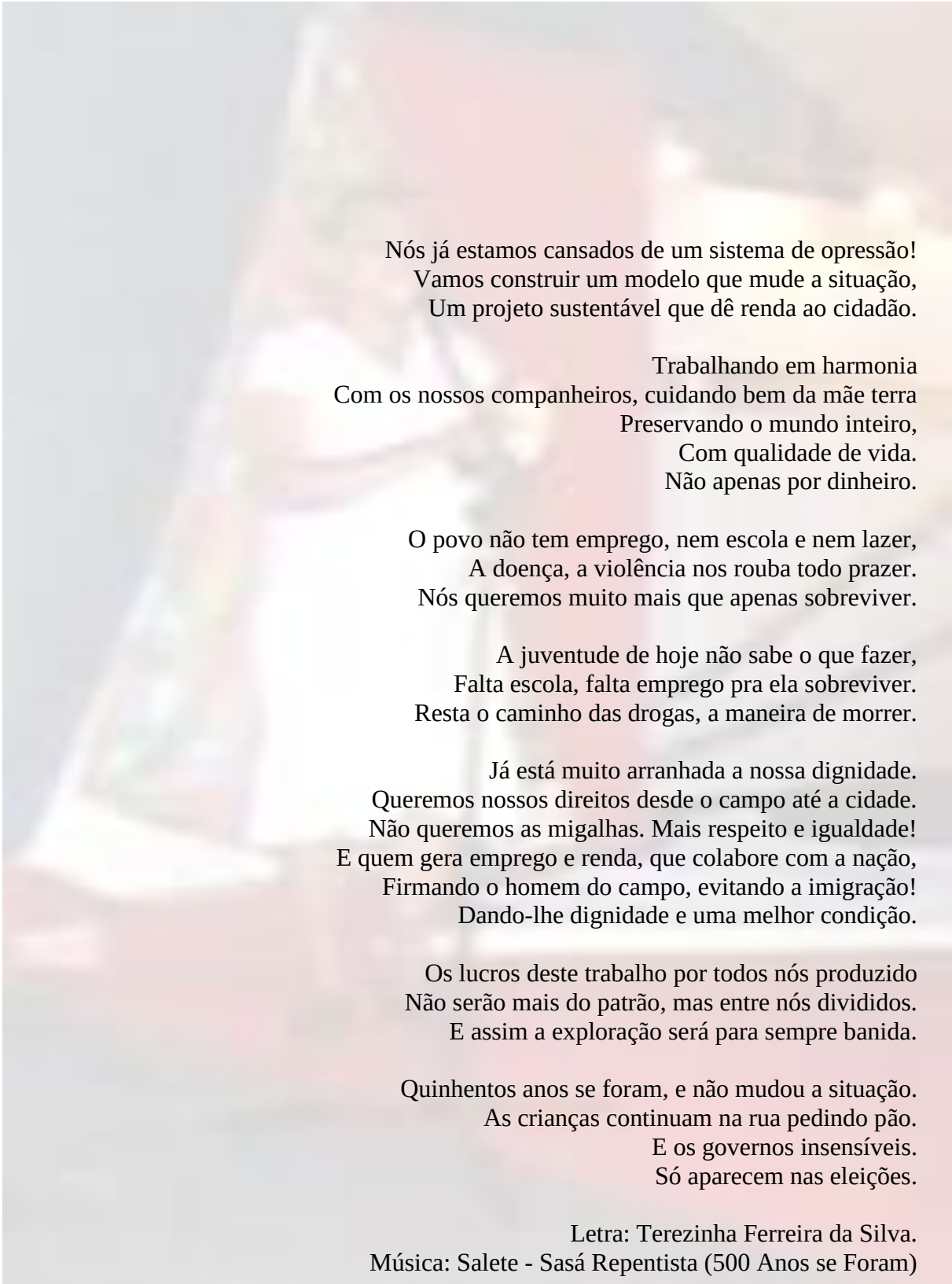
Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Eliana Monteiro Moreira, Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo e Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves pelas leituras atentas, comentários inspiradores e contribuições teóricas a esta pesquisa proporcionando novos olhares sobre o nosso objeto de estudo.

Aos (as) Empreendedores (as) que aceitaram ser entrevistados (as), pela disponibilidade e atenção em meio a tantos afazeres, tornando possível a realização deste trabalho.

Ao grupo Extelar – Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, pelas sugestões na elaboração deste trabalho. Aos professores e funcionários do PPGE, pela parceria fundamental e indispensável no que diz respeito à jornada acadêmica.

As minhas irmãs Antônia e Maria das Graças pelo apoio que me deram. Aos meus sobrinhos (as) que amo tanto.

As minhas amigas Gisânia Carla, Hosana Celi e Ana Cecília, pelo apoio, companheirismo e convivência sempre enriquecedora. Aos amigos (as) do grupo de Teatro Pedagógico pelos bons momentos juntos.



Nós já estamos cansados de um sistema de opressão!  
Vamos construir um modelo que mude a situação,  
Um projeto sustentável que dê renda ao cidadão.

Trabalhando em harmonia  
Com os nossos companheiros, cuidando bem da mãe terra  
Preservando o mundo inteiro,  
Com qualidade de vida.  
Não apenas por dinheiro.

O povo não tem emprego, nem escola e nem lazer,  
A doença, a violência nos rouba todo prazer.  
Nós queremos muito mais que apenas sobreviver.

A juventude de hoje não sabe o que fazer,  
Falta escola, falta emprego pra ela sobreviver.  
Resta o caminho das drogas, a maneira de morrer.

Já está muito arranhada a nossa dignidade.  
Queremos nossos direitos desde o campo até a cidade.  
Não queremos as migalhas. Mais respeito e igualdade!  
E quem gera emprego e renda, que colabore com a nação,  
Firmando o homem do campo, evitando a imigração!  
Dando-lhe dignidade e uma melhor condição.

Os lucros deste trabalho por todos nós produzido  
Não serão mais do patrão, mas entre nós divididos.  
E assim a exploração será para sempre banida.

Quinhentos anos se foram, e não mudou a situação.  
As crianças continuam na rua pedindo pão.  
E os governos insensíveis.  
Só aparecem nas eleições.

Letra: Terezinha Ferreira da Silva.  
Música: Salete - Sasá Repentista (500 Anos se Foram)

## RESUMO

Nosso objetivo neste estudo é analisar a dimensão educativa no processo de construção e realização da V Feira Paraibana de Economia Solidária (Ecosol). Busca-se identificar os elementos constitutivos da Ecosol nesse processo e qual a sua vinculação com a Educação Popular, na perspectiva de construir uma nova forma de organização econômica solidária, que vise à geração de trabalho e renda, através de práticas solidárias organizadas pelos sujeitos empreendedores, com o apoio das Instituições de Fomento ao Movimento Estadual de Ecosol e do Governo Federal. Para tanto, tomamos como referência o ano de 2006, período em que o Movimento da Ecosol na Paraíba foi contemplado pelo Programa Nacional de Feiras de Ecosol, como também passou a assumir o desafio de inserir nesses eventos um espaço educativo. A suposição central que norteou nossas buscas neste trabalho foi a de que as ações educativas realizadas pelas Instituições de Fomento ao Movimento da Ecosol na Paraíba têm contribuído para que os sujeitos se percebam como sujeitos de direito, bem como para a organização de suas ações de resistência à economia capitalista. A metodologia que elegemos para guiar nossa pesquisa foi a abordagem qualitativa através das técnicas de entrevista semiestruturada, pesquisa documental, registro fotográfico, participação em seminários, palestras e atividades de organização e realização da Feira, e revisão bibliográfica. A partir da análise das falas dos sujeitos entrevistados e da prática concreta da organização e realização da Feira, compreendemos que esse evento configura-se como uma ação econômica organizada de forma solidária, cooperativa e autogestionária. Mesmo com as dificuldades encontradas, as ações educativas presentes nessa experiência, de forma explícita ou implícita, estão voltadas para a emancipação dos sujeitos na perspectiva de (re) colocá-los no seu lugar de direito.

**Palavras-chave:** Educação Popular, Economia Solidária, Feira de Economia Solidária.

## ABSTRACT

Our goal in this study is to analyze the educational dimension in the construction and realization of V Fair Paraibana Solidarity Economy in Paraiba, seeking to identify the elements of the solidarity economy in the process and what is its connection with popular education, the prospect of building a new form of economic organization supportive, aimed at generating employment and income, through practices of solidarity organized by subjects entrepreneurs with the support of Sponsoring Organizations of the Movement in the State and Federal Government. For this, we refer back to 2006, during which the movement of Ecosol Paraiba was awarded by the National Fair Ecosol. As also happened to take up the challenge of inserting an educational space at these events. The central assumption that guided our work in that search was that the educational activities undertaken by institutions that promote the Movement of Paraiba Ecosol have contributed to the subjects see themselves as subjects of law and his actions in organizing resistance capitalist economy. The methodology that we elected to guide our research was the qualitative approach through the techniques of semi-structured interviews, documentary research, photographic documentation, participation in seminars, lectures and activities of the organization and the Fair and literature review. Despite the difficulties, educational activities, present this experience in ways explicitly or implicitly, are focused on the emancipation of the subject in view of (re) places them in their rightful place.

**Key-words:** Popular Education and Economy Solidarity, Fair Solidarity Economy.

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

|        |                                                                         |    |
|--------|-------------------------------------------------------------------------|----|
| FOTO 1 | Primeiro dia da V Feira de Ecosol/PB: movimentação dos visitantes.....  | 74 |
| FOTO 2 | Momento de comercialização durante a V Feira de Ecosol/PB.....          | 85 |
| FOTO 3 | Mosaico de produtos comercializados na V Feira de Ecosol/PB.....        | 88 |
| FOTO 4 | Momento de uma palestra sobre o contexto atual da Ecosol.....           | 89 |
| FOTO 5 | Empreendedoras compartilhando saberes na V Feira de Ecosol/PB.....      | 92 |
| FOTO 6 | Momento cultural compartilhado na V Feira de Ecosol/PB.....             | 96 |
| FOTO 7 | Desfile realizado na V Feira com confecções e acessórios da Ecosol/PB.. | 98 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|          |                                                                    |    |
|----------|--------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 | Características da Ecosol.....                                     | 35 |
| FIGURA 2 | Atores do Movimento da Economia Solidária no Brasil.....           | 51 |
| FIGURA 3 | Equipes para organização e realização da V Feira de Ecosol/PB..... | 80 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|           |                                                                     |    |
|-----------|---------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1 | Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Paraíba... | 41 |
|-----------|---------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE QUADROS**

|          |                                                                  |    |
|----------|------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 | Tipologia dos Empreendimentos da Ecosol no Brasil.....           | 40 |
| QUADRO 2 | Empreendimentos e Instituições Membros do Fórum de Ecosol/PB.... | 44 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |                                                                                                                |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ADS</b>     | Agência de Desenvolvimento Solidário                                                                           |
| <b>AMDE</b>    | Agência Municipal de Desenvolvimento                                                                           |
| <b>ANCOSOL</b> | Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária                              |
| <b>ANTEAG</b>  | Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão                                                  |
| <b>CASSEMA</b> | Cooperativa de Artesanato e Confecção de Vestuários Afins e Eventos das Malvinas em Campina Grande             |
| <b>CCHLA</b>   | Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes                                                                     |
| <b>CFES</b>    | Centro de Formação em Economia Solidária                                                                       |
| <b>CLT</b>     | Consolidação das Leis do Trabalho                                                                              |
| <b>CNES</b>    | Conselho Nacional de Economia Solidária                                                                        |
| <b>CNFES</b>   | Centro Nacional de Formação em Economia Solidária                                                              |
| <b>CRFES</b>   | Centro Regional de Formação em Economia Solidária                                                              |
| <b>COCRAB</b>  | Cooperativas Agropecuárias nos Artesanatos de Reforma Agrária, da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria. |
| <b>COPAC</b>   | Coordenação de Programas de Ação Comunitária                                                                   |
| <b>COPREX</b>  | Coordenação de Cursos e Programa de Extensão                                                                   |
| <b>CPVA</b>    | Cooperativa Prestadora de Serviço de Confecção e Artesanato                                                    |
| <b>CUT</b>     | Central Única dos Trabalhadores                                                                                |
| <b>DIEESE</b>  | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos                                            |
| <b>DRS</b>     | Departamento Regional Sustentável                                                                              |
| <b>DRT</b>     | Delegacia Regional do Trabalho                                                                                 |
| <b>ECOSOL</b>  | Economia Solidária                                                                                             |
| <b>ECO/CUT</b> | Escola Centro–Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores                                    |
| <b>EES</b>     | Empreendimento Econômico Solidário                                                                             |
| <b>EGE</b>     | Equipe Gestora Estadual                                                                                        |
| <b>EJA</b>     | Educação de Jovens e Adultos                                                                                   |
| <b>EXTELAR</b> | Grupo de Pesquisa em Extensão Popular                                                                          |
| <b>FACES</b>   | Plataforma de Entidades e Atores do Movimento do Comércio Justo e Solidário/SP                                 |
| <b>FASE</b>    | Fundação de Atendimento Sócio-Educativo                                                                        |
| <b>FEES</b>    | Fórum Estadual de Economia Solidária                                                                           |
| <b>FBB</b>     | Fundação Banco do Brasil                                                                                       |
| <b>FBES</b>    | Fórum Brasileiro de Economia Solidária                                                                         |
| <b>GT/PCC</b>  | Grupo de trabalho: produção, comercialização e consumo                                                         |
| <b>IBASE</b>   | Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas                                                          |
| <b>IMS</b>     | Instituto Marista de Solidariedade                                                                             |

|                    |                                                                                         |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>INCUBES</b>     | Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba             |
| <b>ITCPS</b>       | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares                                      |
| <b>MDA</b>         | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                                   |
| <b>MEC</b>         | Ministério da Educação e Cultura                                                        |
| <b>MDS</b>         | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome                                   |
| <b>MERCOSUL</b>    | Mercado Comum do Sul                                                                    |
| <b>MST</b>         | Movimento dos Trabalhadores sem Terra                                                   |
| <b>MTE</b>         | Ministério do Trabalho e Emprego                                                        |
| <b>OCB</b>         | Organização das Cooperativas Brasileiras                                                |
| <b>OSCPs</b>       | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público                                     |
| <b>ONGs</b>        | Organizações não Governamentais                                                         |
| <b>PACS</b>        | Projetos Alternativos Comunitários                                                      |
| <b>PAFES</b>       | Programa de Avaliação das Feiras de Economia Solidária                                  |
| <b>PBTUR</b>       | Empresa Paraibana de Turismo S/A                                                        |
| <b>PNQ</b>         | Plano Nacional de Qualificação Profissional                                             |
| <b>PPA</b>         | Plano Pluri-Anual                                                                       |
| <b>PPDLES</b>      | Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária                       |
| <b>PRAC</b>        | Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários                                        |
| <b>PSQ</b>         | Plano Setorial de Qualificação da Ecosol                                                |
| <b>ROMANE</b>      | Cooperativa de Confecção e Artesanato                                                   |
| <b>SEAMPO</b>      | Setor de Estudos e Acessoria a Movimentos Populares                                     |
| <b>SENAES</b>      | Secretaria Nacional de Economia Solidária                                               |
| <b>SIES</b>        | Sistema de Informação em Economia Solidária.                                            |
| <b>SRT</b>         | Superintendência Regional do Trabalho                                                   |
| <b>UFCG</b>        | Universidade Federal de Campina Grande                                                  |
| <b>UFPB</b>        | Universidade Federal da Paraíba                                                         |
| <b>UAC</b>         | União das Associações Comunitárias de Patos e região - Projeto Ministério da Cultura    |
| <b>UFPA</b>        | Universidade Federal do Pará                                                            |
| <b>UFRPE</b>       | Universidade Federal de Pernambuco                                                      |
| <b>UNIFACES</b>    | União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Ecosol                        |
| <b>UNISINOS</b>    | Universidade do Vale do Rio dos Sinos                                                   |
| <b>UNISOL</b>      | União de Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Social do Brasil |
| <b>UNITRABALHO</b> | Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa Sobre o Trabalho                          |

## SUMÁRIO

|                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                  | <b>15</b>  |
| APROXIMAÇÃO DO TEMA E DO CENÁRIO DA PESQUISA.....                       | 19         |
| CAMINHOS METODOLÓGICOS.....                                             | 22         |
| ESTRUTURA DO TRABALHO.....                                              | 27         |
| <br>                                                                    |            |
| <b>1 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>                                        | <b>28</b>  |
| 1.1 ORIGEM E CONCEITOS.....                                             | 28         |
| 1.2 VALORES E PRINCÍPIOS FUNDANTES.....                                 | 35         |
| 1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL.....                 | 38         |
| 1.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENÁRIO PARAIBANO.....                        | 41         |
| 1.5 O POLITICO E O EDUCATIVO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....                 | 45         |
| 1.5.1 Organização Sociopolítica do Movimento da Economia Solidária..... | 45         |
| 1.5.2 O Caráter Educativo da Economia Solidária.....                    | 54         |
| <br>                                                                    |            |
| <b>2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR.....</b>                     | <b>59</b>  |
| 2.1 EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA...          | 59         |
| 2.2 O TRABALHO COMO PRINCIPIO EDUCATIVO DA AUTOGESTÃO.....              | 63         |
| 2.3 EDUCAÇÃO PARA AUTOGESTÃO: desafios pedagógicos.....                 | 66         |
| <br>                                                                    |            |
| <b>3 A V FEIRA ESTADUAL PARAIBANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>        | <b>74</b>  |
| 3.1 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS.....                                       | 75         |
| 3.2 REALIZAÇÃO DA FEIRA.....                                            | 85         |
| 3.2.1 O Espaço Educativo.....                                           | 89         |
| 3.2.2 Atividades Culturais.....                                         | 96         |
| 3.2.3 Dificuldades e Expectativas.....                                  | 99         |
| 3.3 ALGUMAS CONQUISTAS E AVANÇOS DA ECOSOL.....                         | 103        |
| <br>                                                                    |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES.....</b>                                               | <b>105</b> |
| <br>                                                                    |            |
| <b>REFERENCIAS.....</b>                                                 | <b>113</b> |

|                      |            |
|----------------------|------------|
| <b>APÊNDICE.....</b> | <b>120</b> |
|----------------------|------------|

|                                                                        |  |
|------------------------------------------------------------------------|--|
| A- Roteiro de entrevista com EES e Instituições de Apoio a Ecosol..... |  |
|------------------------------------------------------------------------|--|

|                    |  |
|--------------------|--|
| <b>ANEXOS.....</b> |  |
|--------------------|--|

|                                                                        |  |
|------------------------------------------------------------------------|--|
| A- Termo de Referência das Feiras de Economia Solidária no Brasil..... |  |
|------------------------------------------------------------------------|--|

|                                                                         |  |
|-------------------------------------------------------------------------|--|
| B- Programação da V Feira Estadual Paraibana de Economia Solidária..... |  |
|-------------------------------------------------------------------------|--|

|                                                                                 |  |
|---------------------------------------------------------------------------------|--|
| C- Cronograma Físico Financeiro da V Feira Paraibana de Economia Solidária..... |  |
|---------------------------------------------------------------------------------|--|

|                                                              |  |
|--------------------------------------------------------------|--|
| D- Programação da oficina para interlocutores Estaduais..... |  |
|--------------------------------------------------------------|--|

|                                                  |  |
|--------------------------------------------------|--|
| E- Atribuições dos Interlocutores Estaduais..... |  |
|--------------------------------------------------|--|

|                                                                          |  |
|--------------------------------------------------------------------------|--|
| F- Programação da Oficina de Avaliação das Feiras Estaduais em 2006..... |  |
|--------------------------------------------------------------------------|--|

|                                                                                    |  |
|------------------------------------------------------------------------------------|--|
| G- Perfil dos empreendimentos que participaram da V Feira Paraibana de Ecosol..... |  |
|------------------------------------------------------------------------------------|--|

## INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolver um estudo sobre esse tema foi estimulada por experiências profissionais sucessivas no campo da Economia Solidária (Ecosol), como educadora popular, pesquisadora e, sobretudo, no papel de Interlocutora Estadual de Articulação e Mobilização do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Ecosol. Essas experiências vivenciadas de outros valores e de uma outra cultura no contexto de uma atividade econômica, impulsionou-nos a buscar compreender uma experiência distinta da Ecosol na Paraíba: a realização da V Feira Paraibana de Ecosol.

Nessa perspectiva, o objetivo principal, delineado para este trabalho, é analisar a dimensão educativa no processo de construção e realização dessa Feira no contexto do Movimento da Ecosol na Paraíba, buscando compreender em que medida essa experiência representa uma alternativa de enfrentamento do desemprego, ou uma estratégia de inclusão social e promoção da democracia.

Para atender a esses objetivos, procuramos realizar uma reflexão sobre alguns aspectos do Movimento da Ecosol no cenário social brasileiro. Percebemos que um conjunto de experiências econômicas vem sendo desenvolvidas na perspectiva da Ecosol como estratégia de enfrentamento do desemprego, destacando a organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol.

Consideramos, como elemento importante dessa reflexão, o fato de que a Ecosol ganhou mais visibilidade, a partir da introdução das políticas públicas voltadas para a realização de suas práticas em âmbito nacional, desde 2003, no sentido de contribuir com as iniciativas de geração de trabalho e renda, tendo em vista o desenvolvimento significativo de novas relações econômicas e sociais nos anos 1990, evidenciado por mudanças bastante expressivas no mundo do trabalho no Brasil - caracterizado cada vez mais pela intensificação do desemprego, subemprego e flexibilização do trabalho.

Referindo-se a essa reorganização da política governamental baseada na participação, percebemos que esta abre um espaço para o Movimento da Ecosol na construção de suas práticas/ações. Como colocam Santos (1998) e Gohn (2009), essas iniciativas da Ecosol podem ser vistas como exemplo de um novo paradigma de políticas sociais, centradas nas ações desenvolvidas em parceria entre Estado, Sociedade Civil e

Comunidade, com a finalidade de construir um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades de igualdade, justiça, enfim de direitos humanos.

Para ilustrar melhor essa organização econômica e social participativa que busca superar os problemas de uma sociedade marcada pela desigualdade social, vejamos a seguir uma citação de Singer (2005, p19):

Trata-se de uma nova prática solidária, que se alimenta da antiga, mas exige uma formação específica. Trata-se, em essência da construção de uma nova sociedade, dentro e em oposição à velha. Essa formação exige a interação dos que se envolvem na construção concreta dos empreendimentos solidários, em sua grande variedade, e da articulação deles entre si, e que haurem conhecimentos desta experiência, com seus intelectuais orgânicos, que pensam, sistematizam e discutem a Economia Solidária numa temporalidade histórica e em uma espacialidade internacional.

Nesse sentido, entendemos que a viabilidade e a sustentabilidade das ações econômicas solidárias realizadas, principalmente, sob a responsabilidade dos empreendedores, como a organização dos (as) trabalhadores (as) para a realização da V Feira de Ecosol, requerem um esforço combinado, que envolve a participação não só dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), mas também das Organizações não Governamentais (ONGs) e do Governo Federal, entre outros - que participam do Movimento da Ecosol -, visando promover a inclusão social dos sujeitos marginalizados pelo sistema econômico capitalista.

Consideramos que essa construção democrática é de fundamental importância para a promoção da autonomia desses (as) trabalhadores (as), tendo em vista que o conceito de autonomia usualmente é entendido como algo que emana da participação social e/ou da participação política dos sujeitos, fortalecendo assim sua condição cidadã.

De acordo com o pensamento de Gohn (2001, p.14), essa reorganização política que envolve um amplo segmento social na participação da construção da sociedade é algo novo que faz parte do advento da modernidade.

Vejamos na citação a seguir como a autora define essa participação:

Participação é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc.

Conforme podemos perceber, a ação participativa tem sido objeto de diferentes terminologias. Isso se deve ao fato de que os sujeitos envolvidos nessas ações são

oriundos de uma diversidade significativa de segmentos sociais. Por exemplo, a ideia de participação solidária colocada como uma das categorias analíticas da Ecosol no sentido de propiciar uma preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de seus participantes. (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. BRASILIA, 2006.).

Referindo-se a essa participação democrática que visa o interesse da coletividade, concordamos com o pensamento de Demo (1996) ao considerar que esta participação só é possível a partir da mobilização e articulação dos sujeitos sociais com a finalidade de assegurar a existência de espaços de diálogo entre estes – sujeitos sociais - e os representantes que possuem o poder de decisão sobre o desenvolvimento das políticas públicas. Vejamos a citação a seguir:

Quando o poder prega participação, só pode ser uma iniciativa digna de suspeita. Não por ser impossível no espaço do poder, mas por significar necessariamente sua diminuição. Essa suspeita, ao contrário de eliminar a possibilidade, a constitui de modo autêntico, porque o poder só faz participação sob suspeita/vigilância acerbada. Isso é coerente se aceitarmos que participação é conquista. (DEMO, 1996, p.100)

Esse pensamento do autor deixa clara a importância da participação dos sujeitos no espaço do poder. Para que os sujeitos inseridos nessa construção política democrática, também possam entender a importância de sua participação nesse processo, é preciso que entendam a sua participação como uma ação indispensável e inteligente, capaz de colaborar de forma significativa nessa construção. Essa compreensão levará os sujeitos a conquistar a sua participação e assim incluir-se como sujeito de direito na sociedade.

Daí a importância inegável da realização de ações educativas junto ao Movimento da Ecosol com o propósito de desenvolver e/ou potencializar habilidades de gestão, que visam garantir a organização dos sujeitos sociais dentro de uma nova perspectiva de realidade, bem como fortalecer as relações construídas a partir dos valores da solidariedade e da cooperação, além de estimular os sujeitos envolvidos a se assumirem como sujeitos participantes nesse processo de construção coletiva.

Para Caldart (2002, p. 128) o Movimento Social em si mesmo pode ser considerado como uma ação educativa, ou seja:

[...] como uma das matizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos.

Assim, enquanto Movimento Social, a Ecosol constitui-se através de uma relação que vai além de uma relação de produção. Uma relação que proporciona aos (as) empreendedores (as) autogestionários (as) uma educação embebida em valores solidários e igualitários. Por isso esses sujeitos inclinam-se a valorizar a solidariedade e a democracia como princípio de suas organizações autogestionárias.

Em nosso estudo, a questão central que norteou nossas buscas foi a de que essas ações educativas - proporcionadas pela Ecosol aos sujeitos participantes desse Movimento - têm contribuído para que os (as) empreendedores (as) se percebam enquanto sujeitos de direitos, possibilitando a existência de uma teia de relações que fortalecem suas práticas solidárias e sua autonomia, capacitando-os a desenvolverem ações de resistência, visando à superação da pobreza. Consequentemente, consideramos que a não realização dessas ações inviabiliza a construção dessa nova cultura econômica.

Para tanto, buscamos averiguar quais as atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização foram realizadas durante a organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol; quem são os sujeitos formadores e os sujeitos da formação; bem como perceber se a proposta dessa Feira tem base nos princípios da Ecosol e nos constitutivos da Educação Popular. Isto é, investigar se na organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol é possível perceber/identificar práticas de ações econômicas solidárias que dialogam com ações educativas populares no sentido de promover a emancipação dos sujeitos envolvidos nesse processo de construção coletiva.

O que se pretende com esse estudo é contribuir – a partir de uma análise da própria vivência junto ao Movimento da Ecosol e a luz de alguns autores – com subsídios para a realização de uma reflexão, em que se contemple a dimensão educativa na construção de atividades econômicas solidárias, desenvolvidas como estratégias que visam promover a efetiva possibilidade de criação de emprego e renda, a superação das desigualdades sociais e a emancipação humana.

Em outras palavras, a importância de uma análise sobre a realização de ações educativas na V Feira Paraibana de Ecosol, considerando o contexto no qual esta prática está inserida, visa despertar uma reflexão do quê e do como realizar uma ação educativa significativa, levando em conta as demandas dos sujeitos envolvidos numa perspectiva de transformação social. Isto é, uma educação cidadã, considerada como grande instrumento consagrador de tais mudanças. (GOHN, 2009). Por isso, a relevância em realizar uma discussão sobre a dimensão educativa da V Feira Paraibana de Ecosol.

## APROXIMAÇÃO DO TEMA E DO CENÁRIO DA PESQUISA

Nosso primeiro contato com o tema da pesquisa foi através da participação em alguns cursos de extensão<sup>1</sup>, realizados por instituições de apoio ao Movimento da Ecosol na Paraíba, bem como de atividades e eventos regionais, estaduais e nacionais voltados para o campo da Ecosol<sup>2</sup>. Nessas participações, tivemos a oportunidade de dialogar com pessoas envolvidas nessa área: empreendedores e entidades de apoio e fomento a Ecosol.

A partir daí, iniciamos nossa atuação profissional nesse campo, prestando assessoria a grupos de empreendedores (as) que participavam do Fórum Paraibano de Ecosol (FEES/PB) em 2003. Nessa experiência profissional, tivemos a oportunidade de acompanhar a atuação dos sujeitos (a capacidade dos grupos em tomar decisão, deduzir etc) nesse espaço de articulação política, onde são realizadas as discussões e/ou encaminhamentos das ações da Ecosol, tanto rurais como urbanas, em nível Estadual.

Posteriormente, participamos da implementação do Programa Ecosol em Desenvolvimento na Paraíba. Através do desse programa deu-se início ao Mapeamento - Pesquisa para levantamento de dados dos EES que vem sendo realizada nacionalmente desde 2004 pelo Sistema Nacional de Ecosol (SIEES) vinculado à Secretária Nacional de Ecosol/Ministério do Trabalho Emprego (SENAES/MTE).

Através de nossa participação nessa pesquisa obtivemos informações sobre o desenvolvimento da Ecosol não só no Estado da Paraíba, mas no Brasil, e percebemos que esse fenômeno aponta indicativos que nos levam a refletir sobre novas possibilidades de pensar a economia, tendo em vista as transformações que marcaram o mundo do trabalho, no país, principalmente a partir das últimas décadas do século passado.

Outra experiência profissional realizada nessa área foi como Agente de Desenvolvimento Solidário em 2007, vinculado ao Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Ecosol (PPDLES), hoje denominado de Brasil Local que visa, fundamentalmente, promover a geração de trabalho e renda e impulsionar o

---

<sup>1</sup>Curso de extensão em Ecosol e Desenvolvimento Local. Realizado pela ADS/CUT; UNITRABALHO; COPAC; SEAMPO e CCHLA; com apoio da PRAC, COPREX, e da UFPB/João Pessoa/PB, em 2002.

<sup>2</sup> Em 2005 participamos do I Seminário Paraibano de Ecosol para Gestores Públicos, promovido pela DRT/João Pessoa/PB; do Curso de Extensão Universitária em Ecosol, promovido pela INCUBES. E de uma capacitação para atuar como Pesquisadora e Digitadora da II fase do Mapeamento promovido pelo SIES/MTE/SENAES em parceria com a DRT, INCUBES/UFPB e Unitrabalho/UFCG. Em 2006, da capacitação para atuação como Interlocutora Estadual, do Programa Nacional de Fomento as Feiras de Ecosol, promovido pela SENAES/MTE e o IMS, em Brasília/DF. E do Seminário Internacional de Microfinanças e Desenvolvimento Local: os desafios da Ecosol, organizado pela DRT/João Pessoa/PB. E em 2007, do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário do PPDLES, com Carga Horária de 60h, realizado pelo MTE/SENAES em Brasília/DF.

desenvolvimento sustentável e solidário em comunidades historicamente excluídas das ações emanadas pelo poder público, através da organização de EES, tais como cooperativas ou associações de produção e comercialização, consumo e crédito, recuperação de empresas pelos trabalhadores, constituição de redes etc.

Dessa forma esse Projeto tem contribuído para a inclusão social e produtiva dos sujeitos marginalizados, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento da Ecosol e sua afirmação como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Uma das experiências profissionais no campo da Ecosol que consideramos mais relevante para a realização deste estudo, por ter nos aproximado mais significativamente do cenário da pesquisa, foi a nossa atuação como Interlocutora Estadual do Programa Nacional de Feiras de Ecosol, em 2006.

Para tanto, inicialmente participamos de uma Oficina de Capacitação, promovida pela SENAES/MTE e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), no período de 30 de junho a 2 de julho de 2006, em Brasília/DF. Em seguida, integramos a comissão de organização da V Feira Paraibana. Elaboramos o Plano de Trabalho/Projeto para realização da mesma e encaminhamos a Coordenação do Programa Nacional de Feiras de Ecosol. Participamos de reuniões do FEES/PB e do Grupo de Trabalho de Feira.

Após a realização da V Feira Paraibana de Ecosol, participamos de uma Oficina de Avaliação das Feiras Estaduais de Ecosol 2006, realizada em Brasília no período de 11 a 14 de fevereiro de 2007, promovida pela SENAES/MTE e o IMS no sentido de identificar as fragilidades dessas ações, para traçar mecanismos para fortalecê-las.

Nosso engajamento nessa experiência de trabalho nos proporcionou a oportunidade de realizar um acompanhamento/envolvimento na organização, realização e avaliação dessa ação de resistência dos sujeitos frente à dificuldade de inserção nos postos de trabalho formal. Ocasão em que pudemos observar que essa experiência, inicialmente voltada para a geração de trabalho e renda, passou depois a buscar outras perspectivas, incluindo em sua dinâmica a dimensão educativa.

Essa atuação, também, nos permitiu realizar uma apreensão do significado desse evento para os sujeitos envolvidos, e uma análise dos impasses e avanços dessa atividade. Bem como verificar quais as dificuldades, limites e fragilidades enfrentadas pelos sujeitos que promoveram essa ação. E as perspectivas dos grupos em relação à prática da Ecosol.

Enfim, dessas participações, obtivemos informações sobre o Movimento da Ecosol na Paraíba, ao observar o espaço de atuação dos sujeitos, sua participação no

processo de organização de suas ações. Isso nos favoreceu a obter uma percepção mais crítica sobre a nossa própria experiência de trabalho desenvolvida até então no campo da Ecosol, em especial com Interlocutora Estadual<sup>3</sup>, atuação que nos possibilitou realizar um acompanhamento mais sistemático da experiência da V Feira Paraibana de Ecosol. E também a formular algumas suposições que nortearam nossas buscas neste trabalho:

- ✓ A organização da Feira surgiu como forma de viabilizar a comercialização dos produtos da Ecosol;
- ✓ A V Feira Paraibana de Ecosol foi organizada a partir dos constituintes da Ecosol e da Educação Popular, viabilizados pelas ações educativas desenvolvidas pelas Instituições de Fomento a essa prática;
- ✓ As ações educativas possibilitam uma melhor organização das ações dos sujeitos empreendedores (as) e um maior avanço na construção da Ecosol;
- ✓ As ações educativas realizadas neste espaço têm contribuído para que os sujeitos se percebam enquanto sujeitos de direito.
- ✓ Como esses (as) trabalhadores (as) reagem à possibilidade de participação colocada pelo modelo autogestionário dos EES, e pela forma de política participativa;

Quanto ao nosso objeto de estudo, conforme já dito anteriormente, este encontrou sua delimitação no caso concreto da V Feira Paraibana de Ecosol organizada coletivamente pelos (as) trabalhadores (as)/empreendedores (as) - em parceria com Entidades de Fomento e o Governo Federal - como forma de enfrentamento do desemprego e da pobreza, na busca de melhores condições de vida. Em nossa reflexão sobre essa realidade, buscaremos averiguar se as ações educativas realizadas junto ao Movimento da Ecosol favorecem na organização dessas práticas coletivas.

Assim, este trabalho se constituiu a partir dos questionamentos que foram surgindo ao longo de nossa aproximação com o tema da Ecosol, desde 2002, quando da realização do nosso primeiro contato ao participar de um curso de extensão, como descrito em um momento anterior.

Essa aproximação com a complexidade desse fenômeno nos fez perceber que, para a realização de nosso estudo, no sentido de torná-lo significativo para uma melhor compreensão da Ecosol faz-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia que contemple as questões que englobam essa realidade, conforme descreveremos a seguir.

---

<sup>3</sup> Para ver de forma detalhada nossas atribuições enquanto Interlocutora Estadual da Feira de Economia Solidária em 2006 na Paraíba, conforme a SENAES/MTE, consulte o Anexo E desse trabalho.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

Uma proposta metodológica pode ser definida como caminho e instrumental próprios de abordagem da realidade, construída a partir da natureza do objeto a ser pesquisado. Assim, considerando o objeto que nos propomos a estudar, no sentido de lhe assegurar qualidade, adotamos para guiar nossa pesquisa uma proposta baseada na abordagem qualitativa desenvolvida por Minayo.

Segundo a autora, essa abordagem é definida como aquela “que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 1994, p. 21-22). E caracterizada por Richardson (1999, p.90) como “perspectiva de uma compreensão detalhada dos significados e de características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas qualitativas de características ou comportamentos”.

A partir dessa concepção procuramos desenvolver nossa própria proposta de pesquisa, considerando os dois momentos que a compreendem. A descrição da experiência que nos propomos investigar, seguido de uma análise dos elementos que a constituem. Dessa forma, o processo de pesquisa empreendido se deu no sentido de construir um conhecimento sobre a realidade em estudo considerando para tanto os aspectos que fazem parte de sua construção, com ênfase ao aspecto educativo.

Passaremos em seguida a descrever os procedimentos adotados para realização de nosso trabalho exploratório ou processo de pesquisa.

Quanto à escolha do cenário de nossa investigação - a V Feira Paraibana de Ecosol – esta surgiu, principalmente, de nossa atuação junto ao Movimento de Ecosol na Paraíba, como Interlocutora Estadual pelos seguintes itens:

Primeiramente, por ser uma experiência reconhecida pelo Movimento da Ecosol em âmbito estadual e nacional - pelo fato de ser considerada como uma ação econômica solidária, ou seja, uma importante estratégia de comercialização. Como também, por inserir-se no desafio de disseminar os princípios preconizados pela Ecosol - E, por reconhecer-se como parte do Movimento da Ecosol no Estado da Paraíba.

Em segundo lugar, por constituir-se não somente como espaço de comercialização de produtos da Ecosol, mas, sobretudo, como um espaço educativo de formação e qualificação em Ecosol, e de informação aos participantes dos EES por meio de oficinas temáticas, palestras, campanhas de estímulo ao consumo ético, justo e solidário, e difusão

para o público em geral participante das Feiras. Promovendo assim, o avanço conceitual de uma economia baseada no cuidado e no respeito humano.

Nesse sentido, em nossa investigação, buscamos desvendar no espaço da V Feira qual a relação da Ecosol com as ações educativas, e em que sentido essas ações se configuram como instrumento responsável pela viabilização da construção coletiva e compartilhada das ações que promovem os processos de produção desenvolvidos a partir do ideário da Ecosol, de que o exercício da cidadania possa estar baseado num projeto político democrático, responsável pelas práticas emancipatórias dos sujeitos.

Outro item considerado desejável, porém não excludente. A V Feira Paraibana de Ecosol ter sido contemplada em 2006 pelo Programa Nacional de Fomento as Feiras de Ecosol promovido pela SENAES/MTE possibilitaria observar a introdução das políticas públicas voltadas para a realidade das práticas da Ecosol.

No que diz respeito ao processo de investigação para realização da análise das ações educativas desenvolvidas nesse cenário, buscamos estabelecer uma aproximação com os sujeitos de nosso estudo ao longo dos contatos estabelecidos através da participação em algumas atividades do Movimento da Ecosol.

Ao realizarmos esse processo de selecionar os sujeitos a serem entrevistados, procuramos incluir nesse universo os (as) empreendedores (as) que participaram da V Feira Paraibana de Ecosol realizada em 2006, oriundos das três regiões do Estado. Em alguns casos, isso não foi possível por limitações orçamentárias e pelo curto tempo de realização dessa fase da pesquisa. Sendo assim, foram incluídas nesse quadro de amostragem, apenas experiências de duas regiões do Estado que fazem parte da Ecosol: Zona da Mata e Borborema.<sup>4</sup>

Lembrando que, nas ocasiões em que mantivemos contato com os sujeitos de nossa investigação, aproveitamos para informá-los dos objetos da pesquisa. Incluímos, portanto, diferentes agentes sociais que atuaram na realização/organização da V Feira de Ecosol Paraibana, conforme descrito abaixo.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, não nos baseamos em critério estatístico para a seleção de nossos entrevistados. Dos onze (11) sujeitos do Movimento da Ecosol escolhidos para participar de nossa análise como entrevistados, 2 (dois) são representantes de Instituições de Apoio a Ecosol; e 9 (nove) são representantes de EES, desses 2 (dois) fizeram parte da Coordenação da V Feira Paraibana.

---

<sup>4</sup> Para ver o perfil dos sujeitos que participaram da Feira Estadual Paraibana de Ecosol em 2006, por região consulte ANEXO G deste trabalho.

As duas Instituições que trabalham junto aos EES escolhidas para fazer parte de nossa análise, foram: o IMS, entidade constitutiva da União Brasileira de Educação, por ser uma das entidades executoras do Programa Nacional de Feiras de Ecosol e administradora dos recursos financeiros, repassados pelo Governo Federal através da SENAES/MTE para realização desses eventos; e a Incubadora de EES (INCUBES), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por realizar uma atuação educativa junto aos EES na Paraíba e por ter desenvolvido algumas das atividades educativas na V Feira.

A escolha dos representantes dessas Instituições foi estabelecida no sentido de buscar apreender sua visão sobre a importância das ações educativas realizadas nas Feiras de Ecosol. Ou seja, qual a contribuição dessas ações educativas na organização e viabilização das práticas de Ecosol.

É válido dizer que, no decorrer de nosso trabalho/pesquisa, buscamos sempre uma aproximação entre teoria e prática, efetuando a realização de uma constante pesquisa e/ou revisão bibliográfica sobre o tema escolhido para estudo, numa relação dialética entre teoria e prática. As principais obras consultadas sobre o tema proposto, no sentido de ampliar nossa compreensão a partir da contribuição de alguns estudiosos, encontram-se relacionadas no item de referências desse trabalho.

Também nossa participação no Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), da UFPB contribuiu significativamente com nossa reflexão, ao colocar sua opinião sobre o nosso objeto de estudo, após exposição do nosso trabalho.

Para o levantamento mais amplo possível das informações sobre a V Feira Paraibana de Ecosol, inicialmente, mantivemos contato com algumas Instituições que prestam assessoria ao Movimento da Ecosol e Empreendedores (as) membros da Coordenação das Feiras Estaduais de Ecosol. Também realizamos consultas na base de dados sobre as Feiras Estaduais de Ecosol disponíveis no site [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br).

Através desses contatos, bem como de atividades realizadas junto ao movimento da Ecosol e algumas consultas efetuadas em alguns endereços eletrônicos, tivemos acesso ao conjunto de documentos informativos elaborados pelas Instituições de Assessoria e Fomento: Relatório da V Feira de Ecosol Paraibana; Relatório da Oficina Nacional, realizada com Interlocutores (as) Estaduais do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Ecosol em 2006; Relatório do Programa de Avaliação das Feiras de Ecosol (PAFES).

Esta etapa da pesquisa configurou-se como uma pesquisa documental, que culminou com a obtenção dos dados gerais sobre a organização e realização da Feira, ou

seja, como se deu a composição da coordenação do evento, quais foram os empreendimentos que participaram e como se deu essa participação, e, sobretudo, quais foram às atividades educativas realizadas no evento.

Em um segundo momento do trabalho exploratório da pesquisa, efetuamos a coleta de dados através da realização de 11 entrevistas semiestruturadas<sup>5</sup>, considerando ser este um instrumento que permite a obtenção de um material extremamente rico para atendimento das questões que nortearam nossa investigação, por conferir ao entrevistado um espaço de liberdade em expressar sua opinião.

Desta forma, a entrevista constitui-se, como uma técnica flexível que permite a ampliação dos questionamentos e das informações. Como diz Minayo (1998, p.103) “a entrevista é uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa”. Assim em de nossa investigação foi realizada com o fim de obter e/ou aprofundar nossa percepção sobre as atividades educativas realizadas nesse evento, uma vez que os materiais elaborados pelas instituições de apoio e acessoria não tratam dessa dimensão do evento em sua inteireza.

A partir da realização dessas entrevistas, iniciamos a análise dos dados e categorias de nosso estudo. Lembrando que esse instrumento não teve como objetivo final a tabulação de dados e o cruzamento de informações e variáveis, mas sim a apreensão da dimensão educativa presente nesse espaço, ou seja, a realização de um confronto entre as reflexões teóricas e as características da situação investigada. É válido dizer que esse processo de análise está presente em todas as etapas da pesquisa, sendo sistemática após a coleta de dados.

Considerando a importância das falas dos sujeitos para a produção da análise de nossa pesquisa, na realização das entrevistas utilizamos o gravador como suporte para assegurarmos o registro das falas em sua inteireza. Em uma investigação qualitativa, a fala constitui um instrumento essencial, pois é através dela que podemos resgatar as expressões que revelam a real situação de existência em que se encontram os sujeitos.

Segundo Minayo (1998, p.103), “a palavra é o símbolo da comunicação por excelência porque ela representa o pensamento”. É através da fala que temos um acesso ampliado das informações, pois ela é compreendida de um conjunto de imagens cuja dimensão é bastante significativa. Assim, as entrevistas realizadas com os

---

<sup>5</sup> Ver roteiro de entrevista no Apêndice A deste trabalho.

sujeitos/empreendedores possibilitaram-nos apreender melhor a importância da dimensão educativa no cotidiano de suas atividades econômicas solidárias.

Outras informações foram obtidas de modo não intencional em ocasiões as mais diversas, como em conversas informais com empreendedores (as) e representantes de Instituições de Fomento a Ecosol na Paraíba. O que possibilitou o acesso a informações mais detalhadas do cotidiano dos sujeitos investigados, uma vez que se deram através do contato mais direto do pesquisador com os sujeitos, em seus próprios contextos de ação.

Em outras palavras, essa relação face a face com os sujeitos da investigação nos permitiu captar uma variedade de situações que, as entrevistas por si não possibilitaram, dada a situação em que desenvolveram-se – através de contatos formais.

Assim, a coleta de dados se deu de forma gradativa, ao longo de todo o processo de pesquisa, proporcionando a obtenção de um rico material que nos permitiu apreender como a dimensão educativa contribuiu no processo de organização desse evento. Contudo, o diálogo com os participantes dessas ações foi o principal instrumento para a obtenção dos dados aqui apresentados.

Na análise dos dados, consideramos todas as etapas da pesquisa descritas anteriormente, quais sejam: levantamento bibliográfico, escolha da metodologia qualitativa, consulta aos registros sobre a V Feira Paraibana de Ecosol (relatórios, entrevistas, material informativo etc), escolha dos entrevistados e aplicação das entrevistas, e conversa informal com os sujeitos da Ecosol.

Contudo, a fala dos sujeitos constituiu o elemento fundamental desse movimento de reflexão e análise. Por isso, as entrevistas foram previamente agendadas para favorecer a obtenção das informações emitidas pelos sujeitos. Por questões de ética, preservamos os nomes dos (as) entrevistados (as), identificando-os (as) por nomes fictícios.

Essas etapas foram avaliadas continuamente, podendo ser modificadas e/ou aperfeiçoadas tendo em vista uma apreensão mais completa possível de nosso objeto de estudo. Ou seja, através de uma análise dos dois primeiros momentos que compreenderam nosso trabalho, buscamos obter, no terceiro momento, uma nova compreensão das ações educativas realizadas na Feira, num diálogo estabelecido entre as reflexões teóricas e a práxis dos sujeitos.

Dessa forma, a metodologia descrita acima foi escolhida no sentido de contemplar os três momentos/movimentos que compreenderam o nosso trabalho, conforme passaremos a apresentar.

## ESTRUTURA DO TRABALHO

O desenvolvimento desse trabalho inclui alguns momentos de organização. Assim, no primeiro momento, realizamos uma reflexão, a partir do pensamento de alguns estudiosos, sobre a origem e os principais conceitos desenvolvidos sobre a Ecosol, seus valores e princípios fundantes. Em seguida, ainda nessa parte de nosso trabalho, a partir das informações obtidas inicialmente sobre o Movimento da Ecosol em um contexto mais geral, buscamos uma compreensão de como esse fenômeno se apresenta atualmente no cenário Brasileiro e Paraibano, considerando seus aspectos político e, sobretudo educativo.

O segundo momento contempla uma reflexão sobre a Educação Popular, ressaltando sua contribuição aos movimentos populares, em especial ao Movimento da Ecosol; bem como os desafios encontrados no processo de apreensão dos valores da autogestão e, conseqüentemente, sobre a prática das ações autogestionárias desses sujeitos. Em nossa reflexão consideramos que a Educação Popular constitui-se como um mecanismo de democratização em que se refletem os valores de solidariedade e reciprocidade tendo em vista a realização de todos os direitos do povo.

Em um terceiro momento, fizemos a apresentação analítica do processo de organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol, com ênfase ao espaço educativo presente na construção e realização dessas ações, ou seja, na organização dos sujeitos/empreendedores (as) do Movimento da Ecosol.

Nesse momento, apresentamos também como a Educação Popular está inserida nas ações cotidianas e como dialoga com os princípios da Ecosol, no sentido de contribuir na construção do fazer coletivo e na promoção da cidadania. Ou seja, buscamos realizar uma análise considerando os dois momentos anteriores de nosso estudo para obtenção de uma nova compreensão das ações educativas realizadas na V Feira Estadual Paraibana de Ecosol.

Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o que obtivemos como resultado de nosso estudo sobre a unidade de análise no contexto da Ecosol - a V Feira Paraibana de Ecosol-, os quais demonstram que a dimensão educativa presente nas ações do Movimento da Ecosol tem como objetivo promover a participação dos sujeitos nas atividades autogestionárias.

## 1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Buscaremos nessa parte de nosso estudo apresentar o contexto em que se deu o surgimento da Ecosol no cenário brasileiro. Inicialmente retomaremos a evolução histórica em que se originou o fenômeno, ressaltado seus principais conceitos e características, a partir dos estudos desenvolvidos por alguns teóricos, o que nos permitirá ter uma compreensão mais geral do Movimento da Ecosol. Em seguida passaremos a apresentar o cenário atual da Ecosol no Brasil e no Estado da Paraíba, considerando seus aspectos gerais a fim de que possamos perceber e destacar sua dimensão educativa.

### 1.1 ORIGEM E CONCEITOS

A Ecosol é um fenômeno que começa a se apresentar em um contexto social marcado pelas consequências das contradições do capitalismo industrial - mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, com impactos, diretamente relacionados ao trabalho - superexploração do trabalho, desemprego em massa e aumento da pobreza.

Com efeito, a história tem mostrado a ineficiência do sistema capitalista em atender às necessidades humanas; seu desenvolvimento só assegura condições de vida social a uma minoria. Sua pedra de toque é o fator econômico, por isso, todos os seus esforços se dirigem com o fim de obter o máximo de lucro.

Sob diferentes perspectivas, o capitalismo sempre esteve associado às crises, ora econômicas, ou sob a forma de acumulação do capital, ora de forma social exponenciada pelo desemprego em grande escala, gerando pobreza e violência. Podemos dizer que essa problemática faz parte da forma de ser desse sistema social; sua dinâmica é fortemente marcada pela permanência de crises.

Em estudos realizados sobre o desenvolvimento desse sistema econômico, Arruda (2003a, p.234) chama a atenção para a sua lógica de funcionamento dizendo:

A produção de riqueza no capitalismo tem sido acompanhada por uma constante concentração da riqueza e da renda, resultando em desigualdades sociais, miséria e exclusão. A economia de mercado capitalista está fundada na crença de que o mercado é capaz de autoregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais. Mas a lógica do capital é migrar para onde há capital e possibilidades de acumulação e de lucro, e não para onde há necessidades humanas a satisfazer.

É nesse cenário adverso, sobretudo para os (as) trabalhadores (as) marginalizados (as) do mercado de trabalho, que surgem novas formas de iniciativas de produção alternativa e de melhoria da renda, através do trabalho coletivo, numa perspectiva de criar bens e serviços para satisfazer às necessidades da população historicamente excluída, criando assim uma nova dinâmica social, centrada em atividades solidárias em contraposição ao individualismo da economia capitalista.

Ao descrever este momento histórico Singer (2002, p.24) diz que “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”.

Reafirmando essa compreensão Gaiger (2003) se coloca, dizendo que desde o século XIX, registram-se diversas tentativas de instituírem experiências de trabalho coletivo de produção e consumo, organizadas de forma democrática. Nesse período, destacamos o surgimento da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844 a partir das ideias e experiências de Robert Owen, na Grã-Bretanha (pátria que serviu de berço para a Primeira Revolução Industrial). Tornando-se conhecida pelo pioneirismo, passou a ser considerada como experiência modelo de cooperativismo.

Nos países centrais, em especial na Europa, essas práticas de relações econômicas e sociais surgem na primeira metade do século XIX, como resposta a insuficiências de políticas adequadas para geração de emprego e renda, no sentido de propiciar novas formas de organização de produção e de consumo, buscando minimizar os custos humanos da Revolução Industrial. (SANTOS 1998; FRANÇA FILHO, 2004).

Na América Latina, o Movimento da Ecosol surgiu como uma forma estratégica de luta dos trabalhadores pela preservação dos postos de trabalho, através da organização cooperativa operária de produção, a partir do processo falimentar de indústrias capitalistas (FRANÇA FILHO, 2004; SINGER, 2002). Na América do Sul, igualmente, fábricas falidas foram tornaram-se EES, sendo transformadas em cooperativas de produção autogestionárias, pelos trabalhadores, principalmente na Argentina.

A partir do que foi exposto até aqui, podemos dizer que a ideia inicial da Ecosol remonta ao período da Revolução Industrial no qual se deu o surgimento do pensamento

cooperativista<sup>6</sup>, caracterizado por Singer (2002, p.35) como “cooperativismo revolucionário”. Embora tenha terminado “sem êxito”, esse período ficou marcado pela forte resistência dos trabalhadores através de iniciativas frente à ofensiva da expropriação do capitalismo, “o qual jamais se repetiu de forma tão nítida, tornando evidente a ligação essencial da Ecosol com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

Apesar das inúmeras tentativas frustradas, ou seja, os trabalhadores não tenham conquistado seus direitos desapropriados pelo capitalismo, permaneceu clara a ideia de que a organização autogestionária de trabalhadores (as) é uma alternativa possível de enfrentamento das relações de exploração do trabalho do sistema capitalista.

Assim, no século XX, o interesse renovado pelas cooperativas (re) surge com mais força, em vários países da Europa, da América e de outros continentes. Um exemplo desse período que merece ser mencionado é o Complexo de Mondragón<sup>7</sup>, na Espanha. Tendo surgido nos anos 1950 como uma cooperativa de produção, advinda de uma empresa falida, a partir dos anos 1970, tornou-se um grande complexo industrial, que hoje compreende várias cooperativas de produção, consumo e comercialização (aproximadamente 100), com atuação em diversos países.

Esse complexo também conta com Banco e Universidade. Dos seus aproximadamente 20.000 trabalhadores, 90% são associados e participam da gestão. Para evitar o desemprego, esse complexo cooperativo criou o seguro social de apoio aos trabalhadores. Atualmente, os estudos realizados sobre a Ecosol têm sido fortemente influenciados por esse modelo cooperativo do país Basco Espanhol.

Assim, a cooperação, como forma de enfrentamento da exploração ilimitada e do desemprego, pode favorecer a integração social, na qual as pessoas se unem para alcançar os mesmos objetivos, sendo considerada como uma forma estratégica desenvolvida no sentido de integrar socialmente aqueles que foram colocados a margem da sociedade.

Mance (1999) também considera que a Ecosol não só responde às questões relacionadas ao setor econômico, como busca também propiciar a garantia das melhores

---

<sup>6</sup>As primeiras experiências de modelos de gestão democrática são resultantes do pensamento cooperativista – que no decorrer da história se caracteriza como movimento social-, e dos precursores do socialismo utópico como: Charles Fourier (1772-1837), Conde de Saint-Simon (1760-1825), Philip Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882). E, uma das maiores referências do cooperativismo operário, Robert Owen (1771-1858). Outras matizes teórica-políticas que também contribuíram, no desenvolvimento da Ecosol, foram as ideias dos anarquistas: Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Peter Kropotkin; as concepções humanista religiosas do Pe. Lebrete; e os estudos desenvolvidos por Karl Marx. Embora divergentes em várias concepções, estas correntes se convergem quanto a crítica ao sistema capitalista e suas consequências humanas desastrosas.

<sup>7</sup>Para maiores informações sobre essa experiência econômica solidária, consulte: <http://www.mondragon-corporation.com> - <http://www.mondragon.es>.

condições necessárias ao pleno exercício da liberdade a todas as pessoas, a fim de alcançar uma situação que venha favorecer o bem viver de todos (as) e de cada um (uma), o que podemos chamar de realização do ser social e realização do bem-estar coletivo, ultrapassando as potencialidades oferecidas até então pelo capitalismo à humanidade.

Essa colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. O bem-viver está muito longe do consumismo alienante promovido pelo capitalismo. Em um mundo de simulacros e ilusões, o capitalismo desumaniza as necessidades pessoais para realizar seus giros de produção que possibilitam o acúmulo de mais valia; gera novas necessidades e desejos, criando satisfações e gozos alienados para acumular cada vez mais capital com a venda das mercadorias que possam satisfazê-los. Nesse mundo de mercadorias, os bens materiais valem mais do que as pessoas e estas somente são reconhecidas socialmente quando participam desta riqueza, quando a ostentam. Contudo dela despidas, nenhum reconhecimento social teriam, porque tais pessoas, sob a lógica do capital, valem menos do que a riqueza que possuem. (MANCE 1999, pp.18 - 19)

Conforme o pensamento de Mance, o FBES entende que o Fenômeno da Ecosol surgiu como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária” que visa a promoção do bem-viver. De fato a Ecosol apresenta-se como uma nova forma de gerir a economia, ou como uma nova cultura econômica que coloca o ser humano como centro - sujeito e finalidade - da atividade econômica em vez do lucro.

Esses estudiosos consideram o fato de que o descompasso provocado pelo sistema capitalista entre o alto desenvolvimento tecnológico e a pobreza social proporcionou o surgimento de agentes mobilizadores em busca de uma situação que favoreça o bem comum e o desenvolvimento social da humanidade como um todo, deixando de lado a “competição” e seguindo rumo a uma economia em que os participantes da atividade econômica cooperam entre si, solidariamente.

Nessa perspectiva, a Ecosol pode ser entendida como movimento popular e operário de luta contra o desemprego e a exclusão social, através da realização de experiências desenvolvidas a partir do ideal de solidariedade dos indivíduos, configurando-se, dessa forma, como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER, 2002).

Entusiasmados com esta realidade, alguns estudiosos: economistas, sociólogos, entre outros, produziram novas teorias para compreender este fenômeno, como à teoria

econômica da autogestão. Quando essas cooperativas começaram a decrescer novos estudos foram desenvolvidos sobre o associacionismo, tendo em vista que as associações tinham muito em comum com as cooperativas autogestionárias. (DEFOURNY, 2001).

No que diz respeito à definição do conceito atualmente, estudos realizados sobre a Ecosol demonstram que esse fenômeno tem sido objeto de diferentes interpretações, ou seja, possui diversas terminologias - socioeconomia solidária, economia social, economia de proximidade, economia de solidariedade, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária.

Segundo Arruda (2003a), essa diversidade de conceitos consiste em uma busca comum de resgatar o sentido original do vocábulo economia. Assim, o autor nos oferece uma proposta de re-concepção de economia entendida não apenas como uma atividade de acumular riqueza material, a que foi reduzida a economia humana, principalmente pelo capitalismo, mas uma economia entendida como:

A arte de gerir a grande casa. Não só a minha casa familiar, que é muito importante como referencial, mas também cada comunidade a que pertencemos, o nosso país e a grande mãe terra que nos abriga, [...]. Tudo isso é a grande casa que está na nossa mão para administrar. [...] E o que temos feito dela? um desastre lamentável. (ARRUDA, 2000, p.205).

Nessa abordagem, Arruda remete o surgimento do fenômeno da Ecosol a uma transformação de valores, para que os sujeitos sejam colocados como protagonistas de uma nova economia, que visa ao desenvolvimento humano e social, fundada nos princípios da cooperação e da solidariedade. Esta mudança cultural é entendida como um dos principais desafios para o desenvolvimento dessa nova forma de gerir a economia. No capítulo dois deste trabalho voltaremos a discutir melhor essa questão.

Por um lado, essa diversidade de conceito é resultante do desenvolvimento das práticas econômicas solidárias desenvolvidas para assegurar a sobrevivência e/ou melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas em vários países, por um curto período de tempo. Arruda (2003a).

É válido dizer que, as experiências econômicas solidárias desenvolvidas a partir dos princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX foram sendo aperfeiçoadas e recriadas em vários contextos socioculturais, dessa forma ganhando múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

A despeito dessa diversidade de formas de organização, e independente da terminologia utilizada, o crescimento dessa forma de organização baseada na cooperação

dos grupos sociais menos favorecidos gira em torno da ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo. Singer (2002); Gaiger (2004); Cattani (2003); França Filho (2004); Barcelar (2006),

Por outro lado, esses conceitos emergem para fazer distinção entre as abordagens econômicas solidárias da economia capitalista. Como na I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2006, na qual a Ecosol foi definida, como um modo de pensar a economia diferente da lógica do capitalismo pois se coloca contra a o lucro em detrimento do ser humano. Para tanto se faz necessário a “construção” de novos atores sociais formado por trabalhadores autogestionários e consumidores conscientes.

Ressalta-se que nem todos os estudiosos do tema concordam com essa perspectiva. Do ponto de vista de Vainer (2000), por exemplo, não há possibilidade de se unir economia e solidariedade, uma vez que esses conceitos se opõem. Ou seja, na economia capitalista não existe lugar para a solidariedade, tendo em vista que a solidariedade se dá conforme valores e práticas opostas ao capitalismo.

Para Oliveira (2000, p. 87-89), a Ecosol não se constitui um modelo válido de organização produtiva, alternativo ao capitalismo. Em suas palavras:

Essa não é alternativa nenhuma, ela vende para baixo, leva até a última ponta da distribuição de renda, os clones dos produtos nobres que a classe média e rica consome, é isso que existe de fato. Então, é preciso olhar para isso com firmeza, com seriedade, para poder decifrar esse enigma e tentar chegar à estruturação, realmente de uma economia popular alternativa. A maior parte do setor informal é, na verdade, uma desesperada tentativa de sobrevivência. Ela não é outra coisa senão o rabo do sistema brasileiro, profundamente desigual. Essa coisa não é criação de autonomia dos trabalhadores. Esta coisa é uma consequência da profunda desigualdade brasileira.

Martim (1995, p.76) considera que a Ecosol “[...] assentando ainda numa concepção eufemizada das solidariedades familiares, pode conduzir ao resultado perverso de um aumento das desigualdades [...]”

Lisboa (1999) critica o fato de que, no desenvolvimento de suas ações a Ecosol tenha desempenhado um papel apenas de amenização das condições precárias de trabalho e não de solução dessa problemática. Em outras palavras, o autor entende que a Ecosol se caracteriza apenas como uma alternativa no capitalismo e não ao capitalismo.

Nesse mesmo sentido, Barbosa (2007, p.27), considera que “(...) as atividades da economia solidária podem até apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção diferente (...)”.

Reforçando essa ideia acerca do modo de produzir da Ecosol, Castel (1998) compreende que essas iniciativas da Ecosol não são inovadoras o suficiente para serem promovidas, ficando, portanto, no limite da “experimentação”.

Seguindo esse entendimento, Lima (2008, pp. 5 - 9) observou que “o trabalho informal no Brasil é de caráter “complementar”. Alardeado como desejo de autonomização, o autoemprego raramente é uma opção do trabalhador e sim falta de opção frente a um mercado de trabalho restrito”. O autor também considera que:

Segundo a lógica proposta pela Economia Solidária, para corrigir as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a economia tem que deixar de ser competitiva para se tornar solidária. Assim o conceito de solidariedade consiste numa forma de comportamento e organização econômica que se realiza através da associação entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Como a associação igualitária, é a condição para que haja solidariedade, é necessária, também, a posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas atividades econômicas em cooperação. Lima (2007, p.97).

Conforme podemos verificar no debate acima com os autores, a Ecosol vem se desenvolvendo no cenário mundial atual, com notória existência de vários desafios na prática dos trabalhadores, e também provocado controvérsias entre estudiosos da questão, de forma que ainda não há uma definição consensual acerca do que seja esse fenômeno.

De um lado, um grupo de estudiosos que atribuem a Ecosol uma forma de organização solidária na luta contra o desemprego. Um fenômeno que vem se desenvolvendo como uma nova prática econômica fundamentada em uma colaboração solidária que significa a realização do trabalho e do consumo compartilhados e, cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém primeiramente de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular. Mance (1999).

De outro, os que entendem que a Ecosol não constitui-se como um modelo válido de organização produtiva, alternativo ao capitalismo. Mas como um reflexo dessa organização de produção, que tende a crescer nos momentos de crise para diminuir o desemprego gerado pela expulsão dos trabalhadores do trabalho regular.

Embora apresentem uma divergência quanto à concepção do fenômeno da Ecosol, estes autores se convergem quanto à crítica ao sistema capitalista e suas consequências humanas desastrosas. Em nossa investigação, consideraremos as contribuições desses autores como forma de dinamizar nossa discussão e/ou análise da realidade proposta.

## 1.2 VALORES E PRINCÍPIOS FUNDANTES

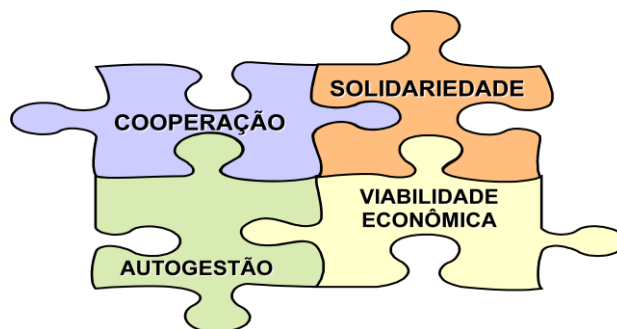


**Figura 1** - Características da Ecosol

**Fonte:** Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília 2006, p.12)

*Cooperação* - existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

*Autogestão* – exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses.

*Atividade econômica* – agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

*Solidariedade* – preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores (as) e consumidores (as). (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. BRASÍLIA, p.12);

Iniciamos essa parte de nosso trabalho com uma figura que demonstra os valores e princípios básicos da Ecosol compreendido no âmbito da SENAES.

É válido dizer que, embora não exista um conceito unívoco nem preciso sobre o fenômeno da Ecosol, em nosso estudo, adotamos o conceito de Ecosol definido pela SENAES como um “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob forma coletiva, cooperada e autogestionária!”. (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL 2005. BRASÍLIA, 2006, p.11).

Esse conceito explicita os valores e princípios fundantes da Ecosol: cooperação, autogestão, e solidariedade na ação econômica presentes nessas formas de organização. “É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Ecosol”. (ATLAS DA ECOSOL NO BRASIL 2005. BRASÍLIA, 2006, p.11).

Singer (2002, p.9), em seus estudos sobre o tema, chama atenção para o fato de que: “**A solidariedade** na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

Arruda (2002, p.2) considera que a solidariedade na autogestão deve ser consciente, ou seja, uma solidariedade em que o sujeito assume uma postura ativa com respeito a diversidade. Nas palavras do autor:

A solidariedade consciente envolve o reconhecimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo. Em consequência convoca a responsabilidade cada um pelo todo. A solidariedade consciente vai muito além do mero cumprimento dos deveres com o outro, a comunidade e a sociedade. Ela se refere a postura ativa daquele que acolhe o outro por que é diferente, e portanto complementar a si próprio. O princípio da solidariedade impulsiona valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para a construção de unidades que respeitem a diversidade.

Em Gaiger (2000) e Melo Neto (2005), a Ecosol se caracteriza como modelo de produção, fundamentada nos princípios da autogestão e cooperação, usados nos EES, propiciando uma forma de produção diferenciada pela democratização e autonomia dos (as) trabalhadores (as) associados (as). Nestes EES, o controle de todo o processo de produção é realizado pelo conjunto dos (as) participantes/associados (as), os (as) quais são proprietários (as) dos meios de produção, seja total ou parcialmente.

**A autogestão** é, assim, caracterizada pela participação democrática dos trabalhadores (as) associados (as) em todas as decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, podendo estes, assumirem uma variedade de forma jurídica: cooperativas, associações, redes de cooperação, entre outras.

Nesse sentido, o que define a autogestão não é a forma jurídica da organização, mas sim as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias que fazem da produção associada algo para além de uma organização econômica, uma vez que proporciona um espaço para a experimentação social e para a realização de ações educativas no campo social, socioambiental, político e cultural.

Em suma, a autogestão significa que são os próprios trabalhadores associados que gerenciam todo o processo de produção e a destinação dos produtos desse processo. Assim, se faz necessário que os meios de produção sejam de propriedade coletiva dos

próprios trabalhadores, desta forma deixam de existir os patrões, donos ou gestores do capital privado<sup>8</sup>.

Outra característica da Ecosol a se destacar diz respeito à **cooperação** e/ou colaboração realizada pelos trabalhadores autogestionários e, que segundo Arruda (2003c, pp.49-53) “sinaliza um sentido de ação e um sentido de movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista”. O autor considera que:

Enquanto ação, significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, de empreender com, de produzir com, o que pode também ser visto como valor, como resultado de uma representação, de uma visão de mundo e visão de homem. Nessa direção cooperação significa tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um (a) do (a)s participantes. Enquanto movimento, nos remete um pouco à história da humanidade cujas primeiras civilizações se caracterizavam pela vida em coletividade. [...] toda iniciativa cooperativa que não se apóie sob um movimento parece condenado ao fracasso [...]

**Viabilizar economicamente** essas iniciativas cooperativas, solidárias, autogestionárias é uma das preocupações que tem levado tanto os empreendedores, quanto as Entidades de Apoio e Fomento e o Governo Federal a agregar esforços no sentido de torná-la possível. Na parte três de nosso estudo retomaremos essa discussão.

É válido dizer que, o avanço dessas experiências de Ecosol, desenvolvidas em todo mundo são extremamente variadas com diferentes tamanhos e formas. Ou seja, no que diz respeito ao modelo de organização, tendo iniciado sob a forma de cooperativa, atualmente os EES estão distribuídos com diferentes tamanhos e diversas modalidades: cooperativas, associações populares, grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos); cooperativas ou associações de agricultores familiares, empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas que são recuperadas pelos (as) trabalhadores/as); fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas forma jurídicas também informais); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem uso da moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

Em face do crescimento desses modelos de produção no Brasil, atualmente, Gaiger (1999), procurou verificar a viabilidade econômica desses EES. Em seus estudos no Rio Grande do Sul, percebeu que a ação econômica é uma das causas de motivação da

---

<sup>8</sup>Extraído, com adaptações, de: **Caderno de orientações dos Agentes de Desenvolvimento Solidários**. PPDLES.

agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para todo o processo da atividade produtiva.

Contudo, considerando sua viabilidade econômica, a partir dos critérios de eficácia e efetividade, sem comprometimento do ambiente social e natural, chama atenção para alguns limites, no sentido de mecanismos que venham contribuir com a expansão e consolidação desse campo, como, por exemplo, falta de interdependência econômica solidária, na maioria dos casos, o que resulta isolamento e consequente adaptação de vários empreendimentos às regras do mercado capitalista, o que pode trazer resultados não desejáveis no futuro.

Gostaria de ressaltar que, no Brasil, o fato dessas experiências terem ligações com movimentos e/ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiram-lhe aflorar para a consciência social do momento. Isso suscitou o interesse acadêmico a realizar uma discussão sobre o contexto atual desse fenômeno no cenário social do país, conforme passaremos a apresentar a seguir.

### 1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL

No cenário brasileiro, estudiosos do tema consideram que as primeiras organizações econômicas solidárias foram às cooperativas que surgiram no país, no final do século XIX, apresentando-se de forma pouco expressiva até meados do século XX. Idealizadas a partir do modelo dos tecelões de Rochdale, aparecem inicialmente na cidade de Limeira, São Paulo, como forma de organização da população pobre, e não como possibilidade de organização de uma sociedade com capacidade de inserção nos seus bens e serviços. (MELO NETO, 2005; SINGER E SOUZA, 2000).

Já no final do século XX, a Ecosol (re) surge no país e começa a se desenvolver ao longo dos anos 1980. Expandiu-se, vigorosamente nos anos 1990 e no início dessa primeira década do século XXI, através de novas formas alternativas de organizações de produção, tendo em vista o agravamento da crise do desemprego a partir das políticas neoliberais, que foram sendo adotadas no país nesse período, e da reestruturação econômica, com o fim da proteção aos setores industriais, e a privatização das empresas estatais. (BARBOSA, 2007; SINGER E SOUZA, 2000; ANTUNES, 2006).

Nessa década, adicionou-se a esse quadro a adoção do modelo de trabalho flexível intensificaram-se os mecanismos de superexploração do trabalhador, ampliando-se com

isso o quadro de crescimento inusitado de trabalhadores fora do setor formal da economia e sem direitos sociais, configurando-se em um contexto social marcado pelo desemprego e pela expansão das cooperativas industriais e de produção, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração do mundo do trabalho.

Em estudos realizados sobre a Ecosol no Brasil nesse período, Singer (2010, p.9) assim se coloca:

A Economia Solidária surge no Brasil com força, na década de 1990, em função da tragédia social representada pela explosão do desemprego em massa, da miséria e da exclusão social como frutos da contra revolução neoliberal, que globalizou a economia no Brasil e de dezenas de outros países, privando estados nacionais do poder de regular a economia de seus países e entregando a definição dos rumos da economia mundial aos interesses privados de algumas centenas de transnacionais.

Umas das iniciativas solidárias que surgiram no país nesse período foram as cooperativas oriundas de algumas fábricas falidas. Um exemplo notório pode ser visto no Nordeste, no Estado de Pernambuco: trata-se da experiência da Usina Catende, que foi transformada em cooperativa de produção pelos trabalhadores, sob ameaça de perderem seus empregos.

Em outras palavras, para evitar o fechamento definitivo da empresa, evitando a dilapidação de seu próprio patrimônio, com a manutenção de 2.300 famílias com seus empregos, os trabalhadores recuperaram-na em moldes da diversificação industrial e agrícola de culturas, construção e consolidação de uma empresa autogestionária – A Companhia Agrícola Harmonia -, e assim garantiram seus empregos e as possibilidades de geração de novos postos de trabalho, a partir de seu desenvolvimento<sup>9</sup>.

Essa experiência marcou a história de luta e resistência da população que, excluída de seus direitos, passou a atuar em experiências alternativas de produção, na busca de garantir a reprodução ampliada da vida e não do capital, além de objetivar também a autonomia dos trabalhadores (as), devolvendo-lhes seu lugar de sujeitos de direito na sociedade.

Em seus estudos sobre os EES no Brasil, Gaiger (1999) reconhece a existência de diferentes formas de associação de trabalhadores (as), viáveis como forma de economia alternativa para a geração de trabalho e renda. Diferente por não se apresentar conforme a lógica do capitalismo, mas sim fundamentada nos princípios da cooperação, aqui

---

<sup>9</sup> Para melhor compreensão dessa experiência, consulte: MELO NETO, José Francisco de. **Usina Catende**: para além dos vapores do diabo. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

compreendida como a existência de interesses e objetivos comuns, responsabilidades partilhadas no processo produtivo, partilha dos resultados obtidos pelo conjunto dos associados e plena união dos esforços e capacidades. Dessa forma, os trabalhadores (as) associados (as) podem recriar suas vidas, sem deixar de considerar os limites e contradições dessas novas experiências.

Entendemos que, o (re) surgimento desse fenômeno no Brasil, assim como em vários outros países, se deu a partir das crises e fragilidades do capitalismo que abriu espaços para novas formas de organização produtiva para a população “excluída dos direitos” e não excluídas “pelo mercado”. Afinal, todos (as) de certa forma estão incluídos (as) no mercado, uma vez que compram algo para sobreviver. (OLIVEIRA, 2000, p.89).

A seguir, mostraremos de forma detalhada, através de um quadro, as tipologias dos EES, ressaltando a diversidade de experiências que vêm sendo desenvolvidas no país na perspectiva da Ecosol.

| Organizações Solidárias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Atividades Econômicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Cooperativas<br> Associações<br> Grupos informais<br> Redes Solidárias/de cooperação<br> Clube de Trocas<br> Fundo Rotativo<br> Bancos comunitários,<br> Empresas de Autogestão, etc. |  Produção de Bens<br> Prestação de Serviço<br> Créditos e Finanças Solidárias<br> Comércio Justo<br> Consumo Solidário<br> Trocas, etc |

**Quadro 1** - Tipologias dos Empreendimentos da Economia Solidária no Brasil

**Fonte:** Pesquisa sobre Ecosol 2005

Como podemos observar, a Ecosol procura organizar-se como a concreta expressão de uma nova forma de produção e distribuição, grupos coletivos organizados de forma democrática reunindo trabalhadores (as) excluídos do mercado formal de trabalho, os quais passam a adotar uma identidade social e política quanto a forma de “fazer economia”, sendo os protagonistas e o principal segmento do movimento da Ecosol. (CHAVES & PINTO, 2007).

Assim a Ecosol passa a ser entendida como uma forma de integração desenvolvida para legitimar social e legalmente os que estão a margem da sociedade no país. Veja a seguir como a organização do Movimento da Ecosol vem se desenvolvendo na Paraíba, cenário de nossa investigação.

#### 1.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENÁRIO PARAIBANO

No Estado da Paraíba, assim como em todo País, a realidade desse fenômeno apresenta-se como um campo de práticas em construção, com maior intensidade a partir dos anos 1990. Vem sendo organizado por algumas categorias de atores e instâncias, das quais a principal são os EES.

Conforme dados obtidos pelo SIES através da realização do Mapeamento<sup>10</sup>, identificaram-se em 2007, 670 experiências com características de EES em 128 municípios do Estado da Paraíba, o que corresponde a 58,7% do total de Municípios Paraibanos. Destes 670 EES, uma maioria, ou seja, 57,8% encontram-se organizados em forma de Associação; seguido de 31,2% formado por grupos informais. Destes apenas 7,8% encontram-se organizados em forma de Cooperativas. Conforme representado no gráfico a seguir:

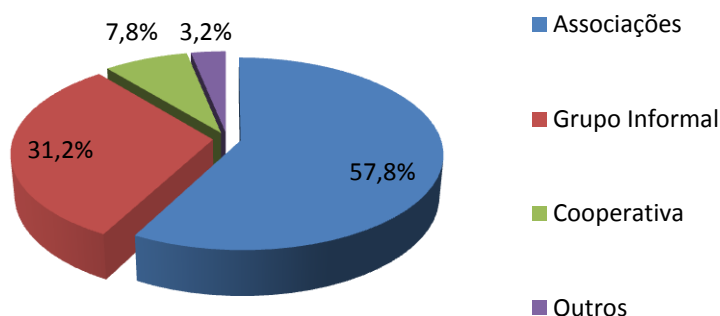


**Gráfico 1** Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado da Paraíba  
**Fonte:** Pesquisa do SIES/2005

A partir desses dados, percebe-se uma predominância do número de Associações no universo dos EES no Estado da Paraíba. No entanto, nos resultados apresentados, não

<sup>10</sup> MAPEAMENTO – Pesquisa realizada para identificar e caracterizar as iniciativas de organização do trabalho ideadas pelos princípios da Ecosol no Brasil sob a responsabilidade da SENAES, através do Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES.

No Estado da Paraíba, esse mapeamento foi executado por uma Equipe Gestora Estadual (EGE), formada por algumas Instituições de Fomento e Acessoria ao Movimento e por representantes dos EES: INCUBES/UFPB, Núcleo da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO)/Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e pela Superintendência Regional do Trabalho (SRT), antiga Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Também fizeram parte da EGE a CÁRITAS, o Instituto Cidades e os EES Espaço da Criação e Cooperativa de Confecção e Artesanato (ROMANE).

encontramos uma explicação para o motivo das Associações aparecerem em maior número. Entendemos que um dos motivos possa ser a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo.

Quanto às experiências cooperativas, apesar de terem influenciado profundamente a origem da Ecosol, aqui aparecem como a forma menos expressiva de empreendimento. Talvez isso se explique pelo aumento de custo tanto da produção como da comercialização dos produtos, dessa forma jurídica de empreendimentos.

É válido dizer que há no Brasil uma diversidade de cooperativas, e que nem todas são consideradas como EES. Há, por exemplo, as cooperativas consideradas “coopergatos”, ou seja, aqueles que se legalizaram apenas para diminuir seus custos, uma vez que pela legislação do país não são obrigadas a cumprir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas cooperativas se constituem como uma das responsáveis pelo aumento da precarização do trabalho no país.

Há também as grandes cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que buscam, sobretudo, o sucesso econômico, aproximando-se, dessa forma, do discurso do capitalismo e não das organizações autogestionárias.

Conforme dados obtidos nessa pesquisa, os principais motivos de criação desses EES no Estado foram: a obtenção da condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios, representando (17,2%) dos motivos; seguido pelos que responderam ser uma fonte complementar de renda (15,8%); depois pelos que disseram ter sido incentivados por representar uma alternativa ao desemprego (15,2%) e os que alegaram ser o empreendimento associativo uma forma de obtenção de maiores ganhos (15,1%).

Quanto às Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Ecosol no Estado, estas compreendem organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos: órgãos governamentais, ONGs, OSCIPs, Igrejas, Associações e Conselhos Comunitários; Universidades, Incubadoras e Unitrabalho; Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação), entre outras.

É válido salientar que o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba (FEES/PB), fundado em 2000, constitui-se em principal espaço político de articulação do Movimento, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas voltadas principalmente ao campo da Ecosol.

Atualmente o FEES/PB apresenta uma estrutura e organização de acordo com as necessidades e limites do movimento. Sua estrutura é composta por EES, Entidades de Acessoria e Fomento e Gestores Públicos. Atua em todo o Estado com representações nas regiões da Zona da Mata/Litoral; Agreste/Cariri/Curimataú e Sertão, onde estão organizados os Fóruns Regionais. As plenárias são realizadas a cada dois meses, sendo abertas a todos (as) os (as) interessados (as).

Lembrando que a Coordenação Estadual é a principal instância de decisão, composta por quatro representantes de Empreendimentos: Arte e Vida (João Pessoa); Grupo Vitória (João Pessoa); Cooperativa de Artesanato e Confecção de Vestuários Afins e Eventos das Malvinas (CASSEMA)/(Campina Grande); União das Associações Comunitárias (UAC) (Patos); e três entidades de fomento: UNISOL, Instituto Cidades e Via do Trabalho. Também participam dessa organização, como membros, outras Instituições de Apoio e Fomento ao Movimento da Ecosol no Estado da Paraíba e alguns EES. Veja no quadro 2, na página a seguir, uma lista dos EES e Instituições Membros do Fórum de Ecosol Paraibano conforme sua região de origem.

Gostaríamos de ressaltar que, os principais objetivos do Fórum têm sido o fortalecimento e avanço da Ecosol no Estado. Para atingir essa meta, tem investido na realização de eventos com caráter não só econômico, mas, sobretudo, de formação, tanto em nível estadual quanto regional.

A realização desses eventos visa não somente promover a possibilidade de negócios e parcerias futuras, mas também dar visibilidade ao movimento, além de proporcionar uma maior integração entre os empreendedores que vivenciam os princípios da Ecosol. As Feiras paraibanas de Ecosol são parte integrante desses eventos no sentido de realizar uma ampla divulgação do fenômeno. Na parte três desse estudo detalharemos melhor essa ação da Feira.

A partir do que foi apresentado anteriormente, compreendemos que o Movimento da Ecosol tanto no cenário nacional como estadual apresenta-se como uma forma de organização dos grupos sociais menos favorecidos, idealizados a partir dos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão etc. Ressaltando que, essas organizações econômicas solidárias que vem se apresentando no cenário paraibano assim como no cenário nacional, configuram-se em uma nova prática de produção, desenvolvidas como resposta dos (das) trabalhadores (as) às transformações ocorridas no mundo do trabalho.

### Organização/Região

| ZONA DA MATA                                    |
|-------------------------------------------------|
| AASERVIR                                        |
| AMAZONA                                         |
| ARO-IRIS                                        |
| ARTE E VIDA                                     |
| ARTE COM AS MÃOS                                |
| ARTES DIVERSAS                                  |
| ARTE NAS MÃOS                                   |
| APÓICHÁ                                         |
| ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS FAROL DE CABEDELO       |
| ASSOCIAÇÃO MULHERES QUE TECEM ARTE              |
| BIJOUTERIA ARTESANAL                            |
| CÁRITAS BRASILEIRA NE II                        |
| DONS E TALENTOS                                 |
| ELEM ARTES FLORES E PINTURA                     |
| FLORESCER COM ARTE                              |
| IMS                                             |
| INCUBES                                         |
| INSTITUTO CIDADES                               |
| COOP. DE ARTESANATO, RECICLE E TECELAGEM        |
| VIDA E DOÇURA                                   |
| GRUPO ARTISTICO                                 |
| GRUPO MARIA FUXICO                              |
| GRUPO MULHERES SEMENTE DA VIDA                  |
| GRUPO PALADAR                                   |
| UNIARTERESS                                     |
| VIA DO TRABALHO                                 |
| VITORIA                                         |
| GRUPO MANIA DE CROUCHÊ                          |
| GRUPO PALADAR                                   |
| GRUPO CRIATIVIDADE MIL                          |
| GRUPO ARTE E PRODUÇÃO                           |
| GRUPO DE CULINÁRIA                              |
| SERTÃO                                          |
| GRUPO DE MULHERES DO ASSENT VENEZA              |
| GRUPO DEMULHERES ARTESÃS                        |
| GRUPO DOS GOIABEIRAS                            |
| GRUPO DE APICULTORES DO ACAMPAM N VIDA I        |
| MULHERES ARTESÃS DO ASSENTAMENTO ACAUÃ          |
| CAASP                                           |
| UAC                                             |
| CEMAR                                           |
| GRUPO DE MULHERES DO SÍTIO CAJAZEIRAS NOVA      |
| NUCLE DE MULHERES ARTESÃS DO ASSENTAMENTO ACAUÃ |
| ARTES GLÓRIA                                    |
| MUNDO NATURAL                                   |
| AGRESTE E CARIRI                                |
| GRUPO RAIZ                                      |
| AMA CG                                          |
| CASSEMA                                         |
| ASSOCIAÇÃO DAS ARTESÃS SOLIDÁRIAS DO CARIRI     |
| GRUPO DE MULHERES DO LIGEIRO                    |
| ASSOC. DE ARTES E CULTURA DE L. SECA            |

**Quadro 2** Lista dos EES e Instituições Membros do Fórum de Ecosol/PB conforme sua região de origem

**Fonte:** <http://feespb.blogspot.com/p/membros.html>

## 1.5 O POLÍTICO E O EDUCATIVO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O diálogo realizado inicialmente com os autores nos remete a uma reflexão sobre a dimensão política e educativa do Movimento da Ecosol, a qual passaremos a realizar nessa parte de nosso trabalho. Inicialmente faremos uma abordagem da organização sociopolítica do Movimento da Ecosol no Brasil. Em seguida passaremos a refletir sobre seu caráter educativo.

### 1.5.1 Organização Sociopolítica do Movimento da Economia Solidária

Ao observar o cenário sociopolítico e econômico brasileiro nos últimos anos, percebe-se que a ditadura do capital tem colocado a margem do mercado de trabalho formal uma parcela considerável da população. Em face da ampliação do leque de carências e aspirações humanas que não podem ser atendidas através desse sistema econômico, é notório o engajamento bastante expressivo de vários segmentos da população brasileira – ONGs, sindicatos, entre outros - na elaboração de estratégias de compreensão e intervenção da situação de pobreza e marginalização do país.

Nesse contexto de mobilização social, destacamos aqui a Ecosol enquanto forma de autorganização socioeconômica e de enfrentamento do desemprego estrutural, a partir de alternativas de trabalho coletivo. Bem como na busca de assegurar aos (as) trabalhadores (as) o empoderamento democrático e de inclusão social através da reapropriação dos direitos que lhes foram expropriados ao longo da história pelo capitalismo, promovendo assim a democracia.

Dessa forma, para além de uma dimensão socioeconômica, as práticas de Ecosol apontam também uma dimensão sociopolítica, que caracteriza a Ecosol como um Movimento Social, organizado, no qual os (as) próprios (as) trabalhadores (as)/empreendedores (as) configuram-se como seus principais protagonistas.

Conforme os critérios estabelecidos pela SENAES, esse primeiro segmento da organização do movimento da Ecosol, ou seja, esses EES são caracterizados como organizações:

- ✓ Coletivas suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc. Cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as)

dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

✓ Permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas. Com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;

✓ Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. BRASÍLIA 2006, p.13):

Nesse sentido, Arruda (2000) considera que são milhares as práticas econômicas solidárias desenvolvidas em todas as regiões do Brasil, e no mundo, em três níveis: micro, meso e macro. O desenvolvimento de um cooperativismo solidário, por exemplo, está situado no nível micro da realidade concreta desse fenômeno. Já no nível meso, o autor situa as inúmeras redes de trocas solidárias (articulação de certas atividades de financiamento, produção e comércio), que compartilham entre si necessidades e demandas, recursos e ofertas.

Essa articulação busca promover o desenvolvimento das atividades econômicas autogestionárias locais, possibilitando o atendimento das necessidades da comunidade através de trocas de serviços entre os sujeitos. É válido dizer que essas redes fazem uso de uma moeda comunitária para realização de intercâmbio de mercadorias. Um caso bastante conhecido no Brasil é a Associação de Moradores do conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE, popularmente conhecido como o Banco Palmas. (SILVA JÚNIOR 2005; MELO NETO & MAGALHÃES 2003).

Essa experiência consegue promover um intercâmbio entre diversas formas de organização de práticas de Ecosol (cooperativas, comércio justo, e finanças solidárias). (FRANÇA FILHO, 2004; ARRUDA, 2000).

No nível macro Arruda (2000, pp. 217-218) menciona a experiência da “rede Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, dentro da qual existe um polo, uma rede de Socioeconomia Solidária”, ou seja, uma aliança de articulação, com o objetivo de proporcionar uma forma de pensar e disseminar essa nova organização econômica, globalmente.

Contudo, o autor chama atenção para algumas fragilidades na construção dessas organizações econômicas solidárias, uma vez que, apesar de estar pautada na

solidariedade, a competição é algo presente na prática das articulações comerciais, mesmo entre as próprias cooperativas autogestionárias.

Para que essa batalha entre as pessoas - incentivada pelo mercado na sociedade competitiva - não prevaleça nas relações econômicas autogestionárias, e a cooperação não passe a servir ao fim último da dominação e/ou eliminação do outro para sobressair sozinho, é necessário que aconteça uma transformação dos valores culturais dos sujeitos envolvidos na construção dessa nova sociedade, a fim de que as relações econômicas impliquem confiança, e a expectativa de que o sujeito que compra não está sendo enganado pelo sujeito que vende. (ARRUDA, 2000).

Nesse processo de organização da Ecosol no País, destacamos a importância da participação de algumas Entidades de Apoio e Fomento, ou seja, das organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, acessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos EES. A seguir, vejamos exemplos dessas organizações.

As Universidades por meio da rede Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e da Fundação Unitrabalho, vêm trabalhando com EES que atuam em várias áreas: agricultura familiar, artesanato, entre outros, considerando as especificidades de cada área, com seus desafios, dilemas e contradições.

No âmbito dos sindicatos, destacamos a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que iniciou a debater o tema da Ecosol a partir da crescente visibilidade dos EES no Brasil, frente à reestruturação produtiva e ao desemprego. A partir dessas discussões em seminários promovidos pela CUT, originou-se a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) para apoiar a constituição e o desenvolvimento dos empreendimentos considerados solidários.

A Cáritas, que em 1980 criou os Projetos Alternativos Comunitários (PACS), a partir do ideal de solidariedade. E algumas ONGs, como a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), ONG muito antiga, voltada para a promoção dos direitos humanos da gestão democrática e da Ecosol. Atualmente atua em vários estados do País (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso; Pernambuco e Rio de Janeiro).

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado em 1981 - entre seus fundadores está o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Constitui-se de uma instituição filantrópica, cuja missão é aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade,

objetivando a construção de uma cultura democrática de direitos, no fortalecimento do tecido associativo e no monitoramento e influência sobre políticas públicas. Sua atuação ultrapassa as fronteiras nacionais, tendo conexões com outros países, especialmente na América Latina e África.

O IMS tem sede em Brasília – DF; suas atividades abrangem quinze Estados da Federação além do Distrito Federal. Desde sua criação em 2008, vem investindo na construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a qualidade de vida de amplos segmentos da população.

Para tanto atua em várias áreas, bem como em espaços de formação educacional e, em Ecosol, através do Programa: Ecosol e Consumo Responsável, criado como desdobramento de ações e discussões sobre a necessidade de investimento na transformação da vida dos (as) trabalhadores (as) imersos (as) na precariedade do mundo do trabalho.

Assim, através dessa nova forma de gerir a economia com vistas a justiça social e a promoção da democracia esse programa estimula ações de enfrentamento do desemprego a partir de quatro linhas de atuação:

- ✓ O fortalecimento de empreendimentos de Ecosol, no apoio direto a grupos produtivos comunitários e o investimento no avanço conceitual da Ecosol, estimulando e apoiando eventos; bem como estimulando a produção e elaboração/reflexão teórico-metodológica;
- ✓ A capitalização de fundos de microfinanças que, partindo da organização comunitária, procura superar os limites do acesso a recursos, provendo crédito para implantação dos empreendimentos econômicos, bem como recursos para a sua legalização/formalização; e
- ✓ A promoção e fortalecimento de rede de colaboração solidária. O apoio é direcionado à busca da intensificação das trocas no interior do conjunto dos empreendimentos, incluindo a revitalização de feiras livres e pontos fixos de comercialização, como lojas e centrais de comercialização, entre outros.<sup>11</sup>

Também compõem o Movimento da Ecosol algumas Ligas ou Uniões, como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), oriunda da transformação de empresas em crise falimentar em cooperativas pelos trabalhadores. Ou seja, foi organizada para assessorar tais processos de transformação; a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Ecosol (UNIFACES), com cerca de 700

---

<sup>11</sup>Informações obtidas através do site: [http://www.ims.org.br/?page\\_id=45](http://www.ims.org.br/?page_id=45). Acesso em 23/12/2010

cooperativas; a União de Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL) - Cooperativa fundada em março de 2000, em São Paulo, com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL); e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), criando a partir do fim dos anos 1980 as Cooperativas Agropecuárias nos Artesanatos de Reforma Agrária, da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria (COCRAB), um dos maiores movimentos de massas da história recente do país – aparecem em meados dos anos 1990 no cenário nacional.

Algumas Redes e Fóruns também integram o Movimento da Ecosol: a Plataforma de Entidades e Atores do Movimento do Comércio Justo e Solidário (FACES DO BRASIL) criada em 2001 por uma articulação de entidades públicas e privadas contextualizadas historicamente no fomento à produção de base solidária. São entidades brasileiras que perceberam no conceito internacional de Comércio Justo uma possibilidade concreta de ampliação e aprimoramento das relações comerciais de base solidária em nosso país.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma série de ações em prol da construção de um conceito brasileiro de comércio justo "para e por brasileiros", ou seja, atento às demandas e peculiaridades de nosso país, e feito pelos atores dos movimentos de base que já trabalhavam por novos padrões de produção e consumo.<sup>12</sup>

A Rede de Socioeconomia Solidária criada em junho de 2000, no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes, no Rio de Janeiro/RJ, com organizações de Ecosol das diversas regiões do país, constitui-se hoje em um bloco histórico em formação, em oposição ao sistema capitalista. Através de um projeto da socioeconomia solidária, considerando os valores do trabalho emancipado, propriedade e gestão cooperativas dos meios de produção econômica e das formas de reproduzir a vida, a constituição de sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social, combate a opressão e a exploração econômica, política e cultural.

E a Rede de Gestores Públicos formada por representantes do Estado nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Esse importante segmento, juntamente com os demais, vem contribuindo com o debate acerca da formulação e consolidação das políticas públicas voltadas para o Movimento da Ecosol no país.

---

<sup>12</sup> Faces do Brasil. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/conhecaafaces.html>. Acesso em 15/12/2010

O papel social dessas entidades e redes de fomento e acessoria, as mais diversificadas organizações econômicas solidárias, quanto à assistência - técnica, administrativa e jurídica legal -, tem contribuído para que rapidamente multiplique-se o número de EES no País. É válido dizer que as Entidades de Fomento contam com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, diferentemente dos EES nos quais a maior parte dos integrantes não possui qualificação profissional.

Essa organização do Movimento da Ecosol suscitou uma discussão nos Fóruns Sociais Mundiais. Assim, durante o I Fórum Social Mundial, realizado no período de 25 a 30 de janeiro de 2001, surgiu a ideia de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como resultado de um momento considerado histórico, que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países. Destas, 1.500 participaram da oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, em que se tratou da autorganização dos (as) trabalhadores (as), políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

É válido dizer que, essa discussão sobre o processo de criação do FBES durante o I Fórum Social Mundial, se deu em conformidade com as discussões promovidas nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES), com o propósito de contribuir de forma mais significativa na formulação e viabilização das políticas públicas para o desenvolvimento da Ecosol, na condição de representante Máximo do Movimento junto a qualquer esfera de Poder e entidades nacionais e internacionais. Lembrando que os FEES constituem-se em espaços de articulação dos EES e Entidades de Apoio e Fomento, desenvolvendo ações e políticas junto ao FBES e a SENAES/MTE.

Como podemos perceber a Ecosol não é uma peça isolada, uma instituição solitária. Ela está inserida em uma realidade institucional, política e social mais ampla e atravessada por diversas forças sociais.

A partir dessa nova configuração, o Movimento da Ecosol, vem procurando se fortalecer gradativamente como uma nova cultura econômica, ou na busca de assentar as bases de uma nova forma de gerir a economia a favor da vida. Isto é, visando integrar solidariamente toda a sociedade, oferecendo a todos (as) oportunidades de trabalhar, consumir e viver com qualidade, de forma digna e ética.

A seguir, podemos visualizar melhor a organização atual do Movimento da Ecosol no Brasil, através de uma figura, que reflete sua abrangência no país. Ou seja, uma

amostra de sua dimensão, a qual aponta uma pontencialidade de expansão contínua para o futuro.

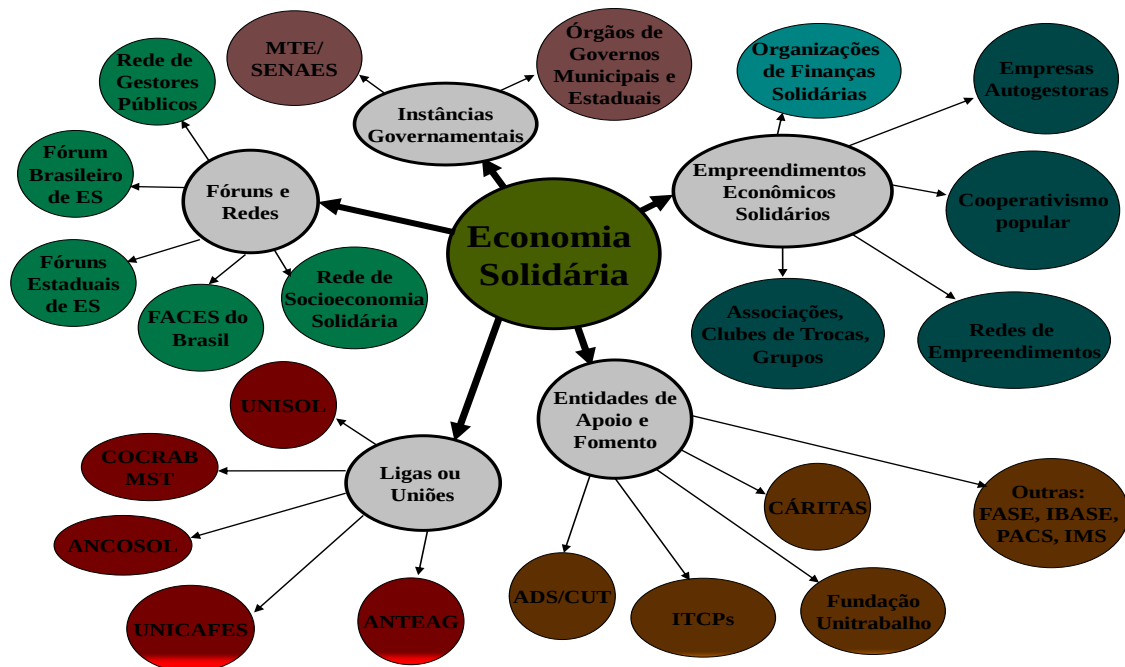


**FIGURA 2:** Atores do Movimento da Economia Solidária no Brasil

**FONTE:** Atlas Digital da Economia Solidária do Brasil 2005, Brasília 2006, p. 14

Nesta imagem projetada do Fenômeno da Ecosol que vem crescendo no Brasil, podemos observar nitidamente a rede de relações entre os segmentos que compõem o Movimento no país. Considera-se que a articulação do Movimento com a Instituição Governamental merece uma atenção especial; se por um lado, parece fortalecer o Movimento, concedendo a este maior força política; de outro, burocratiza suas ações e exige mais qualidade profissional de seus agentes.

Dessa forma, novos desafios surgem neste novo cenário do Movimento da Ecosol, ou seja, novas relações de poder que só poderão ser entendidas a partir da prática cotidiana do Movimento com o Poder Público.

Essa nova “configuração” na organização do Movimento da Ecosol no país ganhou força política ainda em 2003, durante o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, em resposta à demanda do Movimento, agora bem mais articulado com o poder público, foi criada a SENAES no âmbito do MTE, configurando-se como um momento histórico de cristalização da identidade da Ecosol, a

partir de um esforço contínuo, e que permanece a desenvolver a teoria e a prática desse fenômeno, com base na posse coletiva dos meios de produção por empreendimentos autogestionários.

Essa secretaria passou a constituir-se como principal articuladora política da Ecosol na esfera do governo, junto ao Conselho Nacional de Ecosol (CNES), formado por representantes dos três segmentos do Movimento da Ecosol no País conforme sua proporcionalidade. Em articulação com os Fóruns, outros Ministérios e Secretarias, esse Conselho têm como objetivo mobilizar e coordenar atividades de apoio á Ecosol em nível nacional, acompanhando e fomentando os programas estaduais e municipais desenvolvidos nessa área.

Uma das ações prioritárias da SENAES foi a implementação do Programa Ecosol em Desenvolvimento, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Ecosol nacionalmente a partir da instituição de políticas públicas no sentido de proporcionar a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário em todo país.

A implementação desse Programa marcou a introdução de políticas públicas específicas para a Ecosol em âmbito nacional, em um cenário de novas realidades do mundo do trabalho, que demandam do poder público novas propostas de trabalho distintas do emprego assalariado.

Desde o princípio de sua elaboração, o referido Programa buscou atender às demandas do Movimento da Ecosol, dialogando sobre suas prioridades com o FBES, com as resoluções da I Conferência Nacional e do CNES implantado em 2006, e também com a sociedade civil.

Ao ser incluído no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004 - 2007, o referido Programa passou a contar com orçamento próprio. Nesse período, foi realizado pela SENAES, através desse programa, um Mapeamento dos EES em âmbito nacional e a implementação do SIES, que compreende uma base nacional e outras bases locais de informações que proporcionem a visibilidade da Ecosol, de forma que possa oferecer subsídios para a formulação das políticas públicas direcionadas às necessidades reais dos EES.

Em 2004 teve início a Primeira fase desse Mapeamento em âmbito nacional, Através da realização de uma Pesquisa com a finalidade de identificar os empreendimentos considerados solidários, conforme os critérios estabelecidos pela

equipe gestora, considerando para tanto a compreensão da SENAES sobre as organizações econômicas solidárias.

Em 2005/2007, foram realizadas a segunda e a terceira fases desse mapeamento, a partir das quais foram identificados 21.859 EES em 53% dos municípios do país, totalizando 1,65 milhões de pessoas envolvidas diretamente e mais de 28 mil pessoas que possuem algum vínculo com tais experiências econômicas solidárias. Além disso, há 1.120 entidades de apoio, assessoria e fomento ao Movimento no País. (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2007. BRASILIA, 2007)

Em 2010, uma nova fase dessa pesquisa foi iniciada em todos os Estados da Federação, chegando a ser concluída em alguns, e está sendo executada ainda em outros, como é o caso da Paraíba. As atividades inerentes a essa fase visam o mapeamento dos EES não identificados nas fases anteriores em município já mapeados, assim como alcançar os municípios não mapeados, tendo em vista a visibilidade da Ecosol, a criação de políticas públicas, além de facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Ecosol.

Em outras palavras, o mapeamento é uma atividade conjunta do movimento – sociedade civil e poder público – com a finalidade de identificar seus participantes e, a partir desse reconhecimento, procurar formular políticas públicas de fortalecimento dos EES e, conseqüentemente, do fenômeno da Ecosol.

Nesse sentido, o Projeto “Brasil Local”, antigo PPDLES foi desenvolvido como uma política de Ecosol voltada para a geração de trabalho e renda, sob a responsabilidade da SENAES. Para viabilizar esse Projeto, a referida secretária organizou uma equipe formada por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento solidário.

O principal objetivo desse Projeto foi articular iniciativas que fortalecessem os EES. Para tanto, as ações foram realizadas no sentido de estabelecer parcerias com o governo nas três instâncias e com a sociedade civil organizada, como também mobilizar a comunidade. Essa articulação das ações do Programa ficou sob a responsabilidade dos Agentes de Desenvolvimento Local. No entanto apesar da atuação desses agentes, essas políticas, em alguns casos, não foram efetivadas por falta de recursos suficientes para infraestrutura e funcionamento das experiências solidárias.

Outra Proposta de Promoção da Política Nacional diz respeito à Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de EES, que tem como uma das

principais ações a promoção das Feiras de Ecosol em âmbito Estadual, contribuindo para afirmação de uma identidade nacional comum entre essas diversas Feiras que são realizadas em todos os Estados da Federação, bem como propiciar uma maior integração entre as mesmas.

Outras demandas dos trabalhadores junto a SENAES, que vêm recebendo apoio desde 2004, são no sentido de fomento às finanças solidárias com bases em bancos comunitários e fundos solidários; fomento à assistência técnica e redes de cooperação em Ecosol; bem como a construção de um marco Jurídico apropriado para a Ecosol.

As políticas públicas constituem a modalidade mais recente da Ecosol. Esse status do movimento é resultante das inúmeras experiências que foram disseminadas no país integradas a instâncias governamentais nos níveis federal, estadual e municipal; conforme pudemos observar nos dados apresentados pelo mapeamento.

A inserção no espaço das políticas públicas confere à Ecosol maior visibilidade e credibilidade no processo de construção de parcerias significativas para realização de suas ações em prol de seu avanço e consolidação. No entanto, a fragilidade dessas políticas públicas pode ser visualizada, principalmente, a partir das mudanças que ocorrem conforme o partido político no poder, podendo provocar a descontinuidade dos programas de apoio em função do fim de suporte governamental.

É importante destacar que o caráter político dos movimentos sociais está intimamente ligado com o aspecto educativo. As práticas que unem o político e o educativo podem ser observadas, por exemplo, nos saberes construídos e compartilhados na dinâmica do Movimento da Ecosol, na construção das novas ações coletivas a partir de interesses comuns, na discussão de valores comuns e na aceitação das diferenças, na vivência de uma nova dinâmica econômica, política e social, conforme passaremos a refletir a seguir.

### **1.5.2 O Caráter Educativo da Economia Solidária**

Frequentemente fala-se que os processos educativos são desenvolvidos no âmbito das instituições escolares e das famílias. Apresentaremos aqui uma educação construída para além da transmissão de conteúdos através de algumas técnicas pedagógicas pré-estabelecidas. Uma educação construída em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade. (GOHN, 2009).

Segundo Caldart (2002, p.128) é necessário: “[...] pensarmos o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos”.

Nessa mesma perspectiva, Gohn (2009, p. 50 -51) se expressa dizendo que:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) 1Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos de demandas.

Assim, os movimentos sociais produzem seu próprio aprendizado que os impulsiona em sua trajetória. No âmbito do Movimento da Ecosol, por exemplo, a efetivação do processo educativo se dá na construção das próprias ações solidárias. Como observa Singer (2005, p.19) “a economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática”.

De acordo com esse pensamento Mance (2003, p.18) também considera que “nas muitas práticas solidárias existentes é possível perceber ricas dimensões educativas”. Na prática da autogestão, os sujeitos empreendedores, ao mesmo tempo, ensinam e aprendem o valor do trabalho, compreendendo ser este a fonte geradora de riquezas, não só materiais como também culturais da sociedade.

Ainda conforme esse autor, o objetivo principal da educação solidária é contribuir para que os sujeitos envolvidos no movimento da Ecosol - seja por se encontrarem fora do mercado formal de trabalho, ou por não quererem submeter-se à lógica da economia capitalista para assegurar o seu bem-viver - possam desenvolver atividades em redes de

colaboração solidária, não necessariamente visando apenas à geração de trabalho e renda, mas também considerando as dimensões políticas, sociais e educativas, necessárias para o seu desenvolvimento humano e para o exercício de sua cidadania. (MANCE, 2003).

Em conformidade com a opinião dos autores, consideramos que a Participação dos sujeitos na construção desse movimento constitui-se em um processo educativo, especialmente a participação nos espaços dos Fóruns Estaduais e nacional, nas plenárias e nas reuniões de decisão do movimento, como também nas Conferências Estaduais e na

Conferência Nacional de Ecosol. Esses espaços são fortemente caracterizados como espaços educativos, uma vez que estimulam o desenvolvimento da percepção e da consciência da cidadania, contribuindo com a formação do sujeito enquanto cidadão e/ou sujeito do processo histórico.

Assim, a realização da educação solidária visa proporcionar aos sujeitos participantes da Ecosol subsídios necessários para a gestão das redes solidárias, e a possibilidade de uma compreensão da participação política como forma de superar a opressão, a partir de um entendimento dos direitos humanos e do exercício da cidadania. Além de proporcionar atividades que favoreçam a recuperação dos elementos culturais desses sujeitos, o resgate de suas utopias, considerando as situações dramáticas vivenciadas em seu cotidiano, comprometendo assim sua sensibilidade e sua auto-estima.

É válido dizer que é através da participação nas ações que os sujeitos constroem a identidade coletiva do movimento. Entretanto, é necessário também considerar a identidade individual desses sujeitos, uma vez que os sujeitos/empreendedores da Ecosol são oriundos de um processo de exclusão e de transformações estruturais, que proporcionaram um sentimento de incerteza constante.

Nesse sentido, é imprescindível a realização de ações que promovam a socialização das ações e, conseqüentemente, a construção da identidade coletiva e ainda o fortalecimento da identidade individual desses sujeitos, capacitando-os assim para a prática das ações autogestionárias, cooperativas e solidárias. Ou seja, a educação apresenta um papel-chave nesse desafio de construção dos sujeitos protagonistas de uma nova economia. Arruda (2000)

A partir desse entendimento, a estruturação de uma política pública voltada para a formação/educação tem sido uma demanda prioritária do Movimento da Ecosol junto à SENAES, conforme apresentada na I Conferência Nacional de Ecosol realizada em Brasília no período de 26 a 29 de junho de 2006, convocada pelos Ministérios MTE,

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

Essa Conferência representou um importante espaço de diálogo entre a sociedade civil e o Governo, no sentido de promover a Ecosol como estratégia política de geração de emprego e renda, através de um debate que deu origem a proposições para criação de políticas de fomento à Ecosol.

Uma das políticas criadas nesse sentido diz respeito ao desenvolvimento de atividades de formação de educadores (as), e gestores públicos para atuarem no Movimento da Ecosol. Essas atividades de formação em Ecosol também estão inseridas em várias ações da SENAES: nas Feiras de Ecosol - onde nos propomos, através deste estudo, realizar uma investigação dessas ações, no caso específico da V Feira Paraibana. No mapeamento de Ecosol; na disseminação de metodologias e articulação de Bancos Comunitários e Fundos Solidários; no fortalecimento das redes de cooperação solidária; no apoio a empresas recuperadas por trabalhadores (as) no modelo autogestionário etc.

Outras atividades educativas são realizadas pela SENAES/MTE em parceria com outros Ministérios e/ou Departamentos. Com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por exemplo, são desenvolvidas ações de formação em Ecosol para trabalhadores (as) em articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com o Departamento de Qualificação, da Secretária de Políticas Públicas de Emprego do MTE, foi desenvolvido o Plano Setorial de Qualificação da Ecosol (PSQ), visando o desenvolvimento de uma metodologia adequada de qualificação profissional conforme a realidade da mesma.

Outra iniciativa nesse sentido é a criação dos Centro de Formação em Ecosol (CFES), que implantou em 2009 o Centro Nacional de Formação em Ecosol (CNFES), sediado em Brasília, tendo em vista a formação de educadores e gestores públicos que atuam no campo da Ecosol, objetivando o fortalecimento da sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários e do potencial de inclusão social.

Além desse CNFES, administrado pela Cáritas Brasileira, foram implantados outros cinco Centros Regionais de Formação em Ecosol (CRFES), os quais são administrados por entidade selecionada através de um processo de Chamada Pública de Parcerias, realizada pela SENAES/MTE, sediados no Nordeste, na cidade de Recife/PE, administrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs); no Norte, a sede fica em

Belém/PA, administrada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) também por meio da (ITCPs); no Centro-Oeste, com sede em Goiânia/GO, e administrada pela Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores (ECO/CUT), na região Sul, a sede fica em São Leopoldo/Rio Grande do Sul (RS) administrada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no Sudeste, em Belo Horizonte/MG, o responsável maior pelo CFES é o IMS.

A meta estabelecida pelos CNFES e pelos CRFES é, no período de três anos, realizarem a formação de 19.710 educadores, e a publicação de 12 mil exemplares de material didático. Dentre as atividades previstas, estão cursos nacionais, regionais e estaduais; articulação em rede; e seminários para conselheiros do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ). A avaliação desses programas será feita a partir da transformação da realidade concreta, seus impactos e relações novas que forem sendo geradas.

Do exposto até aqui, entendemos que a definição conceitual da Ecosol apresenta controvérsias e, as fases durante as quais vem sendo construída sua identidade ainda estão em processo através do Mapeamento que vem sendo realizado em âmbito nacional pela SENAES/MTE, conforme descrito anteriormente, de forma que não temos dados totalizadores acerca desse fenômeno, que vem se desenvolvendo através de uma dinâmica de aprendizado, diretamente ligado à construção do sujeito enquanto protagonista de sua história.

Consideramos também, que, nessa construção coletiva da identidade do da Ecosol, é notória a importância da dimensão educativa, uma vez que esta se constrói a partir de uma dinâmica que requer um aprendizado que envolve novos valores culturais, políticos e sociais.

## 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Nesta parte de nosso trabalho, realizaremos uma reflexão sobre a Educação Popular destacando sua relação com os Movimentos Sociais, mais precisamente com o Movimento da Ecosol. Em seguida procuraremos examinar a relação entre o trabalho e a educação na pedagogia autogestionária, observando os desafios desse processo educativo.

É válido dizer que essa reflexão servirá de base para verificarmos posteriormente como essa relação se apresenta na organização e realização da V Feira de Ecosol Paraibana. Lembrando que essa ação encontra-se em um momento de construção na qual percebe-se que as conquistas, dificuldades e os desafios andam juntas.

### 2.1 EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA

As questões ligadas à Educação Popular têm se tornado um dos temas amplamente discutidos atualmente. No Brasil, esse interesse é resultante não somente do momento de transição da temporalidade, ou seja, da passagem do milênio, mas, sobretudo, dos desafios que surgiram nesse campo em decorrência das transformações que foram acontecendo no país desde meados dos anos 80 do século anterior.

Conforme Gonsalves (1998) a sociedade vem passando por um processo de reorganização quanto às formas de pensar, conhecer, dominar e resistir. Nesse sentido, uma das principais tarefas da Educação Popular é o envolvimento na construção das bases de um pensamento crítico e no engajamento dos sujeitos nas transformações a fim de que a solidariedade e a equidade de valores cheguem a ser predominantes na política, e também na economia para que o desenvolvimento se reoriente em função dos direitos econômicos, sociais e políticos, enquanto fundamentos da democracia. (SOUZA, 1998).

Para Mance (2003, p. 11) a educação popular é compreendida: “Como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais”.

É válido dizer que, no decorrer da história, as concepções de Educação Popular foram instrumentos importantes para o fortalecimento dos Movimentos Populares, sendo

repensadas e procurando sempre ganhar mais espaço até tornar-se o enfoque primordial das organizações de apoio popular. Superando assim, a ideia utilitarista da educação neoliberal, que qualifica trabalhadores para o mercado capitalista, para servir de base aos projetos pedagógicos das organizações que se pautam nos valores da Ecosol, tendo como princípio basilar a:

Construção do sujeito político, capaz de transformar o mundo em que vive. O conhecimento é importante na medida em que serve para esta ação. Por isso, jamais pode ser apenas um conhecimento técnico, uma vez que o ser no mundo implica em tomar decisões e fazer opções de caráter político. (STRECK, 1996:61).

Conforme o método freiriano, a educação está inserida em um contexto concreto para responder às necessidades do cidadão. Uma prática de liberdade, ou seja, é através da prática educativa que os sujeitos oprimidos pelo sistema vigente encontram a possibilidade de construir uma sociedade democrática, ou melhor, uma sociedade aberta, na qual é possível observar um processo de desenvolvimento econômico que supera a cultura colonial. Segundo o pensamento de Freire (2005), essa sociedade só poderá ser construída através das lutas e movimentos de conscientização populares.

É nesse processo de conscientização que a educação se encontra como forma de emancipação das classes oprimidas. Como bem diz Gohn (2009, p. 7) “O fato real é que a educação adquiriu, na última década do século XX, em nível do discurso e da retórica, uma visibilidade política nunca antes recebida”. Diz ainda a autora: “isso não tem significado, até o momento, ações efetivas correspondentes. Mas tem criado no nível do senso comum uma grande base de legitimidade”.

A Educação Popular, por sua vez, insere-se nesse contexto com a finalidade de contribuir para a consolidação da Ecosol, bem como para o desenvolvimento do conceito e das práticas do comércio justo e solidário e para a criação de uma nova cultura de consumo e comercialização. Trata-se de projetar e dar concretude à Ecosol como um todo estruturado que envolve relações emancipatórias nos campos da produção, comércio, consumo e da cultura da solidariedade, na busca do bem comum e na relação do bem - viver (política), ou seja, uma realidade em construção e reconstrução.

Daí a necessidade atual de abandonar a prática do isolamento e avançar nas perspectivas de se trabalhar em redes solidárias, rompendo dessa forma com os conceitos da economia capitalista, na luta para alterar a realidade excludente, com novos valores, num processo de crítica e autocrítica, com autonomia política por mudanças não só no

trabalho, mas também na educação, na saúde etc.

Segundo Souza (1998), a dinâmica organizativa herdada dos Movimentos Sociais pode conduzir a Educação Popular a contribuir significativamente na construção de um pensamento pedagógico, reformulado e capaz de atender aos desafios da contemporaneidade, visando garantir a organização dos sujeitos sociais dentro de uma nova perspectiva de realidade, como uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão e de precarização do trabalho que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos.

Esse dimensionamento ético da pedagogia se daria a partir de uma exigência que, segundo Souza (1998), é de fundamental importância também para a Educação Popular. Isto é, o desejo de que esta venha contribuir com o avanço das condições de democracia em termos não só nacionais, mas mundiais. Consubstanciando-se na construção das possibilidades de realização integral da pessoa humana num meio ambiente sustentável.

Esse dimensionamento ético da pedagogia se daria a partir de uma exigência de fundamental importância também para a Educação Popular, uma vez que a tornaria apta a contribuir com o avanço das condições de democracia em termos não só nacionais, mas mundiais. Consubstanciando-se na construção das possibilidades de realização integral da pessoa humana num meio ambiente sustentável. Souza (1998).

Reforçando a ideia da educação democrática Souza (1996, p15) diz que:

Deseja-se que os processos de Educação Popular contribuam efetivamente para construção de um poder ético a partir das lutas e da solidariedade que podem garantir a integração social, reduzir o ímpeto avassalador do processo de inclusão perversa da maioria da população na ordem nacional e mundial, permitir assim o avanço das condições da democracia. Esta emerge como a construção das possibilidades da realização integral da pessoa humana, em suas condições de gênero, étnico, culturais, de idades, intersubjetividades num meio ambiente sustentável. (SOUZA, 1996, p. 15).

Entendemos que a Educação Popular constitui-se como um mecanismo de democratização em que se refletem os valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e consumo, sobretudo as práticas de Educação Popular Comunitária. Colocando-se assim como um elemento estruturante da prática da Ecosol. Não simplesmente um elemento do qual se lance mão em algum momento, mas de caráter permanente tanto na formação técnica e social dos empreendedores, como política e cultural, considerando que o trabalhador solidário é autogestor da vida em sociedade.

Nesse sentido, as ações educativas que vêm se desenvolvendo no processo de

organização e realização das Feiras de Ecosol, propõe uma nova prática social, tomando como ponto de partida as condições de vida e trabalho dos sujeitos envolvidos. Uma educação que visa à autonomia dos sujeitos. Uma educação voltada aos interesses de quem tem como ocupação principal garantir a subsistência da família. Uma proposta de “educação voltada aos desejos e interesses dessa maioria da população. Uma educação voltada ao popular”. (MELO NETO, 2004, p. 13).

Na realidade, a educação que vem sendo proporcionada aos empreendedores da Ecosol está pautada em valores solidários e igualitários, no sentido de contribuir para promover, fortalecer e valorizar as iniciativas de Ecosol existentes e estimular a criação de outras. Ou seja, qualificar os sujeitos para que se tornem gestores competentes dos seus empreendimentos e protagonistas do seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

Nessa mesma perspectiva Melo Neto (2004, p. 12) se coloca considerando que, “a educação se constitui como componente necessário nessa busca de superação dos padrões estabelecidos pelo modo de viver do sistema capitalista”. Uma educação que visa ao desenvolvimento de novas possibilidades de produzir conhecimentos, modos de vida e de ações. Nessa nova modalidade, é perceptível a adequação da Educação Popular nas práticas alternativas que objetivam a geração de trabalho e renda, configurando-se como instrumento de suma importância para as organizações de fomento aos EES.

Algumas indicações dessa aproximação entre as práticas alternativas de Ecosol e a Educação Popular podem ser encontradas na Feira Agroecológica, realizada semanalmente na sexta-feira, no interior do Campus Universitário da UFPB, em João Pessoa. Essa Feira é organizada por agricultores de assentamentos situados dos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo, conforme foi apresentada por Silva (2006, p.39), na Dissertação Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica: “durante todo esse processo (de organização e execução da Feira Agroecológica), vários aspectos apontam para práticas educativas populares, mesmo reconhecendo as contradições inerentes à sociedade capitalista na qual se está inserido”.

Assim, como modo de produção idealizado a partir dos valores humanos, a Ecosol não é pensável sem a dimensão educativa. Conforme esse pensamento, a Educação Popular se coloca novamente como instrumento da Ecosol, uma vez que, “esse tipo de educação popular conduz, necessariamente, para a autonomia como elemento que funda esse tipo de educação. Autonomia entendida como a condição de cada um poder governar-se por si mesmo e de forma independente”. (MELO NETO, 2010, p. 177).

Em nosso estudo, buscaremos identificar se as ações educativas realizadas no processo de organização e realização da V Feira se colocam como forma de emancipação dos sujeitos, possibilitando a construção de ações que indicam a construção de uma sociedade aberta, na qual se pode observar um outro processo de desenvolvimento econômico.

## 2.2 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO DA AUGESTÃO

As relações entre educação e trabalho na pedagogia autogestionária acontecem de forma dinâmica, num processo de estímulo e orientação simultâneos. Ou seja, na medida em que as transformações nas relações de produção proporcionam novas aprendizagens, as práticas produtivas são recriadas pelo aprendizado. Assim, o processo de construção do conhecimento para a autogestão tem na prática do trabalho, o seu ponto de partida.

É válido dizer que o trabalho é uma das ações humanas em que é possível perceber-se a manifestação dos sujeitos em sua integralidade, desde a capacidade física, até a capacidade de conhecimento adquirido ao longo da vida, chegando a revelar até mesmo as dimensões lúdicas, como satisfação e sofrimento.

Ao contrário da ideologia capitalista de produção, na qual essas ações são consideradas, sobretudo, quanto ao resultado que podem proporcionar em forma de lucro. No modo de produção autogestionário, a manifestação do conjunto dessas ações pode contribuir na construção das ferramentas pedagógicas, proporcionando a realização da plena dimensão do trabalho, promovendo a integralidade das pessoas no ato de produzir, através da democracia.

Em um trabalho de pesquisa realizado em Guiné-Bissau nos anos 1970, Freire (1978) desenvolveu o argumento de que é possível “estudar ao trabalhar”. Para o autor, a relação entre o trabalho produtivo e educação é possível de acontecer numa relação simultânea, na qual a prática e a teoria formam uma unidade. No caso específico estudado por Freire, tratava-se de uma experiência de trabalho coletivo, no qual a reflexão crítica sobre as atividades realizadas em conjunto foi imprescindível para a superação das limitações individuais, ao mesmo tempo em que garantiu a todos os participantes um papel de sujeito na construção das atividades produtivas educativas.

Em nosso estudo sobre a organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol, buscaremos investigar a existência dessa forma de interação entre trabalho e educação, tendo em vista que o Programa Nacional de Feiras, do qual a V Feira Paraibana faz parte, está inserido nesse desafio de promover, nesses espaços de trabalho coletivo, atividades voltadas para a formação política e educativa dos sujeitos do Movimento da Ecosol.

Para Tiriba (1999a, p. 163) o processo de educação é inerente a todos os espaços nos quais aconteça alguma forma de relação social. Assim o trabalho é entendido não apenas como um princípio do processo educativo, mas um fim educativo. Entretanto esse processo educativo e de produção acontece conforme o projeto de sociedade desejado.

No novo projeto global de sociedade, a dimensão política e educativa é considerada como elemento de suma importância, uma vez que a educação aqui empreendida tem como objetivo primordial a promoção de uma nova prática socioeconomia cooperativa. Ou seja, nos espaços de produção coletiva, autogestionária, é possível observar um espaço educativo de aprendizagem técnica, mas também política, pois nesse espaço os sujeitos são instruídos a produzir bens, valores e comportamentos, que a partir de então estarão presentes nas relações de produção e de gestão coletiva.

Essa forma de educação e produção visa o bem-estar coletivo dos trabalhadores através da superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, encontrada no sistema centrado no capital, onde os trabalhadores são considerados como “mão de obra”, e a formação se dá para aprimoramento apenas da capacidade técnica.

Essa relação entre educação e prática social presente na pedagogia autogestionária é descrita por Freire (1978, pp.109-110) em seus registros sobre uma experiência em Guiné Bissau:

Ao dar-se na prática social em que se acham dinamicamente relacionados: I) a luta pela produção, II) os conflitos de classe, III) a atividade criadora, a educação, numa tal perspectiva, é o processo em que, tornando-se a prática social de que ela é uma dimensão, como objeto de conhecimento procura-se não apenas saber a razão de ser daquela prática, mas ajudar, através deste conhecimento que se irá aprofundando e diversificando, a direção da nova prática, em função do projeto global da sociedade.

Ainda conforme o pensamento de Paulo Freire, podemos observar que diferentemente do modelo de educação descrito acima, no Projeto de Sociedade Capitalista a educação é apresentada apenas um conjunto de métodos e técnicas. Dessa forma configura-se como uma educação que não tem a pretensão de promover o desenvolvimento de uma consciência crítica dos sujeitos, mas sim uma educação voltada

para a formação técnica, ou apenas do “saber como fazer”. Uma vez que “saber o que deve ser produzido” é um aprendizado destinado aos donos dos meios sociais de produção, para que permaneçam em sua posição de mando da outra classe, a dos assalariados. Dessa forma, essa educação não promove a democracia.

Assim, entendemos que a Educação Popular e a Ecosol se contrapõem à ideia de separação do trabalho intelectual e manual presente na ideologia capitalista do trabalho, estimulando os sujeitos a realizar uma articulação entre conhecimento prático e científico, ou seja, o desenvolvimento desse novo modelo de produção autogestionário depende primordialmente da disposição dos sujeitos/empreendedores em aprender a se autogerir.

De modo geral, as relações entre a educação e o trabalho se apresentam de forma bastante complexa. Conforme a concepção metodológica das práticas educativas da Educação Popular é na prática cotidiana de ajuda mútua e de tomada coletiva de decisão que esses sujeitos vão dar o passo inicial em direção ao conhecimento de sua prática, no sentido de questioná-la e então poder transformá-la.

Em seus estudos sobre essa questão Mance (2003, p.18) assim se coloca:

Nas muitas práticas solidárias existentes percebemos ricas dimensões educativas. Quando consumimos produtos e serviços das redes de colaboração solidária contribuimos para manter postos de trabalho e para proteger o meio ambiente. No entanto, mais do que simples transações econômicas, aprendemos e ensinamos uns com os outros o valor do trabalho como fonte geradora de toda riqueza material e cultural da sociedade.

Concordamos com o autor, quando coloca que a relação entre educação e trabalho pode ser percebida nas práticas dos trabalhadores quando das suas lutas cotidianas para organizar suas atividades produtivas. Ao observarmos o cotidiano dos EES, desenvolvidos com o propósito de organizar a atividade produtiva, de forma que os trabalhadores pudessem se apropriar de seu próprio trabalho, percebemos que tais EES se apresentavam como espaço de unidade entre a educação e a produção/trabalho.

Conforme o pensamento de Freire é através de experiências desenvolvidas a partir dessa dinâmica de integração entre trabalho e educação que se torna possível a reflexão sobre a construção mais ampliada de experiências produtivas em que se possa construir conjuntamente a prática de pensar sua própria prática produtiva. Contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade que se orienta levando em conta o bem-estar de todos, organizando-se de forma tal, em que a acumulação necessária ao desenvolvimento tem significação e fins específicos em oposição a sociedade capitalista.

Dessa forma o desenvolvimento dessa nova sociedade, construída a partir da participação efetiva dos sujeitos que a compõe, tem como objetivo a libertação dos mesmos. No entanto essa forma de participação só é possível a partir do momento em que os sujeitos são orientados a refletirem sua própria prática, num processo de recriação de percepção da realidade possibilitando uma nova prática. Daí a necessidade da promoção de uma educação que possibilite aos sujeitos colocarem-se a caminho de sua libertação. Uma educação para a autogestão

### 2.3 EDUCAÇÃO PARA AUTOGESTÃO: desafios pedagógicos

A autogestão é considerada por alguns autores, a exemplo de Macdonald (2005), como uma das características mais pertinentes da Ecosol - fenômeno compreendido como um “ideal” de democracia e gestão coletiva que caracteriza um novo modo de produção.

É válido dizer que, esse “ideal” pode ser encontrado de formas distintas ao longo do processo histórico como possibilidades dos trabalhadores construírem suas utopias no que diz respeito a uma sociedade igualitária. Isso significa que a Ecosol se expressa como uma estratégia através da qual os trabalhadores buscam se reapropriarem dos direitos que lhes foram expropriados pelo sistema capitalista.

A autogestão, também é compreendida como um método e uma perspectiva de transformação social fundamentada na ideia de que as contradições do capitalismo abriram espaços para o desenvolvimento de uma outra forma de organização da economia, centrada na prática da gestão coletiva pautada na solidariedade e não mais no individualismo e na competição.

Nessa perspectiva, a autogestão pressupõe a autonomia dos sujeitos. Isso requer investimento na construção de uma cultura solidária, ao contrário da cultura da exploração e da dependência. Ou seja, a construção de um projeto pautado nos constitutivos da Ecosol Autogestionária, numa sociedade capitalista, exige dos sujeitos um novo comportamento econômico e social.

Em outras palavras, a construção de uma economia autogestionária, definida como um processo democrático, participativo, igualitário, de cooperação, autossustentável; e que promova o desenvolvimento humano e social, em oposição à lógica do modelo de produção capitalista, exige novos atores sociais, como bem observou Singer (2005, p.15):

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas, as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos companheiros de lutas, isto é, com pessoas as quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança.

Na Ecosol autogestionária, como o próprio nome sugere, a solidariedade se constitui na ideia central dessa nova atividade econômica produtiva, com a finalidade de proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida. Enquanto que, no plano econômico da sociedade capitalista, o que prevalece é a competitividade, a concorrência, tendo em vista a busca do lucro como finalidade em si própria, sem compromisso de possibilitar a reprodução ampliada da vida.

Conforme diz Singer (2005, p.15) no plano econômico do sistema capitalista:

Cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros. Prevalece a lógica do mercado, em que todos competem com todos, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo impõe-se, enquanto ideologia, em grande medida porque leva os participantes a comportamentos 'racionais' nos mercados.

Por outro lado, na Ecosol autogestionária, a cooperação é compreendida como uma forma de garantir que todos ganhem.

Essa ideia de obtenção de maiores resultados no trabalho realizado de forma cooperativa remonta ao pensamento de Adam Smith, segundo o qual, essa cooperação na autogestão dar-se-ia pelas trocas mútuas, onde cada grupo de produtores especializados iria vender o que produziu e comprar dos demais o que precisasse.

Nesse sentido, segundo o mesmo autor, a competição entre os produtores de uma mesma linha de produção, significaria um adicional para a prática da cooperação entre os grupos, isso levando-se em conta as trocas realizadas entre os mesmos.

Segundo Singer (2005, p.15). a Ecosol vai além desse pensamento de Adam Smith; para o autor, a Ecosol propõe:

Que todos que se dedicam à mesma linha de mercadorias – alimentos, vestuário, veículos, produtos químicos, serviço de educação, de entretenimento, etc. – também cooperem entre si e que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. O mercado continua a funcionar, mas apenas para que os consumidores comuniquem aos produtores suas necessidades e preferências.

A partir do que foi exposto, podemos perceber que um dos grandes desafios da pedagogia autogestionária consiste na construção de práticas pedagógicas capazes de contribuir com os sujeitos na sua nova prática econômica, ou seja, na construção de uma nova cultura econômica.

Em outras palavras, esse contraste entre a economia autogestionária e a economia capitalista nos permite precisar que a passagem dos sujeitos/empreendedores, das práticas econômicas capitalistas para um universo pautado pela economia autogestionária, exige destes uma mudança no estilo de vida; nas palavras de Singer (2005), uma “reeducação coletiva” a partir da qual se pretende a realização de uma transição do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição, constituindo-se assim em um desafio à pedagogia autogestionária.

Para Arruda, (2000, p. 200) essas mudanças que envolvem a construção das práticas solidárias não são apenas mudanças objetivas que se dão no plano das relações exteriores. Trata-se, sobretudo, de uma mudança cultural de valores. Na concepção do autor:

Trata-se de mudanças que envolvem o interior de cada um de nós, o que eu chamo das nossas culturas - que é o conjunto de valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação que nós levamos à prática ao longo de nosso cotidiano de vida. Desta forma, ou a gente percebe que a luta está tanto fora como dentro de nós, ou não vamos estar criando uma nova relação na sociedade. Em especial, uma relação em que a produção não se ponha mais como um fim mas como meio, a serviço de um bem muito maior, que é o desenvolvimento do ser humano integral.

Assim, compreendemos que o enfrentamento da situação de opressão e exclusão social, a partir do desenvolvimento de experiências econômicas autogestionárias, requer dos sujeitos envolvidos uma nova postura diante da vida e da sociedade. Postura essa que lhe favoreça o desenvolvimento do ser cidadão, ou seja, requer uma postura para além da ação realizada, com o fim de resolver os problemas mais imediatos da sobrevivência, mas que favoreça ao desenvolvimento de sua autonomia e de sua liberdade. Uma postura política, participativa.

Para Freire (2001), essa tensão entre as possibilidades de realização das necessidades materiais e da liberdade é um desafio a ser enfrentado na construção da autonomia dos sujeitos. Conforme o autor, a autonomia deve ser pensada a partir da conscientização promovida através do exercício da tomada de decisões pelos sujeitos, no exercício de sua prática das atividades autogestionárias, na qual os sujeitos aprendem a

decidir decidindo com os outros.

Nesse sentido, se faz necessário que se estabeleça uma articulação entre a realização do trabalho de produção coletiva/experiência concreta e a ideia de autogestão, ou seja, que realizem uma experimentação social, que favoreça a autonomia dos empreendimentos e das políticas de representação dos empreendedores autogestionários, de forma tal, que se tornem independentes dos interesses externos.

Assim, como fenômeno que tem como base a formação de sujeitos sociais, a Ecosol autogestionária constitui-se como um movimento de reapropriação e democratização, mediante ações de caráter participativo e educativo, de parte dos processos de produção, distribuição e troca. Isto é, o desenvolvimento de uma pedagogia que promova uma formação voltada para a apropriação crítica, através de um diálogo da teoria com os saberes da experiência dos sujeitos.

É válido salientar que o sistema capitalista, no decorrer da história, especialmente ao longo do século XX, apesar de ter investido consideravelmente na autonomia individual dos sujeitos, não conseguiu promovê-la como uma conquista da cidadania. Isso se explica devido ao incentivo exarcebado do individualismo e da competitividade e de outras ações desfavoráveis ao processo de democratização.

Por outro lado, apesar das restrições à valorização das iniciativas de produção coletiva, o Movimento da Ecosol vem buscando adquirir visibilidade na medida em que consegue promover a participação dos sujeitos na articulação do compromisso estatal com inclusão social, a exemplo do FBES. Este tem promovido a participação dos sujeitos na construção de propostas políticas no campo da Ecosol autogestionária, que apontem o favorecimento, à apropriação e/ou reapropriação dos direitos sociais das classes historicamente subalternizadas pelas desigualdades, buscando promover a democracia.

Contudo, estudos têm mostrado que o nível de envolvimento dos sujeitos ainda não representa uma participação efetivamente favorável nos espaços de articulação de políticas destinadas ao fortalecimento da Ecosol.

Lembrando que o aprofundamento da cidadania democrática, através da apropriação e da reapropriação dos direitos sociais, pelo qual os sujeitos (re) constroem sua identidade, indica a necessidade de uma articulação, com abrangência de um conhecimento que possa favorecer a cooperação entre os sujeitos, para que se tornem aptos a construir projetos coletivos e emancipatórios. Evitando, assim, o risco de se fragmentarem por imposição dos mecanismos de isolamento imposto pelo capitalismo.

É através desse processo de socialização do conhecimento promovido pela pedagogia autogestionária que se dá a construção da identidade coletiva e o fortalecimento da identidade individual dos sujeitos, numa dinâmica de fortalecimento individual e coletivo, tão importante no processo de construção do projeto econômico solidário autogestionário.

Do ângulo da autogestão solidária, isso significa aprofundar a organização política e participativa dos sujeitos envolvidos na construção desse projeto alternativo e a realização de ações educativas que promovam uma formação, considerando, sobretudo, a fundamentação dos princípios da igualdade, da democracia e da solidariedade.

A ausência de conhecimento desses valores e da importância da participação no processo de construção coletiva pode ser desfavorável ao fortalecimento da identidade individual e coletiva da autonomia, além de restringir a participação dos sujeitos e submetê-los aos pressupostos seletivos, competitivos e excludentes do mercado capitalista.

Na medida em que a educação autogestionária potencializa a participação, a autonomia e o nível de conscientização dos sujeitos pela compreensão dos valores de igualdade, democracia e solidariedade; sua proposta pedagógica dialoga com os interesses dos sujeitos/empreendedores, qual seja, a promoção de uma economia orientada pela solidariedade e pela justiça, no sentido de (re) colocar os sujeitos no seu centro e/ou no seu lugar de direito.

Nesse sentido, a educação autogestionária contribui para a promoção de uma outra cultura que se preocupa com o bem viver da coletividade, com vistas na redução das desigualdades sociais no favorecimento de condições de vida e trabalho com dignidade, que atenda as necessidades dos marginalizados dos direitos sociais. A construção de um projeto econômico solidário.

Como diz Arruda (2000, p. 212):

Na verdade trata-se de ir construindo um projeto de socioeconomia, com uma lógica diferenciada, cooperativa e solidária, no interior mesmo do capitalismo. Acho que, à medida que essa socioeconomia, se expande e vai ocupando mais espaço, ela passa a gerar efeitos de demonstração que comprovam ser ela ótima tecnicamente, tanto, em termos de eficiência de cada empreendimento como da eficiência provinda da preocupação de cada entidade se preocupar com o bem-estar e o crescimento sadio e pujante do sistema cooperativo e associativo. Isto implica em uma série de fatores, de modos de se comportar etc.

Nesse processo de construção dessa nova cultura econômica, a democracia é entendida como “uma forma de vida” (WANDERLEY, in: BRANDÃO 1980, p.67), para além do plano econômico e político, cujo exercício possa gerar possibilidades para a efetivação não só das ações participativas em favor da colaboração solidária, mas, sobretudo, da liberdade democrática. Ou seja, a “liberdade de poder exercer os direitos elementares da pessoa humana”. (MELO NETO, 2010, p.177)

Essa construção de uma cultura econômica autogestionária, democrática e participativa, demonstra a necessidade de ampliação do espaço público como lugar de reflexão, onde as ações educativas podem contribuir, proporcionando a ampliação desse espaço de discussão, mediando os conflitos e as negociações da construção desse projeto de transformação social.

Conforme o pensamento de Frigoto (2003) a ampliação do espaço público é o indicativo inicial no processo de construção de uma cultura democrática participativa. Contudo as lutas e os conflitos gerados a partir dessa ampliação demonstram a existência de utopias de que o ser humano pode superar as determinações estabelecidas socialmente em cada momento histórico do capitalismo. Consideramos que são essas utopias que movem os sujeitos no exercício de suas atividades coletivas.

Vale salientar que as ações em prol da construção do projeto social democrático necessitam de uma orientação política e educativa, para não resultar em um processo de luta com resultados restritos ou imprecisos, que não se apresentem como indicativo de uma conquista, ainda que parcial.

Ressaltando-se que, para os trabalhadores que no sistema capitalista foram conduzidos a assimilarem uma conduta de passividade na realização de suas atividades, a possibilidade de participação no trabalho autogestionário constitui-se em um conflito subjetivo, compreendido aqui como um dos maiores desafios enfrentado pela pedagogia autogestionária na realização das ações voltadas para um projeto social participativo, democrático.

Estudos realizados sobre algumas dessas experiências autogestionárias revelam a dificuldade enfrentada por esses trabalhadores em assumir uma nova postura nas relações de trabalho coletivo, tendo em vista as relações de trabalho aprendidas anteriormente (MARQUES, 2006).

Outro desafio pedagógico, ressaltado nessa reflexão, que merece resalva, diz respeito ao desenvolvimento da autonomia coletiva dos empreendimentos. No que diz

respeito à concretização prática, a falta de capital econômico constitui-se como a maior dificuldade para a aquisição coletiva, levando os empreendedores a buscarem viabilidade através de instituições de fomento, e/ou agentes externos.

Atender aos parâmetros estabelecidos, quanto à eficiência produtiva, é outro desafio enfrentado pelos EES, tendo em vista a necessidade de sobreviver à concorrência. Isso pode gerar certa pressão sobre os trabalhadores quanto ao processo de produção, pois, embora inseridos em outro modelo de produção, esses trabalhadores não se dissociaram completamente dos valores apreendidos nas experiências anteriores como trabalhadores assalariados: relação de submissão, hierarquia, fatores culturais, ideológicos e comportamentais próprios dessa lógica de produção.

A presença, ainda que parcial ou fragmentada desses elementos na nova forma de gerir a produção representa um dos maiores desafios da educação autogestionária, realizada no sentido de promover o desenvolvimento dos EES, tanto na atividade prática do trabalho coletivo, quanto na participação na tomada de decisões pautadas nos princípios da autogestão.

Em suma, os desafios da nova economia autogestionária, conforme os estudos realizados por Cattani (2003) diz respeito à necessidade de conceber-se novas formas de organizar o trabalho, distintas do capitalismo. Ou seja, em criar um ambiente de participação democrática, tanto para a realização das atividades concretas, como também para a tomada de decisão coletiva, em oposição às práticas de trabalho não participativas.

Para vivenciar na prática essa atividade autogestionária baseada na gestão democrática, faz-se necessário promover atividades de sensibilização e de capacitação com os trabalhadores, a fim de que se tornem aptos para as novas relações de trabalho e organização coletiva, e para o relacionamento competitivo no mercado, o que não significa uma tarefa fácil, tendo em vista que se trata de questões antagônicas - organização autogestionária e gestão de negócio no mercado competitivo.

Os conflitos oriundos dessas relações requerem um acompanhamento constante e eficaz, para que possam ser superados a partir da construção de novas formas de relações de trabalho e convívio social. Lembrando que a autogestão não se constitui apenas como projeto estratégico de sobrevivência, mas de vida em sua plenitude.

Nesse sentido, consideramos que a realização de uma proposta pedagógica que promova uma nova cultura, pautada no ideal de democracia dos sujeitos, tenha como

instrumento fundamental a gestão participativa, o diálogo aberto e o tratamento público dos conflitos.

Em outras palavras, é notória a necessidade de se democratizar o conhecimento em função da construção de um projeto de sociedade igualitária, no qual se pretenda resgatar o trabalhador (a) em sua função de sujeito da história. Se no limite da utopia, é a Ecosol que responderá a esse imperativo, a reflexão até aqui desenvolvida nos mostra que até o momento atual ainda não percebemos nenhuma condição concreta que indique essa viabilização, uma vez que ela significa a superação de uma sociedade de classe e a construção de uma sociedade socialista.

### 3 A V FEIRA ESTADUAL PARAIBANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



**FOTO 1** Primeiro dia da V Feira Paraibana de Economia Solidária: movimentação do público visitante  
**FONTE:** Arquivo Pessoal/2006

Apresentaremos aqui uma descrição analítica sobre a organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol, com ênfase na dimensão educativa considerando, o diálogo realizado anteriormente com os autores sobre o contexto maior da Ecosol onde está prática está inserida, bem como os relatos dos sujeitos envolvidos no processo de organização desse evento, os quais revelam as razões que levaram à realização das Feiras de Ecosol e justificam suas ações econômicas coletivas como uma estratégia de luta ou de saída contra a crise estrutural do mercado de trabalho.

Lembrando que a escolha dessa experiência se deu, principalmente, por ter sido esta à primeira feira realizada na Paraíba que apresentou o desafio de abrir um espaço de formação/educação além do espaço de comercialização.

Iniciaremos descrevendo como se deu a organização dos sujeitos para realização dessa ação, procurando perceber e resaltar o seu caráter educativo, buscando examinar se existe uma relação desta dimensão educativa com a Educação Popular, e caso exista, verificar como se dá essa relação na prática.

Em seguida passaremos a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos protagonistas desta ação, como também suas expectativas em relação às próximas edições das Feiras Estaduais de Ecosol. E ainda, procuraremos identificar quais as conquistas e/ou avanços da Ecosol.

### 3.1 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

[...] As feiras têm tido um papel muito importante no fortalecimento dos empreendimentos solidários do Brasil, tecendo laços de cooperação, articulação, solidariedade e cidadania peculiares a proposta do desenvolvimento sustentável, promovendo a integração entre o rural e o urbano.

[...] As feiras [...] são frutos da caminhada e do desenvolvimento do cooperativismo alternativo, da economia popular solidária, das associações, das cooperativas, dos empreendimentos solidários do meio urbano e rural, do fortalecimento da autogestão, dos projetos alternativos comunitários e dos projetos de geração de trabalho e renda, cuja prática vem se consolidando e construindo as políticas públicas para uma economia popular solidária. (MANCE, 2003, p.160).

Nessas citações Mance ressalta a importância das Feiras na consolidação da Ecosol no Brasil, fortalecendo os EES, proporcionando uma visibilidade maior dos produtos e conseqüentemente uma melhor comercialização. Promovendo a divulgação desse fenômeno na sociedade. E favorecer a criação de políticas públicas para a Ecosol.

No caso específico das Feiras de Ecosol Paraibanas, é válido ressaltar que essas ações são parte integrante de uma proposta mais ampla de Promoção da Política Nacional para a Ecosol: o Programa Nacional de Fomento as Feiras Estaduais de Ecosol, implementado em 2005, pela SENAES/MTE em parceria com o IMS, o FBES e a Fundação Banco do Brasil (FBB); a partir de uma demanda da sociedade civil e dos Movimentos Sociais vinculados ao Movimento da Ecosol contra o desemprego e a pobreza. E ainda, com o propósito de dar maior visibilidade a Ecosol nos Estados.

Assim, as Feiras paraibanas de Ecosol surgiram a partir da mobilização dos sujeitos no sentido de organizarem-se coletivamente para enfrentar a crise do mercado de trabalho que, na Paraíba, não obstante a realidade dos outros Estados brasileiros foi afetada pela conjuntura econômica e social, provocando na sociedade uma busca por alternativas de sobrevivência através da autogestão, organizando-se em arranjos produtivos formais ou informais.

Os relatos a seguir ilustram esse entendimento sobre as razões que motivaram os sujeitos a se mobilizarem para organizarem essa ação:

As feiras de Ecosol surgiram nos Estados a partir da mobilização dos atores da economia solidária por melhores condições de vida e trabalho. Essas ações são organizadas de forma coletiva desde pensar o projeto de captação de recursos até a avaliação da realização das mesmas[...] <sup>13</sup>.

<sup>13</sup> (Elem). Membro de uma entidade de fomento da Ecosol. Trecho de entrevista realizada para esta pesquisa.

A feira de Ecosol na Paraíba surgiu da organização dos empreendedores para conseguir trabalho e aumentar a renda. É organizada pelos empreendimentos com o apoio das instituições de fomento e contribui com a interação dos empreendedores. Essa relação dá mais clareza com relação às políticas públicas e a Economia Solidária, e facilita a comercialização por dar mais visibilidade aos produtos.<sup>14</sup>

A feira surgiu para aumentar a renda e para conseguirmos um comércio cada vez mais justo e uma sociedade cada vez mais solidária. Comecei a participar desses eventos porque me identifico com a prática da economia solidária. E o que me motiva a continuar participando é a certeza de poder de alguma forma conscientizar as pessoas do consumo consciente<sup>15</sup>.

A feira de Ecosol surgiu pra mudar essa economia que a gente conhece. Participamos da feira pra mostrar para o restante da população que um grupo de empreendedores jovens está fazendo alguma coisa pra tentar mudar essa economia que a gente conhece; pra interagir com outros grupos, mostrar que a gente faz esse trabalho diferente e que agente tem potencial (...)<sup>16</sup>.

A partir dos relatos expostos acima entendemos que, a organização dessas Feiras de Ecosol vem desenvolvendo-se na Paraíba a partir da necessidade econômica que levou os sujeitos a uma mobilização coletiva com vistas a concretização de ações que façam frente a situação do desemprego.

Em outras palavras, o que levou os sujeitos a organizarem-se coletivamente foi a necessidade de buscar uma forma mais eficiente para comercializarem seus produtos. Conforme enfatiza um deles em seu relato: “as feiras foram criadas para melhorar a comercialização”<sup>17</sup>.

É válido dizer que as Feiras de Ecosol na Paraíba além de constituírem-se enquanto ação organizada do Movimento da Ecosol através das articulações promovidas pelas entidades de apoio e fomento, no sentido de viabilizar a geração de trabalho e renda através de novas práticas econômicas pautadas na solidariedade, tem também se apresentado como uma das ações mais favoráveis para dar visibilidade ao Movimento da Ecosol no Estado, além de proporcionar uma maior integração entre os (as) empreendedores (as) que vivenciam os princípios da Ecosol.

Essa compreensão sobre as Feiras de Ecosol pode ser ilustrada através de alguns relatos de nossos entrevistados apresentados a seguir:

[...] as Feiras Estaduais de Ecosol Paraibanas surgiram para dá o pontapé inicial para que as pessoas consigam entender o que é Ecosol. Por ser um movimento novo, as feiras vão dar esse impulso de mostrar pro resto da população o que é

<sup>14</sup> (José) Membro da Coordenação da Feira. Trecho de entrevista realizada para esta pesquisa.

<sup>15</sup> (Lúcia). Membro da Coordenação da Feira. Trecho de entrevista realizada para esta pesquisa.

<sup>16</sup> (João) Membro de um EES. Trecho de entrevista realizada para esta pesquisa.

<sup>17</sup> (Pedro) Membro de um EES. Trecho de entrevista realizada para esta pesquisa.

Ecosol. O que é que agente tá fazendo. Porque muita gente vê os grupos fazendo sua produção [...]. Ai o pessoal vê e diz que a gente se juntou pra ganhar dinheiro e não vê que é essa alternativa que eu já tinha dito (pra mudar essa economia que a gente conhece). Eu acho que essas feiras vão dar esse pontapé, pras pessoa vê o que é que realmente esses grupos está fazendo e como eles estão fazendo, qual o sentido<sup>18</sup>.

As feiras de Ecosol são espaços que contribuem para comercialização dos empreendimentos de Ecosol, mas principalmente para a divulgação da Ecosol, pois nas feiras compreendidas como ponto de encontro, troca e partilha, um dos espaços privilegiados para a vivência de algumas das dimensões integradoras desta nova economia, seja pela visibilidade e o potencial de diálogo direto com o público em geral, seja pela exposição do resultado dos processos produtivos, financeiros e sociais dessa prática. São nos espaços das feiras de Ecosol que a sociedade local tem a possibilidade de conhecer mais e saber o que na prática é a Ecosol. Dessa forma, contribui sim com o movimento, pois para construção das feiras possibilita o dialogo com os diferentes atores.<sup>19</sup>

A propósito do que foi anunciado acima, a V Feira Estadual de Ecosol/PB foi organizada com caráter comercial e educativo. Para realização desse evento, o processo de organização foi intenso e contou com a participação de alguns sujeitos empreendedores e de algumas Instituições de Fomento que fazem a Ecosol acontecer na Paraíba. Primeiramente, gostaríamos de mencionar a participação dos (das) empreendedores (as) que trabalharam no sentido de oferecer os melhores produtos durante os quatro dias da Feira.

Nesse processo inicial de organização dessas ações, destacamos o papel desempenhado pelo FEES/PB que, desde sua criação em 2000, tem como um dos seus principais objetivos contribuir com o avanço e o fortalecimento da Ecosol da Paraíba, bem como das redes de Ecosol.

Outra participação que merece destaque na organização desse evento foi a da SENAES/MTE, através do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, criado como parte integrante do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, definido enquanto política prioritária finalística que visa à promoção do comércio ético e solidário e do consumo responsável, tem apoiado a realização das Feiras Estaduais em nível Nacional.

No ano de sua implementação - 2005, esse programa realizou 18 Feiras Estaduais, no entanto só a partir de 2006 é que a Paraíba foi contemplada por esse Programa de Fomento a essas ações, juntamente com mais 25 Estados; e também a 2ª Feira de Ecosol

---

<sup>18</sup> Idem Nota 16 (João).

<sup>19</sup> Idem Nota 13 (Elem)

do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), realizada em Santa Maria/RS, entre os dias 7 e 9 de julho desse mesmo ano.

Na Paraíba, esse apoio consistiu no repasse de recursos para viabilizar o projeto de realização da V Feira - organizada com caráter comercial, educativo e cultural -, elaborado de acordo com o que estabelece o Termo de Referência das Feiras Estaduais<sup>20</sup>. O recurso disponibilizado pela SENAES<sup>21</sup> foi decisivo para a estrutura logística e operacional do evento que comportou 20 estandes para exposição dos produtos a serem comercializados pelos empreendimentos, uma praça para alimentação, um palco para realização das atividades culturais (apresentação de bandas e artistas populares, grupos de dança e de teatro) e de um desfile de confecções e acessórios produzidos pela Ecosol da Paraíba, tendo como tema: Paraíba Solidária.

Para completar a estrutura necessária para a realização do evento, foi alugada uma sala de eventos do Hotel Guarani, localizado na mesma avenida em que a Feira foi realizada, a saber, Av. Almirante Tamandaré, ao lado da PBTUR, na praia de Tambaú em João Pessoa/PB, proporcionando a movimentação de visitantes no decorrer de todo o evento e facilitando assim a participação dos (as) empreendedores (as). Foram montadas, também, três salas, na área da PBTUR, especialmente por ocasião do evento. E ainda contamos com o auditório da PBTUR, que foi disponibilizado para a realização das palestras sobre temas que estimularam a discussão a respeito da Ecosol no Estado.

A SENAES, também a partir do Programa Nacional de Fomento às Feiras, efetuou a contratação temporária de Interlocutores (as) Estaduais para atuarem nas Feiras de Ecosol mediando a relação entre a Coordenação da Feira Estadual e a Coordenação Nacional entre outras atividades desenvolvidas. Para tanto, realizou uma oficina de capacitação para esses (as) interlocutores (as) no período de 30 de junho a 02 de julho em Brasília. O objetivo da mesma foi promover um espaço de trocas de experiências entre os (as) participantes, fornecer informações e capacitação no intuito de aprimorar e viabilizar as ações do referido programa. Após a realização de todas as Feiras Estaduais, a SENAES promoveu outra oficina com os (as) interlocutores (as) estaduais durante quatro

---

<sup>20</sup> Veja Termo de Referência das Feiras de Ecosol no ANEXO A desse trabalho.

<sup>21</sup> Para maiores informações sobre o apoio financeiro da SENAES e demais Entidades de Fomento para realização da V Feira Estadual Paraibana, veja o Cronograma Físico Financeiro do Evento no ANEXO C deste trabalho.

(4) dias, no sentido de realizar uma avaliação das Feiras e, a partir dessa avaliação, elaborar novas estratégias no sentido de fortalecer essas ações.<sup>22</sup>

Apesar das limitações, esse evento teve um porte superior aos até então realizados no Estado, conforme dados nos relatórios consultados. Comparando-se com a situação anterior, houve um avanço significativo não só quanto à estrutura física, mas também quanto à participação dos empreendimentos. Em 2005, apenas 30 empreendimentos participaram da Feira Estadual; em 2006, contamos com a participação de 100 empreendimentos. No Relatório do evento, consta também que a V Feira Paraibana beneficiou direta e indiretamente cerca de 150 pessoas.

Nesse sentido, percebemos que as políticas públicas nacionais contribuíram na concretude da organização e realização da V Feira Paraibana, proporcionando um fortalecimento do Movimento da Ecosol no Estado, estimulando a divulgação de sua prática, fomentando uma discussão mais significativa sobre uma política estratégica para a promoção do comércio ético, solidário e do consumo responsável com o poder público, os EES, as Entidades de Assessoria e os Movimentos Sociais para, juntos, contribuir com o aprimoramento das políticas já existentes e a elaboração de novas políticas para a Ecosol.

O evento também contou com o apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, através da Diretoria de Economia Solidária do Município, quanto à realização da segurança do local e parte da infraestrutura do evento. Como também possibilitou a participação no evento de integrantes do Projeto Empreender/JP da Prefeitura Municipal.

O Banco do Brasil, através da então Coordenação do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), também apoiou a Feira com recursos para organização da estrutura geral e proporcionou a participação de empreendimentos aos quais presta assessoria.

A participação do Instituto Cidades, uma das entidades de fomento ao Movimento da Ecosol na Paraíba, também foi significativa na organização e realização do evento. Principalmente para efetuar a parte burocrática do processo de encaminhamento da proposta inicial da Feira na Paraíba. Sendo que a adequação do projeto, financiado pela SENAES, com o apoio da FBB, do Instituto Marista de Solidariedade e da Fundação L'Hermitage, realizada posteriormente, ficou a cargo da Interlocutora Estadual da Feira.

A Caritas e a Prefeitura de Campina Grande, através da Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), e a Unisol Brasil - Central de Cooperativas e

---

<sup>22</sup> Veja as atribuições dos interlocutores e programação das oficinas de capacitação dos interlocutores e da avaliação das feiras nos anexos D, E e F deste trabalho.

Empreendimentos Solidários da cidade de Campina Grande contribuíram respectivamente com a mobilização dos empreendimentos da região do sertão paraibano e de Campina Grande para a cidade de João Pessoa, onde o evento foi realizado.

A empresa de água Mineral Sublime também contribuiu fornecendo água mineral durante os quatro dias do evento através de uma parceria firmada com a coordenação do evento através da Interlocutora Estadual.

Nesse processo de organização coletiva para realização da V Feira, o FEES/PB, através do Grupo de Trabalho: Produção, Comercialização e Consumo (GT- PCC), formado com a participação de representantes de EES, de Entidades de apoio e fomento a Ecosol, e instituições governamentais nos âmbitos Federal e Municipal: SENAES/MTE, Prefeitura Municipal, e a DRT, formaram comissões de trabalho de acordo com a necessidade do evento. Ou seja, desde pensar o projeto de captação de recursos, até a avaliação do mesmo.

Veja no gráfico três (3) apresentado a seguir uma demonstração dessa organização das comissões de trabalho que foram constituídas para viabilizar a gestão da V Feira Estadual de Ecosol na Paraíba. Lembrando que para realização de um trabalho de autogestão como a organização da V Feira, essas comissões privilegiaram, sobretudo, o dialogo constante mantido através dos representantes de cada comissão durante as reuniões realizadas semanalmente na sede do FEES/PB.

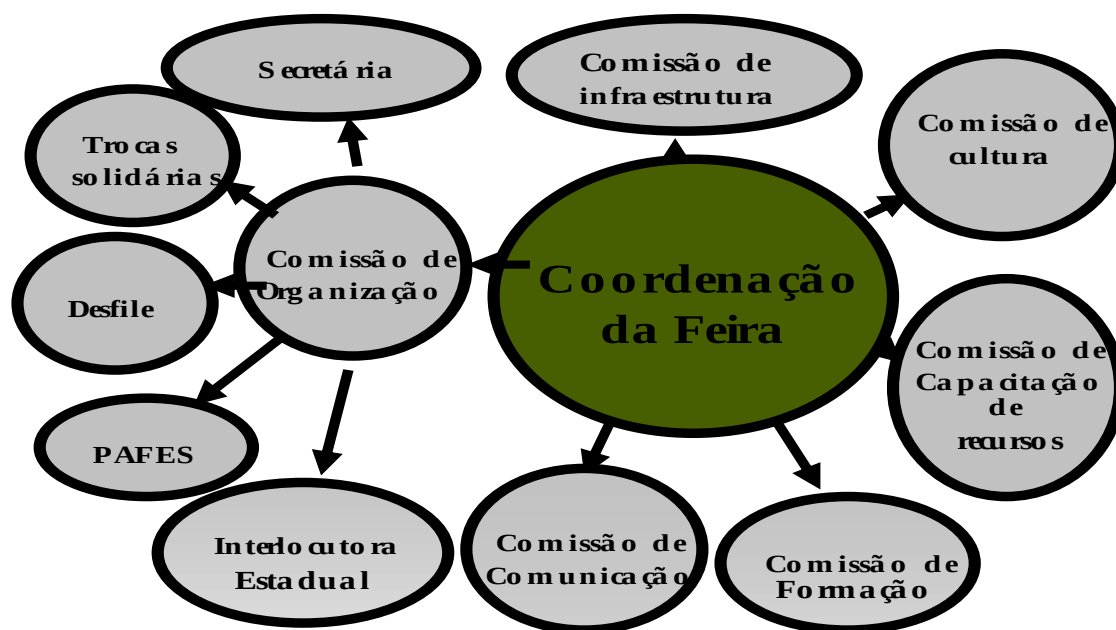


**Figura 3** Equipes para organização e realização da V Feira Paraibana de Economia Solidária  
**Fonte:** Própria Autora

Conforme demonstrado no gráfico acima a Coordenação da Feira foi constituída por seis comissões:

- ✓ Comissão de Organização que foi subdividida em:
  - ✓ Secretária: responsável para realizar a inscrição, mobilização e rotinas administrativas do evento.
  - ✓ Trocas Solidárias: esta comissão ficou com a responsabilidade de garantir um espaço onde os empreendedores (as) pudessem se reunira para trocar entre si produtos, serviços e saberes, de forma solidária, utilizando ou não a “moeda social”.
  - ✓ Desfile: responsável para organizar a realização de um desfile com confecções e acessórios produzidos pela Ecosol Paraibana
  - ✓ PAFES: A esta comissão coube a responsabilidade pela aplicação das entrevistas de Avaliação do evento.
  - ✓ Interlocutora Estadual: responsável para articular com o FEES a realização da Feira Estadual de Ecosol; elaborar e apresentar à Coordenação Nacional o Plano de Trabalho da Feira, o Cronograma Físico Financeiro e a programação detalhada; contatar fornecedores com apoio do Fórum; articular com atores/instituições, no âmbito do Estado (Universidades e/ou Centros de Estudo e Pesquisa), para aplicação do PAFES, sistematizar os dados colhidos nos formulários e enviar relatório consolidado para a Coordenação Nacional; Solucionar problemas administrativos que surgirem antes, durante e depois da feira; providenciar o registro da realização da feira por meio de filmagens e fotos; articular junto ao FEES e os parceiros locais a garantia de utilização da identidade visual do Programa em todo material que for produzido; encaminhar a Coordenação Nacional um kit com todo material produzido e distribuído na feira; dar suporte a coordenação nacional, durante a realização da feira enquanto interlocutora do IMS /Fundação L Hermitage e SENAES. Elaborar e encaminhar ao IMS relatório da feira, as fotos e imagens.
- ✓ Comissão de Infraestrutura: responsável pela implementação dos espaços para assegurar o funcionamento e propiciar o diferencial das realizações das feiras de Ecosol.
- ✓ Comissão de Cultura: selecionar e mobilizar grupos e apresentações culturais e artísticas durante a feira. Considerando a importância dessas atividades serem feitas por grupos ou entidades que tenham algum tipo de envolvimento com a Ecosol.

- ✓ Comissão de Formação: responsável para pensar coletivamente sobre as atividades formativas e de capacitação em Economia Solidária durante o evento tais como: oficinas temáticas, seminários e/ou palestras sobre temas de interesse dos participantes do evento. E também garantir um espaço para leitura e troca de experiências entre os empreendimentos participantes e o público em geral.
- ✓ Comissão de Capacitação de Recursos: Responsável para articular parcerias e apoio institucional para o evento. Considerando os custos que devem ser previstos por cada comissão quanto à realização das atividades que foram atribuídas para serem pensadas por cada uma delas.
- ✓ Comissão de Comunicação: A essa comissão coube a responsabilidade de pensar a identidade visual e produção de material de divulgação para o evento e articular a produção de faixas, cartazes, fôlderes, panfletos, notas em jornais, chamada em rádios, Tvs, etc. Articulação, mobilização e divulgação de modo geral na mídia alternativa e convencional.
- ✓ Coordenação da Feira: constituída por um representante de cada uma das comissões formadas, para garantir uma gestão coletiva da Feira.

Dessa forma, entendemos que a V feira constitui-se como uma atividade capaz de desenvolver mecanismos que viabilizem a prática da autogestão, ou seja, esse processo de organização coletiva, a partir de interesses comuns para realização das feiras, constitui-se como elemento importante na promoção da prática da autogestão, da solidariedade, participação, equidade e diversidade, com o fim de eliminar a divisão do trabalho hierárquico e promover o envolvimento socioeconômico dos excluídos do mercado capitalista.

Esse entendimento é reforçado pela interpretação feita por uma entrevistada representante de Entidade de Fomento do Movimento da Ecosol, a qual considera a ação de organização da feira como um exercício prático de autogestão. Veja fala a seguir:

(...) Outro aspecto importante de fortalecimento da Ecosol, com as experiências das feiras é que nestas existe a possibilidade vivenciar na prática a autogestão, uma vez que a proposta de realização das feiras também é uma proposta autogestionária, onde por meio de comitê e/ou grupos de trabalho todas as atividades para a produção da feira são feitas de maneira coletiva<sup>23</sup>.

Nesse sentido, a V Feira não só se apresenta como uma atividade constituída a partir dos princípios da Ecosol, como também dialoga com os constituintes da educação

---

<sup>23</sup> Idem Nota 13 (Elem)

popular, no sentido de promover uma ação de resistência, visando à superação da pobreza; bem como ampliar a organicidade do movimento no Estado, fortalecendo o Fórum e as redes de Ecosol, ao mesmo tempo em que permite o avanço conceitual de uma economia baseada no cuidado e no respeito humano.

Em outras palavras, a V Feira Paraibana de Ecosol caracteriza-se como uma proposta de incentivo e divulgação do Movimento da Ecosol na Paraíba, instigando o consumo consciente de produtos provenientes dos empreendimentos solidários do Estado, integrando os empreendedores entre si e com os demais sujeitos que participam do Movimento da Ecosol para que discutam suas experiências e se solidarizem.

No entanto essa iniciativa de promover a participação dos sujeitos/empreendedores, principalmente nos espaços políticos-educativos de formação cidadã ainda não alcançou todos os sujeitos que “fazem parte” do Movimento da Ecosol na Paraíba. Consequentemente nem todos contribuem de forma significativa com esse processo de organização coletiva participativa e autogestionária proporcionada pela ação da Feira.

Para alguns entrevistados, no entanto, a participação nesses espaços de ações do Movimento da Ecosol, como a realização das Feiras, não representa uma ação econômica satisfatória no sentido de garantir a sobrevivência da família, mas limita-se apenas em um espaço para complementar a renda familiar. Conforme podemos observar no trecho do relato de um entrevistado membro de um EES: “(...) Porque hoje a maioria dos grupos que faz economia solidária não sobrevive dela, tem um trabalho paralelo e usam a Ecosol como complementação de renda<sup>24</sup> (...)”.

É importante ressaltar que o objetivo maior do Programa Nacional das Feiras Estaduais é promover a Ecosol, para tanto visa aumentar a produção e a comercialização no sentido de garantir aos empreendimentos um maior faturamento a partir de suas atividades produtivas. Para a maioria dos (as) entrevistados (as) a criação desse Programa é de fundamental importância para viabilização das Feiras, uma vez que garante “boa parte de sua estrutura”<sup>25</sup>

É válido dizer que, em nossa compreensão o sucesso das organizações autogestionárias, depende em grande medida da participação dos sujeitos empreendedores da ação. O relato a seguir ilustra bem esse entendimento sobre o sucesso na organização e realização das Feiras de Ecosol:

---

<sup>24</sup>Idem Nota 16 (João)

<sup>25</sup>(Paulo) Membro de uma Instituição de Fomento. Trecho de entrevista realizada para essa pesquisa

As parcerias mais importantes para o sucesso de uma feira de economia solidária são dos próprios atores, ou seja, os/as próprios/as trabalhadores/as da economia solidária se verem como atores, sujeitos da ação, após estes terem diversos outros atores, desde o envolvimento dos diferentes empreendimentos, redes e cadeias produtivas, sejam o poder público envolvido e/ou outros atores do movimento social. É importante ressaltar que para uma boa feira de economia solidária é necessário o diálogo e parceria com todos os atores envolvidos com a temática - gestores públicos, entidades de assessoria e fomento, empreendimentos de economia solidária, bem como outros movimentos sociais.<sup>26</sup>

A partir do que foi colocado anteriormente, entendemos que as Feiras de Ecosol Paraibanas são organizadas como uma importante estratégia de comercialização dos produtos da Ecosol no Estado. Ou seja, como espaço de vendas diretas dos produtos, de trocas solidárias. Consideramos, também, que o sucesso da organização dessas Feiras depende do esforço combinado de todos os sujeitos envolvidos no processo – EES, Entidades de Apoio e Fomento etc - articulados através de uma rede de interação, no sentido de promover a Ecosol.

Em outras Palavras, o sucesso das Feiras de Ecosol, assim como de todas as ações de Ecosol, depende da reunião de vários fatores tais como: a promoção de uma nova cultura da solidariedade; a formação de novos atores sociais capazes de participar dessa nova prática de produção que privilegia o trabalho coletivo; a participação do poder local e de outros níveis do governo de se comprometer com essa mudança; a participação da sociedade civil organizada, e, sobretudo, da auto-organização política do próprio Movimento da Ecosol.

Essa integração dos sujeitos, que participam do Movimento da Ecosol, no sentido de buscar sua realização integral enquanto pessoa humana, consequentemente, proporcionará condições para a construção da democracia, uma vez que esta pode surgir a partir da integração social proporcionada pela solidariedade.

Entendendo a solidariedade como sendo um valor cultural construído, aprendido e assumido. Uma solidariedade construída nas relações sociais, de caráter dialógico, estabelecida entre os indivíduos em ação e assumida como obrigação coletiva, na qual cada um (a) é responsável não somente por aquilo que é seu, mas também pelos compromissos assumidos no grupo.

---

<sup>26</sup> Idem Nota13(Elem)

### 3.2 REALIZAÇÃO DA FEIRA



**Foto 2:** Momento de comercialização durante a V Feira Paraibana de Ecosol  
**Fonte:** Arquivo Pessoal

A necessidade da realização de uma prática de comercialização mais efetiva dos produtos da Ecosol Paraibana ainda é um dos grandes desafios dos Empreendedores Autogestionários, como também dos demais atores sociais que fazem a Ecosol acontecer no Estado.

No período de realização da V Feira Paraibana de Ecosol, pudemos perceber que a necessidade de promover a viabilidade econômica dos produtos da Ecosol Paraibana estava presente não só na fala dos sujeitos/empreendedores, mas também na agregação de esforços, recursos e políticas públicas voltadas para este fim. Como por exemplo, o já citado Programa Nacional de Fomento as Feiras de Ecosol, criado como parte integrante do Programa maior Ecosol em Desenvolvimento da SENAES/MTE, definido enquanto política finalística que visa à promoção do comércio ético e solidário e o consumo responsável.

Para o Movimento da Ecosol na Paraíba, as feiras são concebidas como uma das práticas de comercialização mais importantes. Pode-se dizer que, a comercialização via feiras é a primeira forma efetiva de comercialização dos produtos da Ecosol no Estado. É também considerada como um ponto de encontro dos Empreendedores não só para

comercializar seus produtos, mas para trocar experiências, saberes, informações. Enfim um espaço de formação em Ecosol.

Nesse sentido, Conforme Termo de Referência das Feiras de Economia Solidária no Brasil<sup>27</sup>, as Feiras Estaduais foram organizadas para promover o avanço e o fortalecimento da Ecosol através da realização de atividades não só comerciais, mas, também de formação.

Assim, a V Feira Paraibana de Ecosol foi realizada na cidade de João Pessoa/PB, na Praia de Tambaú, no período de 23 e 26 de novembro de 2006. Para tanto reuniu o maior número possível de empreendedores solidários - 100 empreendedores - oriundos de três regiões do Estado que participam do FEES: Zona da Mata, Borborema e Sertão, além de empreendimentos oriundos do Estado de Pernambuco. E contou com os seguintes momentos<sup>28</sup>:

- ✚ Comercialização dos produtos da Ecosol dos empreendimentos das três microregiões ligadas ao Fórum Estadual;
- ✚ Realização de palestras e oficinas teóricas e práticas – espaço de formação, articulação e troca de saberes;
- ✚ Debates, trocas solidárias, exposição e desfile de confecções e acessórios produzidos pela Ecosol/PB;
- ✚ Apresentações culturais paralelamente à comercialização todos os dias do evento, onde se apresentaram cantores populares, grupo de capoeira, coco, ciranda etc;
- ✚ A realização de coleta seletiva tendo em vista que o cuidado com o meio ambiente constitui-se como uma das preocupações da Ecosol.

De acordo com a programação do evento, o momento de comercialização aconteceu a partir das 18h:00 min. durante os três primeiros dias do evento. E, no quarto e último dia, a partir das 15h:00 min. Neste momento, foi exposta pelos empreendimentos uma variedade de produtos com predominância de exposição de produtos de atividades

<sup>27</sup> Para uma compreensão melhor sobre o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidaria, veja no Anexo A que trata do Termo de Referência das Feiras de Ecosol no Brasil.

<sup>28</sup> Veja programação detalhada da V feira no ANEXO B

artesanais e de habilidades manuais (bijuterias, macramê, bordados, tecelagem, bolsas, roupas, bonecas, peças em biscuit e decorativas feitas de material reciclado etc). Também foram expostos e comercializados produtos de gênero alimentício: mel, doces, bolos etc.

É válido dizer que, por falta de estrutura própria para a realização de suas atividades de produção e comercialização, a confecção desses produtos foi realizada predominantemente no âmbito do ambiente familiar. Contudo, os produtos comercializados nas Feiras de Ecosol constituem um dos principais diferenciais entre essas feiras e as demais, com relação à qualidade e ao preço dos produtos, conforme expresso a seguir nas falas de alguns entrevistados:

(...) mas a diferença básica é justamente da confecção dos produtos de forma artesanal, é isso a questão dos produtos que não são industrializados, e essa questão do preço que na maioria das vezes nas feiras de economia solidária é muito mais acessível do que numa feira convencional<sup>29</sup>.

Outro diferencial da feira são os produtos comercializados, produtos artesanais comprados diretamente ao produtor, produtos da agricultura familiar produzidos sem agrotóxicos, respeitando a natureza diferente dos produtos industrializados. Produtos integrais<sup>30</sup>.

Segundo informação obtida no Relatório sobre o evento, a avaliação feita pelos trabalhadores/empreendedores (as), quanto ao faturamento das vendas durante os quatro dias da feira, foi predominantemente razoável, tendo uma variação entre R\$ 1.000,00 e R\$ 800,00.

Ainda conforme dados obtidos nesse relatório, a pouca disposição do público em relação às compras deu-se principalmente como consequência da não realização de uma divulgação mais expressiva do evento por falta de recursos suficientes.

Para alguns empreendedores, a participação em uma Feira Estadual se deu pela primeira vez nesta V edição da Feira Paraibana, o que, segundo eles, foi uma das melhores experiências já vivenciadas dentro do Movimento da Ecosol, no sentido de proporcionar a comercialização dos seus produtos.

Veja a seguir um Mosaico de produtos da Ecosol Paraibana comercializados na V Feira Estadual de Ecosol:

---

<sup>29</sup> Idem Nota 16 (João)

<sup>30</sup> Idem Nota 25 (Paulo)



**FOTO 3** Mosaico de produtos da Economia solidária paraibana comercializados na V Feira Estadual  
**FONTE:** Arquivo Pessoal – 2006

De fato, as ações da Ecosol como forma de produção alternativa, e de melhoria da renda através do trabalho coletivo na Feira, são realizadas na perspectiva de criar bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas, favorecendo assim, o desenvolvimento de uma nova dinâmica social, buscando romper com a lógica do capitalismo. Assim, a feira proporcionou aos seus participantes a troca de experiências entre produtores; um valor maior do produto, já que não há intermediários; o contato direto com o consumidor; e o aprendizado na comercialização direta.

As condições para estas ações se colocam na medida em que as forças produtivas materiais do capital são altamente destrutivas, uma vez que proporciona a destruição da força de trabalho, que passa a ser substituída pela automação do trabalho e a natureza a partir da destruição de seus recursos. (MARX, 1982).

No processo de realização desse evento, algumas ações foram desenvolvidas levando em conta esses princípios, para promover a democratização dos saberes da produção e distribuição, a partir de processos de formação/educação e de participação. Para a maioria dos (as) empreendedores (as). o grande diferencial dessa Feira em relação as edições anteriores, foi o fato de não ter sido apenas um momento de comercialização, mas também um espaço para a formação política e social dos empreendedores conforme passaremos a apresentar a seguir.

### 3.2.1 O Espaço Educativo



**Foto 4** Momento da realização de uma palestra sobre o contexto atual da Ecosol

**Fonte:** Arquivo Pessoal

O crescimento da economia solidária em todo Brasil trouxe consigo um conjunto de demandas formativas desafiadoras. Neste contexto as entidades que atuam com educação popular vêm resgatando o acúmulo das práticas de educação popular junto a movimentos sindicais, populares, eclesiais e ONGs, visando adaptá-las e aprimorá-las frente às especificidades da Ecosol. (MANCE, 2003, p. 29).

Essa concepção de Mance demonstra a relação da Ecosol com a Educação Popular, conforme pudemos verificar nas reflexões realizadas no início desse estudo. Assim, buscaremos, neste momento, a luz dessas reflexões investigar se há uma relação entre essas duas abordagens – Ecosol e Educação Popular – presentes na organização e realização da V Feira Paraibana de Ecosol.

Lembrando que, como movimento social que luta pela cidadania, a Ecosol tem procurado desenvolver ações educativas que combatam o modelo neoliberal e propõe uma democracia popular pautada na socialização. Ou seja, desenvolver uma proposta pedagógica que dialogue com o interesse dos sujeitos tendo em vista a autonomia dos mesmos. Para Mance (2003, p. 11):

Essa educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação, é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais.

Considerando que a educação é inerente a todos os espaços nos quais acontece alguma relação social, entendemos que as ações proporcionadas aos sujeitos na organização para realização da V Feira se constituem em processos educativos, ou seja, em um conjunto de atividades capazes de proporcionar aos sujeitos uma gama de aprendizados.

Conforme informações obtidas na fase inicial de nosso estudo sobre a V Feira Paraibana de Ecosol, esses eventos – Feiras Estaduais de Ecosol - embora inicialmente tenham se voltado à geração de trabalho e renda, a partir de 2006, com o apoio do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Ecosol, através da SENAES/MTE, além de buscar conferir viabilidade aos produtos da Ecosol, elas também se propõem à realização de atividades educativas/formativas: debates, palestras e oficinas teóricas e práticas.<sup>31</sup>

Nesse sentido a V Feira Paraibana não só abriu espaço para comercialização, mas também para realização de atividades formativas sobre temas de interesse dos empreendedores, visando contribuir com a formação social e política destes, estimulando a discussão sobre o Movimento da Ecosol no Estado da Paraíba e no País, promovendo assim um espaço de formação, articulação e troca de saberes entre os participantes.

Um exemplo dessa dimensão educativa da Feira pode ser percebido na realização de uma palestra sobre o contexto atual da Ecosol realizada no primeiro dia da Feira, que envolveu os empreendedores (as) participantes da mesma, conforme ilustrada na imagem apresentada no início desse tópico.

É válido destacar que, as atividades educativas desenvolvidas, além da comercialização dos produtos da Ecosol, no período da V Feira, foram realizadas por representantes de entidades e/ou Instituições de Fomento à Ecosol (ONGs, Incubadoras, entre outras).

Quanto à realização dessas atividades educativas junto aos empreendimentos de Ecosol, destacamos a atuação da INCUBES, criada em 2001, após alguns debates envolvendo professores da UFPB, onde hoje se encontra sediada. A INCUBES atualmente integra a Rede de Incubadoras de EES da UNITRABALHO, e é constituída por uma coordenação colegiada de três (3) membros e por uma equipe técnica que presta assessoria aos grupos de produção, a partir de seus interesses. Essa equipe é composta por

---

<sup>31</sup> Informação obtida através do Relatório da oficina nacional com interlocutores(as) estaduais do programa nacional de fomento às feiras de Ecosol em 2006. Disponível no site <http://mte.gov.br/>. Brasília - DF, 30 de junho a 02 de julho de 2006.

professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação de vários cursos da UFPB.

Além de contribuir com a formação política dos trabalhadores, com vistas à promoção do trabalho e da renda, a INCUBES também realiza atividades formativas de Ecosol para organizações da sociedade civil, e tem publicado algumas produções acadêmicas sobre o tema, proporcionando assim a divulgação da Ecosol. Quanto a sua participação na realização da feira, esta foi no sentido de apoiar o processo organizativo e principalmente a condução do ciclo de debates e palestras; bem como a realização de oficinas teóricas.

As atividades realizadas de caráter formativo/educativo, destinadas aos empreendedores conforme a programação e o relatório do evento foram as seguintes:

Uma Palestra de abertura do evento, tendo como palestrante um Professor do Departamento de Ciências Humanas da UFCG/PB, abordando o contexto atual da Ecosol tanto em nível Estadual como Nacional. Na ocasião, a Cooperativa COOPERBUFFET ressaltou a tímida participação popular nos FEES da Paraíba e no FBES, a forma precária como vêm se dando as lutas pela efetivação das políticas públicas em nossa sociedade e as dificuldades que enfrentam para firmar-se enquanto empreendimentos populares solidários. Conforme relatório desse evento participaram dessa palestra 97 pessoas.

O debate sobre Desenvolvimento Local e Economia Solidária, realizado no segundo dia do evento, sob a responsabilidade de um Professor membro da INCUBES/UFPB, se deu a partir da apresentação de algumas experiências, o que propiciou um ambiente de discussão sobre o tema do qual participaram 74 pessoas.

No terceiro dia da Feira, um dos representantes de uma ONG, que fazia parte da Coordenação do FEES, mediu uma reflexão sobre o Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado da Paraíba, ressaltando seus acúmulos, avanços e desafios. A definição da nova composição da coordenação se constituiu em um momento de articulação e fortalecimento da Ecosol no Estado. Esse momento reuniu representantes de empreendimentos das três regiões do Estado integrantes do Fórum Estadual Paraibano, além de um número considerável de empreendedores, somando um total de 89 pessoas.

Além dessas palestras, foram realizadas também uma campanha de sensibilização ao tema da Ecosol e algumas oficinas teóricas sobre temas, como educação em Ecosol e clube de trocas, tendo em vista sua importância na ação nacional de feiras, a fim de se adquirir uma sustentabilidade na caminhada. Da oficina sobre Clube de Trocas, resultou

uma dramatização que estimulou a realização de trocas solidárias entre os empreendedores no último dia da feira, os quais realizaram trocas solidárias entre si.

Os participantes dessa experiência a consideraram ótima por ter proporcionado um momento de interação maior entre os (as) empreendedores(as), bem como estimulado o resgate das pessoas em sua auto estima, por perceberem que tudo o que produzem em termos de bens de serviço têm valor, e, portanto, é passível de troca. Ao mesmo tempo, compartilharam suas potencialidades e criatividade, além de se tornarem parceiros quanto à troca de serviços.

As oficinas práticas de troca de saberes entre os empreendedores foram: Macramê, Fuxico, Costumização, Bijuterias e Cartões Artesanais. Essas oficinas estimularam a realização do trabalho coletivo e participativo entre todos (as) os (as) participantes. Veja na imagem abaixo o registro de uma oficina realizada durante a V Feira por uma Empreendedora participante do Movimento da Ecosol/PB com formação na área de Ciências Humanas (pedagogia e sociologia) pela UFCG.



**Foto 5** - Mulheres Empreendedoras compartilhando saberes: oficina de cartões artesanais realizada no período da V Feira Estadual Paraibana de Ecosol

**Fonte:** Arquivo Pessoal/2006

Essa troca de informações e de saberes entre os (as) empreendedores (as), no espaço da feira, pode ser compreendida como um momento em que o diálogo entre educação popular e Ecosol acontece, uma vez que, a educação popular dialoga com a Ecosol visando desenvolver habilidades de gestão, que venham garantir a organização dos sujeitos sociais dentro de uma nova perspectiva de realidade cooperativa, em oposição às práticas individualistas inerentes ao sistema capitalista.

Conforme o pensamento de Paulo Freire, esse dialogo estabelecido entre a Educação Popular e a Ecosol mencionado acima se explica pelo fato de que um dos princípios basilares da Educação Popular é a ideia de que a consciência e o mundo da vida se realizam simultaneamente.

Ao participarmos das ações empreendidas pela organização e realização da Feira entendemos que essa ação econômica solidária constitui-se em uma atividade educativa popular e solidária em si mesma, por proporcionar aos seus participantes espaços de aprendizagem ou espaços educativos.

Os aprendizados gerados no processo de participação de construção desse evento constituem-se, de experiências de construção coletiva envolvendo várias forças sociais. E principalmente, experiência de novas relações com o poder que confere ao Movimento da Ecosol maior visibilidade e credibilidade. O relato a seguir confirma esse entendimento sobre a organização e realização da Feira:

Certamente as feiras de economia solidária são educativas, uma vez que em todas elas desde o processo de construção já se pratica ações educativas na construção coletiva, culminando com as atividades educativas/formativas que acontecem antes, durante e depois do evento. São atividades diversas, em sua grande maioria com temas informativos e formativos sobre economia solidária e com práticas de educação popular. Geralmente em todas as feiras de economia solidária são realizadas atividades formativas que envolve os princípios e valores da economia solidária, bem como a divulgação da campanha nacional de mobilização - economia solidária: outra economia acontece ou mesmo as bandeiras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que são: produção, comercialização e consumo; finanças solidárias; marco legal/jurídico e formação em economia solidária. Dificilmente tem uma feira de economia solidária que não dialogue e/ou realiza atividades formativas sobre um destes temas. As atividades educativas durante as feiras fortalecem os laços, traz formação política e cidadã, bem como promove a integração e divulgação da economia solidária de um modo geral.<sup>32</sup>

Nesse sentido, o processo educativo pode ser apontado como uma ferramenta imprescindível para promover a organização dos grupos de produção, na busca de viabilizarem a comercialização de seus produtos, bem como contribuir para uma maior integração e articulação entre empreendedores (as), entidades e instituições governamentais de apoio e fomento à Ecosol. Além disso, as ações educativas podem contribuir também com a cristalização da identidade dos participantes do Movimento da Ecosol, predispondo-os ao exercício da cidadania.

Em outras palavras, a educação se configura como sendo um caminho viável para desenvolver as capacidades dos indivíduos e, conseqüentemente, torná-los aptos a

---

<sup>32</sup>Idem Nota 13 (Elem)

perceber-se como membro igualitário do processo de construção do movimento cooperativista, autogestionário e solidário.

Essa preocupação com a permanente formação dos empreendedores está presente na Coordenação do Movimento, especialmente nos últimos anos com a efetivação do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária da SENAES, que consta de espaços de formação no período de realização das feiras estaduais de Ecosol.

Esse programa prevê que a organização da Feira deve proporcionar aos empreendedores atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização. Para tanto, disponibiliza um recurso específico para que essa atividade possa acontecer<sup>33</sup>. O Programa também disponibiliza cartilhas educativas sobre temas direcionados à formação em Ecosol.

No entanto essa estratégia de qualificação para os empreendedores ainda não atingiu a sua meta, ou seja, não alcançou todos os atores que estão de certa forma, envolvidos com a Ecosol, entendida nesse contexto como uma opção de vida, ou um modo de viver que implica em um projeto de sociedade a partir de novos valores, baseados na solidariedade e não nos critérios de lucro e rentabilidade capitalista.

Nesse sentido, os constitutivos da educação popular se unem aos princípios da Ecosol, uma vez que um dos seus objetivos é a viabilização de uma economia favorável à vida.

Para alguns trabalhadores (as)/empreendedores (as) que estão no Movimento da Ecosol, esses valores ainda não foram compreendidos, por isso vivem ainda conforme os valores estipulados pelo sistema capitalista hegemônico e excludente. Precisam adquirir uma nova concepção de sociedade, de trabalho e de indivíduo, enfim dos valores da Ecosol, cuja proposta vai além da mera recomposição das forças produtivas, buscando responder às necessidades das pessoas em várias dimensões.

A não participação desses sujeitos nesses espaços de formação revela que ainda não compreenderam a importância da formação para o sucesso de suas atividades econômicas. Quando participam, na maioria das vezes, fazem-no de forma automática, sem que tal participação represente algo que, de fato, desperte seu interesse. No outro modelo econômico, não estavam habituados a essa dinâmica de participação coletiva.

No entanto, nesse novo espaço, os reflexos dessa forma de vivenciar a economia de maneira individualizada são percebidos nesse déficit de participação nas ações

---

<sup>33</sup> Ver cronograma demonstrativo financeiro da feira no anexo C deste trabalho

coletivas ou educativas inseridas numa proposta de sociabilidade pautada na liberdade e na autonomia, onde as regras de convivência são decididas de forma democrática/participativa.

A inclusão de atividade formativa nas feiras de Ecosol tem como objetivo proporcionar nesse espaço um lugar de encontro, de debate, da construção de conceitos e da sua experimentação na prática. Além de objetivar favorecer a construção ou afirmação da identidade cultural e política da Ecosol, tendo em vista que o movimento da Ecosol não se limita ao propósito de geração de emprego e renda, como também se constitui como um mecanismo de resgate da cidadania dos trabalhadores (as) para que possam ter uma melhor compreensão no seu papel na sociedade atual.

Os relatos reunidos a partir das entrevistas confirmam a necessidade da realização de atividades formativas e de capacitação para atualização e/ou aprimoramento dos empreendedores para a gestão cooperativa e autogestionária, e assim, garantir a apropriação de seus valores bem como afirmar sua participação enquanto sujeito de direito. Uma forma de educação, apontada pelos entrevistados para ser desenvolvida com os sujeitos/empreendedores, seria um modelo de educação que estivesse vinculado aos interesses dos mesmos.

Entendemos que essa forma de educação aceitável e, portanto, viável de ser realizada junto aos empreendimentos, constitui-se em um modelo vinculado à produção, de outra sorte, provavelmente, será difícil, quando não inviável, conseguir a adesão e/ou participação desses sujeitos.

Na concepção de Mance (2003, p. 30) quanto a realização dessas atividades de formação/educação junto aos empreendimentos autogestionários:

As demandas formativas reais, portanto, não são necessariamente aquelas que as organizações solicitam. Para defini-las com bastante precisão é necessário um processo dialógico com as pessoas a serem atendidas pela atividade, problematizar com elas a sua realidade e suas práticas concretas, para então chegarmos a definição dos temas, eixos temáticos, objetivos gerais e específicos, e aspectos a serem destacados. Sem um conhecimento adequado da realidade concreta e do público, não conseguiremos definir os melhores procedimentos e técnicas a serem adotadas.

Nesse sentido, se faz necessário a realização do exercício de pensar a formação a partir das necessidades reais para organização e mobilização dos sujeitos da Ecosol. Para tanto é imprescindível reconhecer quais são as demandas formativas dos desafios seja da

organização do empreendimento ou do movimento, para que assim, seja possível realizar uma proposta educativa/formativa viável.

Enfim, para que os sujeitos/empreendedores possam reinserir-se na Economia através de iniciativas de produção autogestionárias, se faz necessário que tenham acesso a uma educação que promova a autonomia. Ou seja, uma educação que vise colaborar na organização e formação econômica e política dos empreendedores solidários e autogetionários no sentido de promover o exercício de sua liberdade.

Como diz Mance (2003, p.11):

Uma educação que está, pois, intrinsecamente vinculada não apenas a produção de conhecimentos, mas ao próprio *pôr-se-para-si-como-valioso* dos sujeitos históricos que assumem compromissos com a transformação das sociedades em função do bem-viver coletivo.

Tal condição é indispensável porque os sujeitos/empreendedores, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para que possam se adaptar a nova realidade. E assim melhor organizar suas ações/construções coletivas em um quadro/cenário concreto de contradições sociais. Ou seja, uma aprendizagem/educação voltada para o exercício da liberdade. Sem isso, entendemos que essas ações perdem o seu caráter autogestionário e podem ser assimiladas pelo capitalismo.

### 3.2.2 Atividades Culturais



**Fotos 6** – Momento Cultural compartilhado: dançando ciranda na V Feira Estadual/PB  
**Fonte:** Arquivo Pessoal/2006

Além de promover a comercialização dos produtos, as palestras, os debates e as oficinas, a V Feira Estadual também abriu espaço para manifestações culturais regionais

(música, dança e teatro) paralelamente à comercialização dos produtos, durante todos os dias do evento, a fim de estimular ainda mais a prática da Economia Solidária, destacando as Feiras como uma de suas principais ações.

Dentre as manifestações culturais em geral (cultura popular, tradicional e local) contamos com a presença de Sasá Repentista; Os Cabras de Mateus – Trio de Forró Pé de Serra, que fazem parte do movimento social cultural paraibano, e vêm se destacando com apresentação de um repertório musical característico da cultura popular nordestina; como também do Grupo de Danças Folclóricas Tenente Lucena e Grupo de Capoeira Angola Palmares – Associação Brasileira de Capoterapia.

Quanto às manifestações da cultura urbana contemporânea, destacamos a Banda Impulso, voltada ao pop/rock nacional e internacional; Banda Estado de Espírito – Rock e Rock Pop. Como manifestação da cultura erudita, destacamos a participação da Banda da Polícia Militar do Estado da Paraíba, que se apresentou na abertura da V feira Estadual Paraibana. Conforme nos informou o Cel. Lima, Comandante geral da Polícia Militar, com o propósito de cada vez mais aproximar a Polícia Militar da sociedade paraibana, a Banda de Música da Polícia Militar, sob a responsabilidade do Capitão Francisco Batista Paz, vem desenvolvendo um projeto cultural denominado “Vem Ouvir A Banda Tocar”, mostrando dessa forma à sociedade que a Corporação também tem se preocupado em propiciar aos pessoenses a oportunidade de ouvirem uma boa música e disporem de um momento de lazer e descontração.

Entendemos que a realização dessas atividades é fundamental para estimular a prática da economia solidária e promover sua divulgação no Estado.

É válido dizer que, no período da V Feira, pela primeira vez, foi realizado um desfile com confecção e acessórios produzidos pelos empreendedores do Estado tendo como tema: *Paraíba Solidária*.

Essa atividade promoveu a realização de um intercâmbio entre os empreendedores de várias regiões e o estímulo dessa economia em nosso Estado, uma vez que a equipe responsável teve o devido cuidado com a seleção do vestuário e dos acessórios, procurando garantir a representatividade de segmentos produtivos das regiões do Estado em que a Ecosol acontece.

Os empreendimentos que participaram dessa atividade disponibilizando confecções (moda íntima, moda praia, etc) e acessórios (bolsas, bijuterias, adereços de cabelo, sandálias) foram: Cooperativa Prestadora de Serviço de Confecção e Artesanato

(CPVA), Espaço da Criação, Cassema e Romane de Campina Grande; Arte nas Mãos, Escola Viva Olho do Tempo e Arte em Ação de João Pessoa; Flor Mulher e Arte e Arte de Santa Rita; e Bolsa e Cia.

O processo de preparação dessa atividade foi imprescindível para os empreendedores, que foram instruídos pela designer quanto à importância da modelagem das confecções, bem como quanto à necessidade de se manterem atualizados no que diz respeito aos produtos em evidência no mercado; às tendências da moda, tanto no que diz respeito ao vestuário quanto aos acessórios e peças decorativas; à importância de harmonizar matéria prima e/ou cores.

Apesar do pouco tempo que tiveram para produzir os artigos e confecções a serem utilizados no desfile, observamos que alguns sobressaíram-se entre os demais em criatividade e inovação na confecção dos produtos. Isso nos fez perceber a importância da consultoria de um profissional designer para atuar permanentemente junto aos empreendimentos do Movimento da Economia Solidária a fim de oferecer um suporte necessário para que seus produtos se tornem viáveis no mercado.

Consideramos que essa atividade também se configura como uma ação educativa realizada durante a organização e execução da feira uma vez que, proporcionou aos empreendedores (as) a possibilidade de compreender a necessidade de melhorar a qualificação de seus produtos, bem como aprimorar suas capacidades técnicas para avançar na produção autogestionária. Veja a seguir algumas imagens desse momento:



**Fotos 7** - Desfile com Confecção e Acessório Produzidos pela Economia Solidária da Paraíba  
**Fonte:** Arquivo Pessoal

É válido salientar que foram os próprios empreendedores que participaram da realização do desfile como “modelos” apresentando suas confecções e acessórios ao público visitante. O empenho da designer A. J, que trabalhou de forma voluntária, foi imprescindível para o sucesso dessa atividade que, por sua vez, atraiu um público considerável.

Essa atividade demonstrou a importância de resaltar a qualidade dos produtos a serem comercializados nas Feiras, que devem ser adequados a satisfazer as necessidades do consumidor. Ou seja, nesse desfile buscou-se realizar uma mostra dos produtos a serem comercializados e isso exigiu demonstrar da melhor maneira possível, todas as qualidades técnicas, solidárias e ecológicas dos mesmos.

### **3.2.3 Dificuldades e Expectativas**

A realização da V Feira Estadual de Ecosol considerada como alternativa para a socialização das experiências de produção e do consumo solidário trouxe a tona algumas dificuldades e expectativas para os seus organizadores e confirmou outras já identificadas em outros momentos, conforme passaremos a descrever.

Entre as dificuldades identificadas durante a organização e realização da V Feira, consideramos que a mais expressiva refere-se às dificuldades de ordem financeira. De um lado por ter sido a mais citada pelos (as) nossos (as) entrevistados (as) quando interrogados sobre a questão.

Por outro lado, conforme o relatório do evento, o projeto inicial para realização da V Feira foi orçado em R\$ 50.000,00, no entanto os recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Feiras do Governo Federal foram de apenas R\$ 20.979,00. Dessa forma, o projeto foi readaptado para ser executado com esse recurso, o que implicou na redução de participantes - não permitindo contar com a presença de um número bem maior de empreendedores oriundos de todo o Estado, conforme planejado inicialmente.

O corte dos recursos financeiros e a não disponibilização de informação antecipada inviabilizou a proposta de divulgação do evento, comprometendo assim a participação do público visitante e, conseqüentemente, as vendas dos produtos e um melhor faturamento pelos (as) empreendedores (as).

É válido dizer que o problema da comercialização sempre foi motivo de preocupação entre os (as) trabalhadores/empreendedores (as). Ou seja, antes dessas

iniciativas de comercialização coletiva – Feiras de Ecosol -, a maioria dos empreendimentos comercializavam seus produtos em casa. Essa forma de comercialização não correspondia às suas expectativas em relação ao faturamento através da venda bastante insignificante.

Conforme dados obtidos através do PAFES, durante a V Feira de Ecosol Paraibana, o problema relacionado a comercialização dos produtos permanece sendo uma preocupação dos (as) empreendedores (as). Ou seja, o desempenho comercial da V Feira é um dos aspectos que mais precisa ser melhorado, conforme demonstrado na fala dos (as) empreendedores (as) nas questões que tratam dos faturamentos coletados durante o evento através da aplicação do PAFES. Durante a entrevista uma parcela significativa demonstrou está bastante insatisfeita quanto a esse aspecto do evento.

De fato a comercialização dos produtos sempre foi o grande problema dos pequenos produtores. No caso específico dos empreendedores (as) solidários, a falta de estrutura logística, de espaços para comercialização permanente, a falta de conhecimento do mercado para saber lidar com suas regras de funcionamento, são apenas alguns dos muitos desafios a serem enfrentados.

Consideramos também, que a qualidade dos produtos comercializados durante a V Feira constitui-se também em um aspecto que limitou a comercialização. Ou seja, a ausência de uma identidade visual, uma estratégia de marketing, a homogeneidade dos produtos e a regularidade de sua produção são aspectos que necessitam em grande medida de um cuidado maior.

Conseguir uma aproximação com o mercado consumidor constitui-se em outra problemática para os empreendedores (as) do Movimento da Ecosol na Paraíba. A falta de uma estrutura logística que favorece essa aproximação pode ser considerada como o maior desafio para se chegar a quem realmente consome. No momento da Feira a falta de publicidade foi o maior fator que impossibilitou essa aproximação do público consumidor.

Outra dificuldade mencionada foi o acesso ao crédito e ao acompanhamento, apoio ou assistência técnica aos empreendimentos solidários para que possam realizar ações mais eficientes de comercialização, ou para melhorar sua participação nas próximas edições das Feiras Estaduais.

O número reduzido dos participantes das entidades que fazem parte do Movimento da Ecosol no Estado, trabalhando na organização do evento, também pode

ser considerado como um aspecto a ser melhorado nas próximas edições das Feiras Estaduais. Um dos entrevistados, por exemplo, aponta a falta de participação dos sujeitos no processo de organização como principal dificuldade para realização das Feiras: “acho que o maior desafio é o pessoal tá se envolvendo mesmo”.<sup>34</sup>

Já o relato de outra entrevistada mostra outros aspectos das dificuldades na construção do processo de organização coletiva, como a preocupação maior em garantir a sobrevivência da família; entre outros. Conforme demonstrado no relato a seguir:

Creio que um dos grandes desafios enfrentados na organização das feiras, são as necessidades imediatas versus o processo organizativo, e/ou o risco de apropriação do espaço coletivo por pessoas/organizações que queiram simplificar a vida e não optam pelos processos formativos/ educativos, que em sua maioria são lentos, mas efetivos. Outro desafio é ficar somente no processo educativo e não compreender e investir nos processos comerciais e na realização de negócios seja presentes e/ou futuros. A falta de visão estratégica e política dos atores envolvidos, bem como disputas e 'egos' entre os atores envolvidos, pois na realização de uma feira vem à tona como o movimento de economia solidária está na localidade. Ou seja, se o movimento dialoga com outros atores, movimentos sociais, na feira, isto se torna visível. Se o movimento de economia solidária na sua localidade está fragilizado e sem diálogos e construções coletivas, a feira se torna espelho desta centralização e fragmentação. Em suma é nas feiras de economia solidária que temos um retrato de como está o movimento de economia solidária na localidade a partir destes espaços<sup>35</sup>.

Percebemos também que essa dificuldade em participar desse novo modelo de organização coletiva está diretamente relacionada à mudança de comportamento mencionada pelos estudiosos dessa questão no capítulo inicial de nosso estudo. Ou seja, o comportamento dos trabalhadores (as) vivenciado nas experiências anteriores em empresas tradicionais, onde o trabalho era fortemente hierarquizado representa uma dificuldade na realização da ação coletiva e autogestionária.

Como a pesquisa não tinha como um dos seus interesses a compreensão dessa mudança de comportamento dos empreendedores, não foi possível fazer uma reflexão sobre essa questão com o rigor que ela merece, uma vez que surgiu no relato dos entrevistados ao mencionarem as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos na realização da feira.

Entendemos que essa transformação de comportamento dos empreendedores significa uma mudança cultural e social, o que aponta para uma variedade de compreensão sobre a questão.

---

<sup>34</sup>Idem Nota 16 (João)

<sup>35</sup>Idem Nota 13 (Elem)

Alguns entrevistados referiram-se a essas mudanças de comportamento dos sujeitos/empreendedores mencionando o fato de que, ao passarem de empregados para patrão, passaram também a reproduzir comportamentos autoritários, antidemocráticos e hierárquicos nas experiências autogestionárias. Ao invés de primar pela solidariedade e cooperação, promovem disputas dentro do novo espaço de ação coletiva como, por exemplo, a disputa para assegurar o “melhor lugar<sup>36</sup>” no espaço da Feira Estadual realizada em 2010. Declarou uma de nossas entrevistadas.

Entendemos que, para superar essa dificuldade, ou seja, para promover um comportamento conforme os princípios da Ecosol é preciso vencer o desafio primeiro de realizar atividades educativas com a participação de todos os sujeitos envolvidos na Ecosol. Ou seja, a realização de atividades educativas que venham potencializar habilidades de gestão coletiva bem como promover a construção de novas relações a partir dos valores da solidariedade e da cooperação, além de estimular os sujeitos envolvidos a participarem do processo de construção coletiva.

A fala de um entrevistado, membro de uma Instituição que desenvolve ações educativas junto aos EES contribui com esse entendimento. Veja trecho da entrevista:

A formação durante a feira é outro desafio, percebido principalmente pelo educador. Alguns empreendimentos não percebe isso, pois são novos, e o primeiro contato é através da feira. E por isso vêm com práticas da economia capitalista. Daí o desafio de integrar novos membros no Movimento, levando-os a perceber a importância da formação.<sup>37</sup>

É válido lembrar que conseguir tornar as políticas públicas de apoio à Ecosol em políticas efetivas de Estado constitui-se em outra das dificuldades e/ou desafios que a Ecosol vem enfrentando em nível Nacional, Estadual e Municipal. Dessa forma, deixaria de ser uma política dependente da vontade dos governantes que assumem o poder. Contudo, para que essa conquista venha a se efetivar, a Ecosol precisa se tornar uma cultura expressiva no âmbito da política nacional. Isso só será possível com a conquista do apoio da maior parte da sociedade na construção dessa nova forma de gerir a economia.

O Estado Nacional, também, se constitui em outro grande desafio, visto que sua lógica de funcionamento está voltada para promover o desenvolvimento capitalista e não solidário.

---

<sup>36</sup> Idem Nota 26 (Vanda)

<sup>37</sup> Idem Nota 25 (Paulo)

A fala dos entrevistados também revelou algumas expectativas em relação à realização das próximas edições das Feiras Estaduais, a saber: maior investimento na divulgação do evento, e consequentemente melhoria da comercialização dos produtos, motivo maior que motivou a realização dessa modalidade de comercialização coletiva. Considerando que o sucesso do potencial econômico depende muito desse fator – divulgação - bem como a promoção mais eficiente das ações educativas, de forma que todos possam participar dos momentos formativos e assim melhor compreender e vivenciar a Ecosol.

Enfim durante a organização e realização da V Feira, pudemos perceber que as dificuldades e os desafios apontados acima muitas vezes são a causa dos (as) empreendedores (as) não buscarem maiores espaços de comercialização.

Também ficou claro que o valor cultura da solidariedade enquanto um valor cultural construído, aprendido e assumido, precisa ser assimilado por um número maior de sujeitos/empreendedores (as) que “participam” do Movimento da Ecosol Paraibana.

Enfim, entendemos que a busca pela sustentabilidade dos empreendimentos solidários é promovida tanto pelo escoamento da produção quanto pela qualidade das relações sociais promovidas pela atividade pedagógica. Assim, além de se constituir em uma atividade de Ecosol que visa garantir a renda, a Feira de Ecosol constitui-se de uma ferramenta pedagógica importante para a consolidação da Ecosol ao inserir em sua dinâmica de funcionamento a realização de ações educativas eficientes no sentido de promover um aprendizado sobre a dinâmica da Ecosol e consequentemente uma maior participação solidária, ou seja, uma participação consciente.

### 3.3 ALGUMAS CONQUISTAS E AVANÇOS DA ECOSOL

Não obstante as dificuldades, a Ecosol também tem apresentado algumas conquistas em sua trajetória. Recentemente, um dos aspectos em que a Ecosol tem demonstrado alguns avanços é quanto a sua articulação política a partir da constituição dos FEES e, principalmente, do FBES; as redes de produção e comercialização também são significativas no sentido de fortalecer as ações coletivas a partir de objetivos comuns.

Outro aspecto digno de nota é o aumento expressivo das entidades de fomento ao movimento em geral: OGNs e Universidades, através das Incubadoras, oferecem

assessoria e prestam serviço de apoio através da realização de ações de formação técnica e também política.

A criação da SENAES, em 2003, também representa um avanço no campo da Ecosol. Através dessa Secretaria, foram criadas várias políticas de apoio à Ecosol, conforme mencionado anteriormente neste trabalho. Destas gostaríamos de relembrar aqui o Programa Nacional de Fomento às Feiras Estaduais como Política pública que tem fortalecido e integrado em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais, municipais e territoriais, através da promoção de ações para facilitar a comercialização e favorecer a visibilidade da Ecosol.

A realização do Mapeamento dos Empreendimentos e a criação do Sistema Nacional de Informações em Ecosol (SIES), também constituem ações dessa secretária que expressam o avanço da visibilidade da Ecosol.

Nesse mesmo âmbito federal, a participação de outros Ministérios e Órgãos Governamentais em apoio à Ecosol também demonstra a dimensão desse avanço da Ecosol nos últimos anos.

Outro importante avanço do Movimento da Ecosol foi a criação do Conselho Nacional de Ecosol como uma Política Pública, também em âmbito Federal. Esse Conselho constituiu-se de uma instância governamental formada por representantes de diversos ministérios e de vários segmentos da sociedade civil, a partir do ideal da democratização do Estado, através de uma articulação entre este e a sociedade civil na construção de uma nova cultura.

A criação dos Centros Nacional e Regionais de Formação em Ecosol no sentido de formar educadores que possam contribuir com a prática das ações pautadas nos princípios da Ecosol, também pode ser considerada como um dos grandes avanços desse Movimento.

Essas conquistas impulsionaram a marcha do Movimento da Ecosol ao proporcionar uma força maior no exercício das ações que compreendem esse fenômeno.

## 4 CONSIDERAÇÕES

A relação entre Ecosol e Educação Popular é uma realidade encontrada nos movimentos sociais de luta, especialmente entre as camadas populares que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social. Nessa parte de nosso trabalho procuraremos ressaltar apenas as relações que foram sendo identificadas na reflexão teórica que realizamos e a partir da experiência escolhida para análise.

Inicialmente, gostaríamos de retomar o questionamento que nos trouxe até aqui: Qual a dimensão educativa no processo de construção e realização da V Feira Paraibana de Ecosol?

Lembraremos também a suposição de que a Ecosol e a Educação Popular se relacionam entre si e com as ações educativas realizadas na feira no sentido de viabilizar essa construção coletiva e compartilhada das ações que promovem os processos de produção, desenvolvidos a partir do ideário da Ecosol, no qual o exercício da cidadania deve estar baseado num projeto político democrático, responsável diretamente pelas práticas emancipatórias dos sujeitos.

Nas reflexões realizadas no início desse trabalho/estudo pudemos perceber que as bases teóricas trabalhadas compreendem dois grupos de estudiosos, a saber: de um lado estão os que dialogam entre si sobre a importância da Ecosol como uma estratégia de integração social e conseqüentemente do acesso à cidadania. De outro, encontram-se os estudiosos que apresentam uma crítica à proposta da Ecosol e sua estratégia. A Ecosol, enquanto movimento de luta pela cidadania lança mão da Educação Popular para se desenvolver.

Nas abordagens dos autores do primeiro grupo mencionado acima percebemos que a Educação Popular é compreendida como um meio de libertação dos excluídos socialmente. Para Freire, por exemplo, a Educação Popular desde seus primórdios está intrinsecamente ligada às questões relacionadas ao trabalho, destacando-se da importância deste para uma boa qualidade de vida.

Na compreensão desses estudiosos a participação também aparece como elemento de suma importância tanto no desenvolvimento da Ecosol quanto na Educação Popular tendo em vista que ambas visam o acesso a condição cidadã dos sujeitos. Para Gohn é através da participação que os sujeitos podem partilhar - com o poder do Estado - da

construção de sua própria história, desenvolvendo uma consciência crítica capaz de contribuir no desenvolvimento de novos valores.

Entretanto, é válido dizer que o conceito de participação apresenta várias interpretações. Assim também, o conceito de Ecosol não é apresentado de uma única forma, ou seja, é um conceito ainda inacabado/em construção. No entanto, nos estudos empreendidos sobre o fenômeno percebemos que a solidariedade, a democracia e a participação são elementos fundamentais.

Isso possibilita e ou explica a agregação de várias forças ou atores sociais que se identificam com esses valores a participarem do Movimento da Ecosol e de toda a prática educativa que suas atividades envolvem tendo em vista o desenvolvimento de uma cultura política democrática.

A pesquisa de campo nos proporcionou elementos para investigar as ações educativas presentes na V Feira Paraibana de Ecosol e sua relação com os constitutivos da Ecosol e da Educação Popular – sobre os quais discutimos em momentos anteriores deste trabalho/estudo -. A metodologia qualitativa, empreendida por meio de entrevista, pesquisa documental e vivências, permitiu que pudéssemos perceber os aspectos educativos no cenário escolhido para nosso estudo. Resaltando que, os aspectos observados nessa Feira Paraibana de Ecosol podem ou não ser encontrado em outras edições de Feiras Estaduais de Ecosol no Estado.

Para além das ações econômicas, de comercialização, as ações educativas são presentes em vários momentos na V Feira Paraibana de Ecosol. Ou seja, além dos momentos de comercialização dos produtos dos empreendedores a V Feira constitui-se também de momentos de formação, através da troca de experiências, informações e de saberes entre os sujeitos, formação e qualificação em Ecosol, palestras e campanhas de estímulo ao consumo ético, justo e solidário. Dessa forma, proporcionou um rico intercâmbio de experiências entre produtores e consumidores.

Assim, entendemos que esse evento significou não apenas uma ação voltada para a questão comercial, mas, sobretudo, um exercício político e solidário tendo o ser humano como centro e não o lucro. Trata-se, pois, da promoção de uma forma de comercialização, voltada a venda dos produtos, levando em conta também os demais aspectos – político, educativo e cultural -, sem os quais a realização dessa Feira não teria sido um evento de Ecosol.

Em outras palavras, a realização da V Feira Paraibana, é uma ação desenvolvida pelo Movimento da Ecosol que objetiva uma vida melhor para os marginalizados do mundo do trabalho, e dos direitos sociais em prol da construção de uma sociedade menos injusta. Para tanto, tem procurado promover atividades educativas paralelas a comercialização, visando promover a Ecosol como um todo estruturado, fortalecendo as relações de produção, comercialização, consumo e também da cultura da solidariedade, bem como a emancipação dos sujeitos envolvidos.

A viabilização dessa proposta de promover atividades educativas paralelas a comercialização, significou um dos maiores desafios para a execução da V Feira Paraibana de Ecosol. Isso principalmente por ter sido essa Feira a primeira edição do evento a executar atividades educativas paralelas a comercialização.

Percebemos aqui uma relação da Educação Popular com o Movimento da Ecosol, uma vez que a Educação Popular, assim como as ações educativas empreendidas nessa Feira Paraibana de Ecosol, pode ser compreendida como um meio de libertação dos excluídos socialmente.

Entendemos que, para que essa proposta educativa alcance resultados práticos no campo da Ecosol de forma desejável, ou seja, para que essa educação proporcione aos empreendimentos a possibilidade de serem eficientes na qualificação de seus produtos, na capacidade técnica de avançar na produção, no crescimento do consumo dos produtos da Ecosol, faz-se necessário promover uma educação para a produção autogestionária a partir do diagnóstico das demandas formativas.

Em nosso estudo, percebemos que as ações educativas se afirmam em alguns momentos de participação dos sujeitos/empreendedores, proporcionadas pela própria dinâmica de organização e realização do evento.

No entanto, as fragilidades dessas ações podem ser reconhecidas no momento em que os sujeitos não conseguem se dissociar das práticas da lógica dominante com a qual têm que se relacionar. Nesse sentido, conceber os valores da solidariedade, igualdade, cooperação, autogestão, de forma a concretizá-las através de suas práticas é imprescindível para a concretização de uma cultura econômica solidária. Só a partir da concretização desses valores que caracterizam a realização da democracia é que a autonomia coletiva desses sujeitos poderá ser propiciada.

É válido ressaltar que a Ecosol é um modo de vida, e como tal não se apresenta pronta como uma técnica. Sua apreensão é realizada ao longo do tempo, através de

relações coletivas e solidárias, num processo de aprendizagem contínuo de novos valores que vão sendo vivenciados, no âmbito do movimento da Ecosol.

Daí entendermos que a prática continuada das ações educativas voltadas para o trabalho autogestionário, com a participação de todos, mesmo que de forma diferenciada de envolvimento, com suas dificuldades e desafios, é o que move essa iniciativa coletiva popular e solidária de geração de trabalho e renda. Resaltando que, na organização e realização da Feira, a participação se apresenta como condição para que os sujeitos possam realizar suas escolhas nas ações e/ou atividades proporcionadas pelo Movimento da Ecosol. Aqui podemos destacar outro elemento que nos permite associar a Ecosol com a Educação Popular: a importância conferida por ambas à participação.

A partir da análise das falas dos sujeitos entrevistados e da prática concreta da organização e realização da V Feira paraibana de Ecosol - experiência escolhida para análise -, compreendemos que esse evento configura-se como uma ação econômica organizada de forma solidária, cooperativa e autogestionária e com uma dimensão educativa.

Vejamos a seguir alguns trechos das falas de nossos entrevistados através das quais identificamos a presença desses princípios estruturantes da Ecosol, bem como das ações educativas presentes na Feira.

A feira de ecosol contribuiu com a formação social e política dos sujeitos/empreendedores oferecendo uma formação pautada nos princípios da solidariedade e da democracia para a inclusão social<sup>38</sup>.

A V Feira de Ecosol foi construída de forma democrática, com a participação de todos: entidades, empreendedores. Essa feira contribuiu muito para eu entender o que é economia solidária, eu fui muito bem tratada aqui, agora eu sei o que é ser solidária. O respeito e a solidariedade da organização contribuíram para minha formação e dos outros empreendedores. Muito melhor do que qualquer outra que eu participei. Alimentação, atenção (...). Eu me senti melhor, principalmente porque a coordenação se misturou com os empreendedores<sup>39</sup>.

Certamente as feiras de economia solidária são educativas, uma vez que, em todas elas desde o processo de construção já se pratica ações educativas na construção coletiva, culminando com as atividades educativas/formativas que acontecem antes, durante e depois do evento. São atividades diversas, em sua grande maioria com temas informativos e formativos sobre economia solidária e com práticas de educação popular<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup>Idem Nota 25 (Paulo)

<sup>39</sup>Membro de um EES (Mércia) trecho de entrevista realizada para esse estudo.

<sup>40</sup>Idem Nota 13 (Elem)

Os depoimentos acima contribuem com nossa percepção quanto à importância das ações educativas promovidas na organização e na realização das Feiras de Ecosol. Como também na identificação dessas ações na edição da V Feira Paraibana de Ecosol. Ou seja, o desenvolvimento de um processo educativo na organização e realização da V Feira pôde ser identificado em vários momentos antes, durante e depois do evento, conforme descrito a seguir.

Em um primeiro momento, antes da realização da Feira na formação dos (das) interlocutores (as) Estaduais do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Ecosol, por meio de uma oficina de capacitação efetuada em Brasília no período de 30 de junho á 2 de julho de 2006. Nas reuniões dos Grupos que compunham a Coordenação da Feira, para discutir sua dinâmica de realização.

Em um segundo momento, nas ações educativas realizadas no momento da feira como:

- ✓ **Palestras sobre os temas:** Economia solidária e desenvolvimento local; Balanço e Desafios do FEES/PB, promovidas por instituições de fomento ao movimento da Ecosol.
- ✓ **Oficinas temáticas sobre:** recuperação e autogestão de empresas, economia solidária com recorte de gênero, educação em economia solidária; também promovidas por instituições de fomento ao movimento da Ecosol.
- ✓ **Oficinas Práticas sobre:** macramê, reciclagem de pape, confecção de cartões etc, promovidas pelos próprios empreendedores (as);
- ✓ **Campanha Nacional de Economia Solidária;**

E em um terceiro momento Depois da feira, identificamos como momento e/ou dimensão educativa a Oficina de avaliação da feira com os interlocutores estaduais no período de 11 a 14 de fevereiro de 2006, realizada em Brasília/DF. As reuniões realizadas pelos empreendedores e entidades de fomento para avaliação do evento.

Nesse sentido, a feira se caracteriza como um processo educativo importante para promover mudanças culturais, econômicas, políticas etc. Nas falas a seguir podemos

observar o entendimento dos sujeitos/empreendedores sobre a importância da realização das atividades educativas no processo de organização coletiva do Movimento da Ecosol na Paraíba, bem como para formação/educação individual dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Por que não adianta você só montar o grupo e você não ter qualificação, e aí parte principalmente pra essa questão educacional, é a primeira coisa, aí é assim: hoje são três pessoas do grupo que está na universidade. Então assim é uma mudança total no comportamento que gera, essa dimensão educacional da economia solidária. Hoje a gente consegue dá formações pra outros grupos, a gente já foi chamado pra dar formações pra outros grupos, sobre economia solidária. Pra vê como é importante investir na educação desses grupos, é investir numa qualidade de vida melhor. Então foi a participação nas ações educativas da economia solidária que deu esse estopim pra buscar outras perspectivas, como essa questão de entrar na universidade, de fazer um curso técnico, de se especializar em uma determinada área<sup>41</sup>.

Minha vida mudou depois que comecei a participar do movimento da Ecosol. Antes eu pensava que só tina deveres, agora eu sei que tenho direitos também. É meio a meio. Antes de participar do movimento eu era dona de casa , mãe, mulher. O marido tinha que chegar em casa e tá tudo arrumadinho. Eu tinha que dizer sim senhor. Quando eu comecei a sair da porta de casa para participar desse movimento, entendi que a coisa não é bem assim não. Eu tenho esses deveres de ser mãe, esposa, mulher, Mas tenho o direito de ser mulher, de me apodera da situação. Eu posso fazer, eu existo, menina coisa de louco. Eu acredito muito nesse movimento. Se não acreditar vai ser mais uma semente jogada fora<sup>42</sup>.

A educação solidária está, pois intrinsecamente vinculada não apenas a produção de conhecimento técnico, mas aos próprios sujeitos das ações solidárias que se comprometem com a transformação da sociedade a partir da sua própria transformação de sujeito passivo em um ser de ação em função do bem-viver coletivo.

Nesse sentido Mance (2003, p 10) nos chama a atenção para o fato de que:

Ao considerar a subjetividade de cada pessoa, nos deparamos com desejos, medos, angustias, necessidades, esperanças e muitas outras intensidades que permeiam utopias manifestas ou não. Ao trabalhar coletivamente com essas dimensões de subjetividade, vamos construindo utopias coletivas compondo a diversidade em esferas de colaboração, visando a autonomia e emancipação das pessoas, com a produção coletiva do conhecimento e a construção de novos caminhos a cada realidade concreta.

Esse pensamento do autor nos remete a educação solidária, ou seja, a educação para a libertação. Ao contrário da educação que frequentemente acontece a qual ao invés de contribuir para a construção da cidadania através do exercício da liberdade no espaço de sua

---

<sup>41</sup>Idem Nota 15 (João)

<sup>42</sup>Idem Nota 26 (Vanda)

dimensão pedagógica, torna-se um exercício para a domesticação dos sujeitos, levando-os a aceitar as regras que lhe forem impostas.

No entanto, os resultados demonstraram que a experiência da feira envolvem aprendizados, tanto na prática da organização coletiva do evento, como também nas atividades de formação direcionadas à questão educativa. Também é clara a necessidade de que os sujeitos empreendedores participem de forma mais efetiva desse processo de construção coletiva e/ou de aprendizagem que envolvem as atividades autogestionárias.

As dificuldades em participar dessas atividades educativas são bastante explícitas na falta de motivação demonstrada por alguns empreendedores (as). Por outro lado, os sujeitos que participaram de forma mais efetiva das atividades educativas proporcionadas pela organização e realização da feira tiveram a oportunidade de compartilhar valores e criaram coletivamente novos saberes para tornarem-se sujeitos de sua história.

Para tanto, as políticas públicas desenvolvidas em prol da Ecosol a partir de uma demanda da sociedade civil têm buscado promover ações educativas com a finalidade de inserir os sujeitos na sociedade como protagonistas da história. Entendendo que uma educação voltada para essa parcela da população só terá validade se promover a autonomia, ou seja, uma educação que promova sujeitos solidários e atuantes e participativos do processo político, social em prol do desenvolvimento de uma nova cultura econômica solidária.

Os elementos que caracterizou a V Feira Estadual como sendo uma Feira de Ecosol foram a construção coletiva do evento com a participação dos EES e demais sujeitos envolvidos no Movimento da Ecosol; o espaço de exposição de e comercialização de produtos dos EES; o espaço de formação e informação proporcionado pelo evento etc.

Outro elemento que merece destaque é a promoção do espaço de articulação pelo referido evento no sentido de viabilizar uma integração entre os sujeitos da Ecosol, através de redes e cadeias solidárias.

Percebemos também que a Educação Popular compartilha dos mesmos objetivos da Ecosol, ou seja, ambas objetivam promover e estimular o consumo responsável e o Comércio justo ético e solidário de bens e serviços produzidos pelos EES. Bem como contribuir, junto aos empreendimentos, com a construção de uma nova dinâmica para o desenvolvimento econômico e social do país.

Resaltando que, essa é uma tarefa que demanda muitas ações e apresenta vários desafios. Na experiência da V Feira pudemos identificar várias dificuldades tanto na organização quanto na realização dessa ação econômica solidária com uma dimensão educativa. Das dificuldades enfrentadas destacamos aqui as que consideramos mais relevantes: financeira, efetivação das políticas públicas, divulgação e falta de participação mais efetiva dos empreendimentos na realização do processo de organização coletiva da feira, desempenho comercial insuficiente.

É válido dizer que a realidade do que foi observado e discutido aqui demonstra a necessidade de um exame mais profundo de algumas questões, como maior aprofundamento do estudo sobre autogestão, entre outras. Em outras palavras, é evidente que esta reflexão não constitui uma apresentação conclusiva sobre a Ecosol, mas tem a pretensão de refletir apenas sobre alguns questionamentos ora presentes sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRUDA, Marcos e BOOF, Leonardo. **Globalização, desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília/ DF, 2005. pp. 31- 40.

\_\_\_\_\_. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. (Org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 199- 224.

\_\_\_\_\_. Socioeconomia solidária. In: CATANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. pp. 232-241.

\_\_\_\_\_. Trabalho emancipado. In: CATANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. pp. 260-268.

\_\_\_\_\_. Cooperação. In: CATANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. pp. 49-54.

\_\_\_\_\_. **Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.pacs.org.br>. Acesso em julho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Globalização e sociedade civil** repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Proposta, n. 74, pp. 6 – 17, 1997. Disponível em: [www.alternex.com.br/~pacs/index.html](http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html)

**ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005 e 2007**. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)- Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília, 2006 e 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/>

BACELAR, Tânia. Economia Solidária. In: **Conferência Nacional de Economia Solidária I**, Brasília, Anais. 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair Carvalho. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e resignação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra. O movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, P., FRIGOTTO, G. (Orgs.) **A cidade negada:**

**Políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, Buenos Aires: CLACSO, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, Ed.. Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. Emancipação Social. In: CATANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. PP. 130-134.

CHAVES, Daniela Freitas; PINTO, Eileia Maria de Jesus. **Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento regional.** T & C Amazônia, Ano V, Número 10, fevereiro de 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, I. Anais. Brasília: Senaes, MTE, 2006.

CORAGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. (Org.) **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 91- 142.

CORAGGIO, José L. **Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado.** Proposta, n. 72, p. 30-38. 1997. Disponível em: <http://www.fronesis.org>

DAL, RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Trabalho Associado:** cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** 5ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

DEFOURNY, Jacques. Entrevista Concedida a Noelle Lechat pelo diretor do Centre d'Etudes Sociales. Liège, 15 de junho de 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia, Análise e Dados.** Salvador, v.12, n1, pp. 9-19, junho de 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Guiné-Bissau.** Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRIGOTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz: Editores, 2003. pp. 135-142.

\_\_\_\_\_. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. (Org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.167 – 198.

\_\_\_\_\_. **A economia Solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas**. Cadernos do Cedope, São Leopoldo: Unisinos, n.15, 1999.

\_\_\_\_\_. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. pp.101-125

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação** 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009. .

\_\_\_\_\_.GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_.GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo, Cortez, 2005.

GONÇALVES, R. B. M. **Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

GONSALVES, Elisa Pereira. Educação popular: entre o moderno e a pós-modernidade. IN: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Educação Popular Hoje**. RJ. Loyola, 1998.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. (Org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.15–137.

LIMA, Jacob Carlos. (Org.) **Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Cenários sobre o presente do trabalho. In: **Revista de Estudos do Trabalho – RET** -. Ano II, n.3, 2008. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

\_\_\_\_\_. Trabalho, Autogestão e Mercado. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n.46 pp. 97-110, jan/abr. 2006a.

\_\_\_\_\_. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.11, n.21 pp. 59-71, 2006b.

\_\_\_\_\_. O Trabalho Autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.56 Outubro, 2004. pp. 44-62.

\_\_\_\_\_. Novos espaços produtivos e novas-velhas formas de organização do trabalho; as experiências com cooperativas de trabalho no Nordeste brasileiro. In: **Revista crítica de Ciências Sociais**, 73, Dezembro, 2005. pp. 91-110.

LISBOA, A. M. A Emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (Org.). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. pp. 55-89.

MACDONALD, J. B. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, C. N. B. MCDONALD, J. B. e MELO NETO, J. F.(orgs.) **Economia Solidária e Autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Edufal. 2005. pp. 41-60.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a elaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. Trabalho Emancipado, Empresas Recuperadas pelos trabalhadores e experiências dos metalúrgicos gaúchos. **Dissertação** (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARTIN, Claude. Os limites da proteção da família: introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado. In **A Sociedade - Providência, Revista Crítica das Ciências Sociais**, nº 42, Coimbra, CES, Maio de 1995, pp.53-76.

MARX, Karl. **Economia**/Paul Israel Singer, org; trad. de E. Melagodi [etal.]. Publicação São Paulo : Atica, 1982.

MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In: CANDEIAS, C. N. B.; MCDONALD, J. Bendran e MELO NETO, José Francisco de. (orgs.) **Economia Solidária e Autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Edufal. 2005, pp.9-59

\_\_\_\_\_. **Educação Popular: Enunciados teóricos**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2004.

MELO NETO, José Francisco de. LIMA Lenivaldo Marques da Silva. (orgs) **Usina Catende: para além dos vapores do diabo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHAES, Sandra. (Orgs.). **Bairros Pobres – Ricas Soluções**: Banco palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5ª Ed. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. PETRÓPOLIS, RJ; VOZES, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F. COSTA, B. (Org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.15-37.

OLIVEIRA, R. A. Educação Popular na Economia Solidária: uma ponte para a construção do novo. In: CANDEIAS, C. N. B.; MCDONALD, J. B. MELO NETO, J. F. (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal. 2005. pp. 87- 104.

OLIVERI, Adele. Empoderamento para a participação através do trabalho. In: CANDEIAS, C. N. B. MCDONALD, J. B. MELO NETO, J. F.(orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal. 2005. pp. 75-86.

PEDRINI, Dalila Maria. Tecendo a autogestão entre fios, laços e nós. In: DAL, RI, Neusa Maria (Org.) **Economia Solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte e Ciência, 1999. pp. 151 – 176.

RAZETO, L. O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade. **Revista Proposta**, nº 75, dez/fev. de 1997-1998.

Relatório da Oficina Nacional com Interlocutores(as) Estaduais do Programa Nacional de fomento às Feiras de Ecosol em 30 de junho a 02 de julho de 2006. Disponível no site <http://mte.gov.br/>. Brasília - DF, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org) **Pesquisa-Ação**: princípio e métodos. João Pessoa: Ed.UFPB, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza, **A reinvenção solidária e participativa do Estado. Seminário Internacional: sociedade e a reforma do Estado**, março 1998.

SANTOS, B. de S.(Org). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista**. Porto: Afrontamento, 2003.

SCHNEIDER, J. O. O contexto social no qual surge o cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e autonomia cooperativa**. 2. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. pp. 33-35.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias Inéditas da Educação Popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. São Paulo, 2001.

SILVA. Nelsânia Batista da. Educação Popular e subjetividade na feira agro ecológica. **Dissertação** (Mestrado em Educação). – UNIVERSIDADE Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVA. JÚNIOR, Jeová Torres. Gestão, fato associativo e Ecosol: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas. 2005. 98f. **Dissertação** (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativa. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MELO NETO, José Francisco de. Lenivaldo Marques da Silva Lima. (orgs). **Usina Catende: para além dos vapores do diabo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. pp. 9-12.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portela (Org.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. pp.13- 20.

\_\_\_\_\_. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F. COSTA, B. (Org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000a. PP.143-166.

\_\_\_\_\_. Prefácio: Um olhar diferente sobre a Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 5-9.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000b.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio: desafios e perspectivas. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Educação Popular Hoje**. SP: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. Democracia: Noção e Prática nos Movimentos Sociais Populares – uma comparação entre Brasil e México. **Tese de Doutorado em Sociologia**. Brasília: CEPPAC/UnB, 1996.

STRECK, Danilo Romeu (org.), **Educação básica e o básico na Educação**. Porto Alegre, Sulina: São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

TIRIBA, Lia Vargas. Práxis produtiva e princípio educativo. In: TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção**. Ijuí: editora Unijuí. 1999a.

\_\_\_\_\_. “Economia popular urbana: sua diversidade, actores y agentes”. In: **Economia Popular y crisis del trabajo asalariado**: de las estrategias de supervivencia a al producción de una nueva cultura del trabajo, 1999b, Cap. III.

VAINER, Carlos. Controle Político ou Utopia Experimental? In: **Unitrabalho Informa**, ano III, n 10, janeiro 2000. In: <http://www.unitrabalho.org.br>.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.) **Sindicalismo e corporativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo, Unitrabalho, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A

### Roteiro de entrevista com Empreendedores e Instituições de Apoio a Ecosol

**Sexo:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_

**Formação:** \_\_\_\_\_

**Empreendimento ou Instituição:** \_\_\_\_\_

1. Você poderia dizer, o que deu origem/como surgiu as Feiras de Economia Solidária na Paraíba?
2. Como as Feiras Estaduais de Economia Solidária são organizadas e/ou realizadas na Paraíba? Você participa dessas ações? Se sim. De que forma? Se não. Por quê?
3. Qual a razão que o (a) levou a participar da organização e/ou realização destas Feiras?
4. O que mais o (a) motiva a continuar participando destas ações/Feiras?
5. Em sua opinião, a feira de ecosol contribuiu com a formação social e política das pessoas dos empreendimentos? Caso sim Explique de que forma contribuiu?
6. Em sua opinião a feira contribuiu para o grupo entender melhor o que vem a ser economia solidária?
7. Diga em algumas palavras o que você entende por economia solidária?
8. Para você, a realização das Feiras contribui para dar visibilidade ao movimento da economia solidária no estado? Se sim. De que Forma? Se não. Por quê?
9. Você considera que os aspectos destas feiras são diferentes de outras que você conhece? Em que aspectos se diferenciam? E por quê?
10. Você identifica uma dimensão educativa nestas ações/feiras? Descreva.
11. Há alguma atividade de formação e/ou campanhas de sensibilização realizada durante as Feiras de Economia Solidária? Quais os temas tratados?
12. Em sua opinião qual a importância destas atividades educativas para a realização destas ações/feiras?
13. cite alguns aspectos positivos do evento:
14. Quais os desafios enfrentados na organização/realização destas ações/feiras?
15. Quais as parcerias mais significativas para realização das Feiras na Paraíba?
16. Como você percebe a criação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária em 2005 pelo Governo Federal?
17. Você foi influenciado por participar dessa experiência? Mudou alguma coisa na sua vida e da sua família a partir dela? (relacionamento, preocupações, renda, consumo, educação, participação política).
18. Gostaria de fazer mais algum comentário. Fique à vontade.

Obrigada pela participação!

## **ANEXOS**

## **Anexo A - Termo de Referência Feiras de Economia Solidária no Brasil**

### **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**Secretaria Nacional de Economia Solidária**  
**Departamento de Fomento à Economia Solidária**  
Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Sala 347  
Brasília – Distrito Federal – 70.059-900  
61-317-6882 – senaes@mte.gov.br

Brasília, 08 de fevereiro de 2006.

### **Termo de Referência - Feiras de Economia Solidária no Brasil**

#### **1 – Apresentação**

Apresentamos neste documento uma série de elementos que caracterizam as feiras de economia solidária que são realizadas no Brasil, como forma de estimular a construção de uma maior identidade entre estas iniciativas que comungam dos mesmos objetivos. Ele servirá como subsídio para todos que queriam organizar uma feira de economia solidária, independente da sua dimensão geográfica e econômica e de possuir apoio de alguma instituição pública.

Trata-se de uma importante ferramenta para ser utilizada por todos que enxerguem nela uma contribuição para as suas atividades e é resultado do acumulo das ações desenvolvidas no apoio a feiras de economia solidária pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelas organizações da sociedade civil.

O apoio à realização de Feiras de Economia Solidária faz parte das atividades previstas na Ação de Promoção do Consumo Responsável e Comércio Justo, Ético e Solidário que compõe o Programa Ecosol em Desenvolvimento – PPA 2004/2007, sob a responsabilidade da SENAES.

Esta ação tem por objetivo, dentre outros, promover e estimular o consumo de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária, tendo em vista a capacidade que possuem estes empreendimentos em gerar trabalho e renda e ao mesmo tempo distribuir de forma justa a riqueza que geram. Além disso, estes empreendimentos participam ativamente na construção de uma nova dinâmica para o desenvolvimento econômico e social do país.

As feiras configuram-se como importante estratégia de comercialização, espaço de venda direta e de negócios, contribuindo, por um lado, para ampliar os canais de comercialização dos produtos da Ecosol e, por outro, resgatando a relação personalizada entre produtores e consumidores.

Neste sentido, visa também estimular a fidelidade do consumo dos produtos e serviços de origem solidária e da produção familiar e agro-ecológica.

Outro elemento a ser destacado é que a construção de uma identidade entre as diversas feiras de economia solidária que se realizam no Brasil, fortalecerá os empreendimentos de economia solidária e suas organizações, que vem buscando se integrar por meio de redes e cadeias solidárias e encontram nas feiras um importante espaço de articulação para estes processos.

Dada à diversidade de organização da economia solidária no Brasil, dividimos os critérios do Termo de Referência em duas categorias:

- a. Elementos fundamentais – são aqueles que julgamos essenciais para a caracterização das feiras como sendo de Economia Solidária, diferenciando-as de feiras convencionais.
- b. Aspectos desejáveis – são elementos também importantes para a garantia de que as Feiras sejam realmente de Economia Solidária, mas que nem sempre são possíveis, por isso não são obrigatórios.

## **2 – Objetivo Geral**

Este documento tem por objetivo subsidiar a realização de feiras de Ecosol no Brasil, com vistas ao fortalecimento dessas iniciativas, dos empreendimentos de Ecosol e suas organizações, que encontrarão aqui elementos importantes que caracterizam a realização desse tipo de evento no país.

## **3 – Modalidades de Feiras**

As Feiras de Economia Solidária no Brasil realizam-se em três modalidades distintas:

### **3.1 – Feiras Estaduais de ES:**

As Feiras Estaduais de Ecosol são eventos organizados pelos Fóruns/Redes Estaduais de Ecosol e são marcadas por processos de mobilização local que organizam a participação dos EES, de forma que o conjunto do estado possa estar representado no evento.

Estes eventos disseminam os princípios preconizados pela Economia Solidária e estabelecem um processo de integração entre os empreendimentos do estado e destes com os empreendimentos de outros estados que participam da feira como visitantes.

Para tanto, nas feiras estaduais não são realizadas apenas atividades de comercialização, mas também seminários, encontros, feiras de trocas, oficinas, plenárias estaduais e intercâmbios.

É importante frisar que, para que o evento possa de fato ter um caráter estadual é necessário garantir a participação de representantes de todas as regiões do estado, permitindo assim a integração entre os diferentes atores da economia solidária e de suas diferentes realidades.

Neste mesmo sentido, a feira estadual deve abrir espaço para a participação de cadeias produtivas e redes de Ecosol, que representam processos mais avançados de organização coletiva.

### **3.2 – Feiras Regionais ou Territoriais:**

As Feiras Regionais ou Territoriais são aquelas que reúnem empreendimentos e organizações de economia solidária de uma mesma região de um determinado estado.

Estes eventos para além de promoverem e disseminarem os princípios e conceitos da Ecosol, assim como nas feiras estaduais, fortalecem o processo de articulação regional dos empreendimentos, trazendo para mais perto de todos os resultados alcançados com a organização coletiva do trabalho.

São organizadas pelas representações regionais dos fóruns estaduais de Ecosol, conhecidos por fóruns regionais. Onde estes não existem são os próprios empreendimentos e organizações de apoio que promovem sua realização, estando, em alguns municípios, organizados em fóruns municipais de economia solidária.

### **3.3 – Feiras Permanentes ou Itinerantes de ES:**

Em várias regiões do Brasil a realização de feiras livres, está relacionada diretamente com a cultura local, como o espaço onde a população rural e urbana se encontra na oferta e troca de bens e serviços.

Neste sentido a Ecosol se apresenta como uma forma organizativa, onde a Feira de Ecosol se torna permanente ou itinerante, mas frequente e regular. Esta se insere no calendário local como o espaço onde a população pode encontrar produtos e serviços de qualidade, agroecológicos e outros.

#### **4 – Características e objetivos das Feiras de Economia Solidária**

- a. As feiras de Economia Solidária, nas suas três dimensões, caracterizam-se como:
- b. Espaço de exposição e comercialização de produtos dos empreendimentos de economia solidária;
- c. Espaço para rodada de negócios entre os empreendimentos e os diversos compradores;
- d. Espaço de formação e informação aos participantes dos EES por meio de oficinas temáticas;
- e. Espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços em exposição;
- f. Espaço de publicização e divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos da economia solidária;
- g. Espaço de difusão conceitual e filosófico da Ecosol para o público em geral, participante das feiras;
- h. Espaço para a realização de atividades artísticas e culturais relacionadas à economia solidária;
- i. Espaço de fomento a organização de cadeias produtivas e redes de Ecosol e divulgação destas experiências;
- j. Ponto de encontro da economia solidária, lugar onde as pessoas podem se acomodar e são disponibilizadas publicações, revistas, livros para leitura no local ou aquisição.

#### **5 – Elementos fundamentais para a realização das Feiras de Economia Solidária**

##### **5.1 – Elementos fundamentais gerais:**

- a. Protagonismo e representação dos empreendimentos solidários.
  - ☐ Articulação para a participação dos empreendimentos de economia solidária no processo de construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
  - ☐ Participação exclusiva de empreendimentos de economia solidária nas barracas da feira;

##### **b. Impacto ambiental**

- ☐ Preocupação efetiva com os impactos ambientais consequentes da realização da feira;

##### **5.2 - Elementos fundamentais específicos às Feiras Estaduais e Regionais/Territoriais:**

- a. Protagonismo e representação dos empreendimentos solidários:
  - ☐ Previsão de estratégias (na alocação dos stands e na escolha dos empreendimentos) para que todos os segmentos de economia solidária existentes no estado ou na região (esta informação tem como ponto de partida os resultados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, concluído em 2005) estejam efetivamente representados;
- b. Impacto ambiental
  - ☐ Elaboração de plano de gestão ambiental que preveja tratamento adequado de resíduos sólidos e uso racional de recursos naturais nas feiras;

c. Eventos e atividades:

- ☐ Realização de uma experiência de trocas solidárias (oficina ou feira de trocas, com ou em uso de moeda social);
- ☐ Realização de atividades culturais durante a feira;
- ☐ Realização de seminários e/ou oficinas de formação junto aos EES e público participante;
- ☐ Realização de eventos, tais como seminários ou palestras, de divulgação da Ecosol voltados ao público visitante à feira;
- ☐ Incentivo à realização de rodadas de negócio (possibilitando a participação de empreendimentos de economia solidária de serviços ou sem produtos adequados para exposição em feiras, tais como empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão);
- ☐ Viabilização de estande para os produtos e material de divulgação das cadeias produtivas da Ecosol;

## **6 – Aspectos desejáveis**

### **6.1 – Aspectos desejáveis gerais:**

- a. Que todos os produtos comercializados nos estandes sejam efetivamente oriundos da Economia Solidária, evitando-se o consumo de multinacionais e produtos com componentes transgênicos;
- b. Que haja um impacto ambiental mínimo: não uso de descartáveis; coleta seletiva e destinação adequada, incluindo compostagem e reciclagem, dos resíduos sólidos; evitar desperdício de água e garantir tratamento adequado ao esgoto; garantir um uso racional de energia elétrica, procurando soluções naturais de aproveitamento de luz e circulação de ar na definição do espaço para realização da feira.

### **6.1 – Aspectos desejáveis às Feiras Estaduais e Regionais/Territoriais:**

- a. Que os eventos culturais sejam feitos por grupos e entidades envolvidos com o movimento de economia solidária;
- b. Que seja criado um canto de leitura e troca de experiências entre os empreendimentos participantes e o público da feira;
- c. Que haja participação e protagonismo efetivos dos empreendimentos de economia solidária no processo de construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
- d. Que o plano de trabalho contemple estratégias para que não sejam comercializados no interior do espaço da feira produtos oriundos de empresas e processos incompatíveis com os princípios e valores da Economia Solidária (por exemplo: produtos transgênicos; produtos de grandes corporações nacionais ou multinacionais; produtos de empresas que utilizem trabalho infantil ou escravo ou que estejam atuando de forma predatória ao meio ambiente e em comunidades locais);
- e. Que todos os segmentos de Ecosol existentes no estado ou região estejam efetivamente representados
- f. Que seja realizada uma rodada de negócios da Economia Solidária, que proporcione negócios entre empreendimentos além de envolver lojistas da região para que conheçam os produtos da Ecosol;
- g. Que haja ações de assessoria de imprensa para divulgar a realização da feira na mídia convencional e alternativa, visando a maior repercussão possível para o evento;

## **Anexo B - Programação da V Feira Estadual Paraibana de Economia Solidária**

V FEIRA PARAIBANA DE ECOSOL e IV Encontro Estadual de Ecosol  
De 23 a 26 de novembro de 2006 no Centro Turístico de Tambaú - PBTUR.

### **PROGRAMAÇÃO**

#### **Dia 23/11/06 (quinta-feira)**

07h00 Café da manhã  
09h00 Montagem e decoração dos stands  
11h00 Almoço  
12h00 Palestra de Abertura  
13h00 Análise de Conjuntura  
14h30 Oficinas:  
☐ Recuperação e autogestão de empresas  
☐ Campanha Nacional da Economia Solidária  
☐ Economia Solidária com Recorte de Gênero  
☐ Macramé  
☐ Reciclagem de papel  
17h00 Jantar  
18h00 Momento de Comercialização  
20h00 Cultura

#### **Dia 24/11/06 (sexta-feira)**

07h00 Café da manhã  
09h00 Manhã Livre  
11h00 Almoço  
12h00 Palestra: Economia Solidária e o Desenvolvimento Local  
14h30 Oficinas:  
☐ Desenvolvimento Local  
☐ Campanha Nacional da Economia Solidária  
☐ Macramé  
☐ Reciclagem de papel  
17h00 Jantar  
18h00 Abertura da Feira  
20h00 Cultura

#### **Dia 25/11/06 (sábado)**

07h00 Café da manhã  
09h00 Manhã Livre  
11h00 Almoço  
12h00 Palestra: Balanço e desafios do FEES/PB  
12h30 Grupos de Trabalho  
14h30 Oficinas:  
☐ Clube de trocas  
☐ Educação em Economia Solidária  
☐ Macramé  
☐ Reciclagem de papel  
17h00 Jantar  
18h00 Abertura da Feira  
20h00 Cultura

#### **Dia 26/11/06 (Domingo)**

07h00 Café da manhã  
09h00 Plenária Final  
11h00 Almoço  
15h00 Abertura da Feira  
15h00 Apresentações Culturais  
16h00 Desfile: Paraíba solidária  
20h00 Encerramento

**Anexo C - Cronograma Físico Financeiro da V Feira Estadual Paraibana de  
Economia Solidária**



Secretaria Nacional de Economia Solidária  
Diretoria de Fomento

Programa Estadual de Feirase Comercialização da Economia Solidária

**Beneficiária**

Instituto Cidades - Instituto de Cidadania para o Desenvolvimento  
Econômico e Social

**I - Descrição dos Itens**

- 01 -Tendas
- 02 – Stands
- 03 - Locação de banheiros químicos (ecológicos)
- 04 - Locação de bebedouros
- 05 - Locação de balanças
- 06 - Locação de balcão refrigerador
- 07 - Locação de computador com impressora
- 08 - Serviço de som, microfone, logística
- 09 - Faixas de divulgação
- 10 - Banner de divulgação
- 11 -Locação de mesas e cadeiras
- 12 - Organização da Estrutura Geral
- 13- Segurança
- 14 - Transporte
- 15- Alimentação
- 16- Rede Elétrica
- 17- Hospedagem
- 18 - Assessoria de imprensa para divulgação da feira
- 19 - Assessorias às oficinas e seminários
- 20 - Campanha

**Cronograma Físico-Financeiro/Demonstrativo de Usos e Fontes - Instruções para preenchimento**

**Beneficiária**

- Informar a razão social completa da beneficiária, acrescida da sigla, se for o caso;
  - Deverá figurar como beneficiária a Instituição com poderes para firmar o instrumento contratual e que disponha de personalidade jurídica própria.
- A beneficiária deverá ser a mesma identificada na  
"Folha de Rosto" que capeia os Termos de Referência.

## II. Cronograma/Demonstrativo

| ITENS                                                                                                                                        | TOTAL     |       |         | MÊS 01      |      |                                                                                           | MÊS 02 |      |      | MÊS 03   |         |         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------|---------|-------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------|------|------|----------|---------|---------|
|                                                                                                                                              | MTE       | BEN   | OUT     | MTE         | BEN  | OUT                                                                                       | MTE    | BEN  | OUT  | MTE      | BEN     | OUT     |
| 01 -                                                                                                                                         | 3600,00   | 0,00  | 5000,00 |             |      |                                                                                           |        |      |      | 3600,00  |         | 1500,00 |
| 02 -                                                                                                                                         | 4000,00   | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 4000,00  |         |         |
| 03 -                                                                                                                                         | 640,00    | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 640,00   |         |         |
| 04 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 05 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 06 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 07 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 08 -                                                                                                                                         | 720,00    | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 720,00   |         |         |
| 09 -                                                                                                                                         | 200,00    | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 200,00   |         |         |
| 10 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 12 -                                                                                                                                         | 860,00    | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 250,00   |         |         |
| 13 -                                                                                                                                         | 600,00    | 00,00 | 1200,00 |             |      |                                                                                           |        |      |      | 3651,00  | 1000,00 |         |
| 14 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 300,00  |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 15 -                                                                                                                                         | 2670,00   | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 2670,00  |         |         |
| 16 -                                                                                                                                         | 3269,00   | 0,00  | 4025,00 |             |      |                                                                                           |        |      |      | 3269,00  |         | 4025,00 |
| 17 -                                                                                                                                         | 0,00      | 00,00 | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          | 131,00  |         |
| 18 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 2960,00 |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         | 2960,00 |
| 19 -                                                                                                                                         | 3000,00   | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 500,00   |         |         |
| 20 -                                                                                                                                         | 0,00      | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| 21 -                                                                                                                                         | 1420,00   | 0,00  | 0,00    |             |      |                                                                                           |        |      |      | 1.500,00 |         |         |
| TOT                                                                                                                                          | 20979,00  | 0,00  | 1485,00 | 0,00        | 0,00 | 0,00                                                                                      | 0,00   | 0,00 | 0,00 | 16449,00 | 1131,00 | 8485,00 |
| TOTAL                                                                                                                                        | 34.464,00 |       |         |             |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| LEGENDA                                                                                                                                      |           |       |         | OBSERVAÇÕES |      |                                                                                           |        |      |      |          |         |         |
| MTE: Recursos do Ministério do Trabalho e Emprego<br>BEM: Recursos de beneficiária<br>OUT: Recursos de Outras Fontes<br>TOT: Recursos Totais |           |       |         |             |      | 1- Os meses são contados a partir do projeto<br>2- Instruções para preenchimento no verso |        |      |      |          |         |         |

### Cronograma/Demonstrativo

- Expressar os valores em moeda corrente nacional;
- Distribuir os valores mensalmente, de acordo com as necessidades apontadas na **Descrição dos itens** e com a fonte de recursos;
- As colunas de TOTAL deverão coincidir com o somatório dos desembolsos mensais de cada uma das fontes de recursos envolvidas.

UTILIZAR FORMULÁRIO SUPLEMENTAR SE FOR O CASO, PARA COMPLEMENTAR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS.

## Anexo D – Programação da oficina para interlocutores Estaduais

### OFICINA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA INTERLOCUTOR@S ESTADUAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO ÀS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2006

Local: Brasília/DF, de 30 de junho à 2 de julho de 2006

#### PROGRAMAÇÃO

##### Dia 30 de junho:

7h às 07h45min h – Café da Manhã

8h às 09h30minh - Boas vindas aos participantes - momento de integração e apresentação das expectativas;

09h30minh às 10h – dinâmica de grupo

10h às 12h - Análise de Conjuntura – SENAES/MTE

12h às 13h30minh – Intervalo para almoço

13h30minh às 16h - Apresentação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária; Termo de Referência das Feiras 2006 e atribuições d@sinterlocutor@s.

16h às 16h20minh – Intervalo – margozinho com rapadura

16h20minh às 18h30minh - Trabalhando com conceitos: Economia Solidária; Feiras Solidárias, Rodadas de Negócios, Trocas Solidárias e Cadeias Produtivas;

19h – Jantar e mostra de vídeos e material didático – campanha de divulgação da economia solidária

##### Dia 01 de julho:

7h às 07h45minh – Café da Manhã

8h às 10h – Apresentação de algumas experiências do Programa de Feiras de Economia Solidária de 2005 para debate;

10h às 10h30minh – dinâmica de grupo

10h30minh às 12h – Espaço para @s interlocutor@s relatarem – como se encontra o planejamento da Feira no seu Estado – Trabalho em grupo por Região;

12h às 13h30minh - Intervalo para almoço;

13h30minh às 16h - O Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária – PAFES 2006

16h às 16h20minh – Intervalo – margozinho com rapadura

16h20minh às 17h30minh - Continuação do PAFES

17h30minh – encerramento dos trabalhos do dia

Noite cultural – Festa julhina

##### Dia 02 de julho:

7h às 07h45minh – Café da Manhã

8h às 10h – Diálogo com a FBB – trâmites burocráticos com o IMS;

10h às 10h30minh – dinâmica de grupo

10h às 12h – Continuação – trâmites burocráticos

12h às 13h30minh – intervalo para almoço

13h30minh às 15h – Avaliação da oficina e encerramento.

15h às 15h30minh – intervalo – margozinho com rapadura

15h30minh às 16h – Saída para o Aeroporto

#### Imagens de momentos de realização da Oficina Nacional de capacitação dos(as) interlocutores(as)



## **Anexo E - Atribuições dos Interlocutores Estaduais**

### **ATRIBUIÇÕES D@S INTERLOCUTORES**

1. Articular com o Fórum/Rede Estadual de Ecsol a realização da feira estadual de economia solidária, buscando ter uma participação ativa no Fórum/Rede Estadual;
2. Apresentar à coordenação nacional o Plano de Trabalho da Feira Estadual e o cronograma físico financeiro (com o detalhamento), corretamente preenchido.
3. Contatar fornecedores, com o apoio do Fórum, e apresentar os 3 orçamentos juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura (para despesas abaixo de R\$ 8.000,00) ou conduzir processo de licitação, conforme orientação da coordenação nacional (para despesas com valores acima de R\$ 8.000,00), para todos os itens constantes no cronograma físico-financeiro.
4. Apresentar à coordenação nacional a programação da Feira Estadual (detalhamento das oficinas, seminários e outros eventos a serem realizados durante a feira ), parcerias locais firmadas, metodologia a ser utilizada para realização da feira (forma de organização).
5. Articular com atores/instituições, no âmbito do Estado (Universidades ou Centros de Estudos e Pesquisas), para aplicação do Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária – PAFES;
6. Sistematizar os dados colhidos nos formulários do PAFES.
7. Enviar relatório consolidado do PAFES, conforme orientações da coordenação nacional.
8. Solucionar problemas de ordem administrativos que surgirem antes, durante e depois da feira.
9. Providenciar o registro da realização da feira por meio de filmagens e fotos.
10. Articular/negociar junto ao Fórum/Rede Estadual e os parceiros locais a garantia de utilização da identidade visual do Programa em todo material que for produzido.
11. Encaminhar à coordenação nacional um kitcom todo material produzido e distribuído na feira.
12. Dar suporte à coordenação nacional, durante a realização da feira, enquanto interlocutor@s do IMS/Fundação L`hermitage e SENAES.
13. Elaborar e encaminhar ao IMS relatório da feira, as fotos e imagens.

## **Anexo F – Programação da Oficina de Avaliação das Feiras Estaduais em 2006**

### **PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO ÀS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

#### **PROGRAMAÇÃO**

#### **OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO ÀS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2006**

Local: Vila Champagnat – Brazlândia/DF, de 11 a 14 de fevereiro de 2007.

##### **Dia 11 de fevereiro:**

Chegada em Brasília/DF – acolhida e passeio cultural.

##### **Dia 12 de fevereiro:**

**07h00minh às 07h45minh** – Café da Manhã  
**08h00minh às 09h00minh** – Mística de Abertura da Oficina  
**09h00minh às 10h00minh** – Montagem dos Painéis dos Estados para apresentação das Feiras  
**10h00min às 10h30minh** – Intervalo com lanche  
**10h30min às 12h30minh** – Abertura Oficial  
**12h30minh às 14h00minh** – Intervalo para almoço  
**14h00minh às 15h00minh** – Balanço do Programa de Feiras  
**15h00minh às 16h00minh** – Debate  
**16h00minh às 16h30minh** – Intervalo com lanche  
**16h30minh às 18h30minh** – Continuidade do debate  
**19h00minh** – Jantar

##### **Dia 13 de fevereiro:**

**07h00minh às 07h45minh** – Café da Manhã  
**08h00minh às 09h00minh** – Dinâmica  
**09h00minh às 10h20minh** – Concepção de Feiras em Rede: avanços e perspectivas  
**10h20minh às 10h40minh** – intervalo com lanche  
**10h40minh às 12h30minh** – Debate  
**12h30minh às 14h00minh** - Intervalo para almoço  
**14h00minh às 16h00minh** – Trabalhos de Grupos  
**16h00minh às 16h30minh** – Intervalo com lanche  
**16h30minh às 18h30minh** – Continuidade dos Trabalhos de Grupos  
**19h00minh** – Jantar e noite solidária e cultural.  
 Traga sua criatividade e venha participar.

##### **Dia 14 de fevereiro:**

**07h00minh às 07h45minh** – Café da Manhã  
**08h00minh às 10h00minh** – Apresentações de Propostas para 2007;  
**10h00minh às 10h30minh** – Intervalo com lanche  
**10h30minh às 12h30minh** – Continuação – apresentação das propostas  
**12h30minh às 14h00minh** – Almoço de confraternização e dinâmica de encerramento

#### **TARDE LIVRE**

**Fotos da Oficina de Sistematização do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Ecosol 2006**  
**Avaliação das Feiras Estaduais a partir da Apresentação pelos (as) Interlocutores (as) Estaduais**



Feira de Ecosol Rio de Janeiro



Feira de Ecosol no Ceará



Feira Potiguar de Ecosol



Feira Paraibana de Ecosol



Feira de Ecosol em Brasília



Fira de Ecosol no Piauí



Feira de Ecosol em  
Alagoas



Feira de Ecosol em  
Pernambuco



Feira de Ecosol no Maranhão



Feira de ecosol em Minas Gerais



Feira de Ecosol no Tocantins



Feira de Ecosol no Espírito Santo



Feira de Ecosol no Acre



Roraima



Feira Congresso Caritas



Feira do MERCOSUL



Feira de Ecosol em Goiás



Feira de Ecosol na Amazônia



Feira de Ecosol em Sergipe



Feira de Ecosol em Rondônia



Momento da Oficina de Avaliação das Feiras de Ecosol com



Interlocutores Estaduais das Feiras de Ecosol 2006

## **Anexo G - Perfil dos EES que participaram da V Feira Paraibana de Ecosol**

Conforme mencionado anteriormente, a V Feira Estadual Paraibana foi realizada na cidade de João Pessoa, e contou com a participação de 100 empreendimentos oriundos de três regiões do Estado. Da região da Zona da Mata, participaram do evento 54 empreendimentos vindos dos municípios de Bananeiras, Cabedelo, Conde, Guarabira, Juripiranga, Jacaraú, Mamanguape, Mari, Pilões, Rio Tinto, Sapé, Santa Rita, além da Grande João Pessoa. Destes apenas nove não comercializaram..

Da região da Borborema estiveram presentes 15 empreendimentos vindos dos municípios de Alagoa Grande, Campina Grande, Esperança, Ingá, e Picuí. Todos participaram da comercialização dos produtos e das atividades de formação. Da região do Sertão estiveram presentes 28 empreendimentos vindos dos municípios de Patos, Souza, Santa Luzia, Catolé do Rocha, São Mamede, Cajazeiras, Maturéia, Jericó, Passagem, Araruna, Pombal e São José de Espinharas. Destes, 18 participaram do momento de comercialização e 8 apenas dos momentos de formação/educativos.

De Pernambuco, contamos com a participação de 5 empreendimentos, das cidades de Paulista, Nazaré da Mata, Jaboatão e da Grande Recife.

Estes Empreendimentos estão organizados na sua maioria em Associações, Cooperativas e Grupos Informais, e estão ligados ao Movimento da Ecosol no Estado, sobretudo através do Fórum Estadual de Ecosol. Comparando com a situação anterior, houve um avanço significativo quanto à participação do número de empreendedores. Em 2005 apenas 30 empreendimentos participaram da Feira Estadual, em 2006 contamos com a participação de 100 empreendedores.

Veja abaixo quadro detalhado dos EES que participaram da V Feira Estadual Paraibana.

### **Quadros de Empreendimentos que participaram da V Feira Estadual Paraibana**

**Quadro 2 - Empreendimentos da Região da Zona da Mata**

| <b>Quant.</b> | <b>Empreendimento</b>          | <b>Forma de organização</b> | <b>Cidade</b> | <b>UF</b> |
|---------------|--------------------------------|-----------------------------|---------------|-----------|
| 1             | Cooperbufer                    | Cooperativa                 | João Pessoa   | PB        |
| 2             | Artvida                        | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 3             | Arte Vida de Mandacarú         | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 4             | Arte Vida                      | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 5             | Arte Vida Feminina             | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 6             | Grupo Arte Padrão de Vida      | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 7             | Fazendo Arte                   | Associação                  | João Pessoa   | PB        |
| 8             | Grupo de Mulheres              | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 9             | Arte e Ação                    | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 10            | Grupo de Produção Arte Vida    | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 11            | SOME-Sociedade Mãos Estendidas | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 12            | Arte no Jardim                 | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 13            | Escola Viva Olho do Tempo      | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |
| 14            | Arte em Retalho                | Grupo Informal              | João Pessoa   | PB        |

|    |                                               |                 |             |    |
|----|-----------------------------------------------|-----------------|-------------|----|
| 15 | Dingos                                        | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 16 | Associação Diversas Artes                     | Associação      | João Pessoa | PB |
| 17 | Arte nas Mãos                                 | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 18 | Arte e Criação                                | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 19 | Arte Bairro                                   | Associação      | João Pessoa | PB |
| 20 | Grupo Sementes da Vida                        | Associação      | João Pessoa | PB |
| 21 | Criatividade Mil                              | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 22 | Glauss Artesanato                             | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 23 | Mulheres Produtoras da ACCP                   | Associação      | João Pessoa | PB |
| 24 | AASERVI - Ass. das Artesãs a Serviço da Vida  | Associação      | João Pessoa | PB |
| 25 | Gp. Padrão de Vida                            | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 26 | Fazendo arte e economia solidária             | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 27 | Fazendo Arte (Magda KellySoares)              | Cooperativa     | João Pessoa | PB |
| 28 | Empreender JP                                 | Grupo informal  | João Pessoa | PB |
| 29 | Ponto Cruz Ass. das Mulheres                  | Associação      | João Pessoa | PB |
| 30 | Fazendo Arte Geisel                           | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 31 | Arte Nossa                                    | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 32 | Arte vida Monsenhor Magno                     | Grupo Informal  | João Pessoa | PB |
| 33 | RECIDE/PB                                     | Grupo Informal  |             | PB |
| 34 | Coco da Barra                                 | Grupo Informal  | Rio Tinto   | PB |
| 35 | Arte Coco                                     | Grupo Informal  | Rio Tinto   | PB |
| 36 | Coopiranga                                    | Cooperativa     |             | PB |
| 37 | Gp. de Mulheres Produtoras do Heitel Santiago | Grupo Informal  | Santa Rita  | PB |
| 38 | Arte e Arte                                   | Grupo Informal  | Santa Rita  | PB |
| 39 | Flor Mulher                                   | Associação      | Santa Rita  | PB |
| 40 | JUC                                           | Grupo Informal  | Sapé        | PB |
| 41 | COOAP – Cooperativa dos Apicultores da PB     | Cooperativa     | Conde       | PB |
| 42 | Casa das Artes                                | Grupo Informal  | Mari        | PB |
| 43 | Reciclagem de Papel e Material de Limpeza     | Associação      | Mari        | PB |
| 44 | Renda nas Mãos                                | Grupo Informal  | Mari        | PB |
| 45 | MAC – Movimento de Jovens e Adolescentes      | Associação      | Guarabira   | PB |
| 46 | AD - DRS                                      | Associação      | Bananeiras  | PB |
| 47 | Apicultura e Beneficiamento de Castanha       | Associação      | Jacaraú     | PB |
| 48 | Plantando para Colher                         | Grupo de Jovens | Pilões      | PB |
| 49 | Trabalho Manuais                              | Grupo Informal  | Mamanguape  | PB |
| 50 | Artesanato de Quenga de Coco                  | Grupo Informal  | Rio Tinto   | PB |
| 51 | Projeto Cooperar                              | Grupo Informal  | Juripiranga | PB |
| 52 | Arte Vida Cabedelo                            | Grupo Informal  | Cabedelo    | PB |
| 53 | Projeto Apis                                  | Grupo Informal  | Bananeiras  | PB |
| 54 | Viva Maria                                    | Grupo Informal  | Cabedelo    | PB |

**Quadro 3- Empreendimentos da Região da Borborema**

| <b>Quant</b> | <b>Nome do Empreendimento</b>                    | <b>Forma de organização</b> | <b>Cidade</b> | <b>Estado</b> |
|--------------|--------------------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| 1            | CACEMA                                           | Cooperativa                 | C. Grande     | PB            |
| 2            | Espaço da Criação                                | Grupo Informal              | C. Grande     | PB            |
| 3            | Art. Nossa                                       | Grupo Informal              | C. Grande     | PB            |
| 4            | ROMANE/Coop. de Confecção e Artesanato           | Cooperativa                 | C. Grande     | PB            |
| 5            | CPVA/Coop. Prest. Serviço Confecção e Artesanato | Cooperativa                 | C. Grande     | PB            |
| 6            | Ass. Esperança Crocheteiras de Picuí             | Associação                  | Picuí         | PB            |
| 7            | Coopertange                                      | Cooperativa                 | Matinhas      | PB            |
| 8            | Ass. das Artesãs de Pontina                      | Associação                  | Ingá          | PB            |
| 9            | Boneca Esperança                                 | Associação                  | Esperança     | PB            |
| 10           | Ass. das Artesãs de Massabielle                  | Associação                  | Esperança     | PB            |
| 11           | Casa do Artesão                                  | Grupo Informal              | Esperança     | PB            |
| 12           | Quilombo Caiana dos Crioulos                     | Associação                  | Al. Grande    | PB            |
| 13           | Artesanato Mineral                               | Grupo Informal              | Picuí         | PB            |
| 14           | Artesanato Mineral                               | Grupo Informal              | Picuí         | PB            |
| 15           | Sisal                                            | Grupo Informal              | Esperança     | PB            |

**Quadro 4 - Empreendimento da Região do Sertão**

| <b>Quant.</b> | <b>Nome do Empreendimento</b>         | <b>Forma de Organização</b> | <b>Cidade</b>       | <b>Estado</b> |
|---------------|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------|
| 1             | Pastoral do Menor                     | Grupo Informal              | Patos               | PB            |
| 2             | Ass. da Fibra da Terra                | Associação                  | Souza               | PB            |
| 3             | Ass. das costureiras de Stª Luzia     | Associação                  | Santa Luzia         | PB            |
| 4             | Cooperativa Artesanal Mista           | Cooperativa                 | C. do Rocha         | PB            |
| 5             | Artesanato de Catolé do Rocha         | Individual                  | C. do Rocha         | PB            |
| 6             | Casa da Cultura                       | Associação                  | S. Mamede           | PB            |
| 7             | Ass. das Louceiras                    | Associação                  | Cajazeiras          | PB            |
| 8             | Ass. com. dos Morad. do BR. Capoeiras | Associação                  | Cajazeiras          | PB            |
| 9             | Ass. das Mulheres de Maturéia         | Associação                  | Maturéia            | PB            |
| 10            | Gp. de Mulheres Arte Vida             | Grupo Informal              | Jericó              | PB            |
| 11            | Arte Sertão                           | Associação                  | Passagem            | PB            |
| 12            | Ass. dos Artesões de Araruna          | Associação                  | Araruna             | PB            |
| 13            | ARAMÊ                                 | Associação                  | Araruna             | PB            |
| 14            | ASCASA                                | Associação                  | Santa Luzia         | PB            |
| 15            | ARCAMARP                              | Associação                  | Pombal              | PB            |
| 16            | ASCORIR                               | Associação                  | S. J. de espinharas | PB            |
| 17            | RECICLAMAR                            | Associação                  | Souza               | PB            |
| 18            | Artesanato                            | Grupo Informal              | S. Mamede           | PB            |

**Quadro 5 - Empreendimento do Estado de Pernambuco**

| Quant. | Nome do Empreendimento  | Forma de organização | Cidade         | Estado |
|--------|-------------------------|----------------------|----------------|--------|
| 1      | Rubi Confecção          | Grupo Informal       | Recife         | PE     |
| 2      | UNEES                   | Associação           | Recife         | PE     |
| 3      | Associação dos Artesões | Associação           | Paulista       | PE     |
| 4      | ASSOCEANASA             | Associação           | Nazaré da Mata | PE     |
| 5      | Grupo Brasil Novo       | Grupo Informal       | Jaboatão       | PE     |

**Quadro 6 - Empreendimentos que não Comercializaram**

| Quant. | Nome do Empreendimento                                 | Forma de organização | Cidade           | Estado |
|--------|--------------------------------------------------------|----------------------|------------------|--------|
| 1      | Associação Comunitária Rural de Pinhões                | Associação           | Pombal           | PB     |
| 2      | ASCAMARP - Ass. dos Catadores de Materiais Recicláveis | Associação           | Pombal           | PB     |
| 3      | ASCAMARE - Ass. dos Catadores de Material Reciclável   | Associação           | Cajazeiras       | PB     |
| 4      | FCD                                                    |                      | Guarabira        | PB     |
| 5.     | Associação dos Catadores de Material Reciclável        | Associação           | Souza            | PB     |
| 6      | RECICLAMAR                                             | Associação           | Souza            | PB     |
| 7      | ASCORRIR                                               | Associação           | S. J. Espinharas | PB     |
| 8      | ASCASA                                                 | Associação           | Stª Luzia        | PB     |
| 9      | ARAMÊ                                                  | Associação           | Araruna          | PB     |

Conforme nos mostra os quadros, a região que teve o maior número de participação em número de empreendimentos foi a Zona da Mata, com mais 50% do total dos empreendimentos que participaram do evento. A realização da V Feira em um município localizado nesta Região foi um dos fatores que contribuíram para essa predominância, uma vez que facilitou a mobilidade dos empreendimentos até o local de realização do evento. Em segundo e terceiro lugares, com um número de participantes bem abaixo do número registrado para a Região da Zona da Mata, estão a Região do Sertão com quase 20% e da Borborema com 15%. A baixa participação na feira de empreendimentos das regiões da Borborema, do Sertão e do Estado de Pernambuco, deve-se a falta de recursos suficientes que possibilite uma participação mais expressiva.

A grande presença de empreendimentos da Zona da Mata, fez com que os empreendimentos que atuam na área urbana tivessem uma participação bem mais expressiva em relação àqueles que atuam em áreas rurais, e outras (indígena, quilombola, agricultura familiar). Conforme podemos observar no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 3**

**FONTE:** PAFES: Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária

As maiorias dos empreendimentos que participaram desse evento estavam na fase inicial de operação, sendo, portanto caracterizados como grupos de organização ainda informal. Os grupos formais são constituídos por Associações e Cooperativas. Sendo que os grupos que se organizam em forma de Cooperativas são menos expressivos, principalmente os da zona rural, onde há uma predominância de Associações no universo dos empreendimentos solidários. Esta dificuldade do florescimento de uma cultura solidária cooperativa pode ser explicada pelo aumento de custos tanto na produção como na comercialização dos produtos.

Os grupos que já possuem uma personalidade jurídica são em sua maioria Associações Comunitárias formas típicas das organizações de agricultores. No entanto nas áreas rurais estas associações muitas vezes estão em situação de informalidade.

Nesse sentido percebemos que, o numero de empreendedores deste universo que possuem as condições legais para realizarem atividades econômicas é bem reduzido. No entanto, se considerarmos, as dificuldades enfrentadas no que diz respeito ao aumento de custos na produção e comercialização dos empreendimentos com estas condições legais, podemos entender que este seja um dos motivos que levam alguns empreendimentos a não avançarem neste aspecto. Por outro lado há a controvérsia de que as Associações comunitárias possuem compatibilidade jurídica para realizarem atividades econômicas.

Quanto ao número de membros, há uma variação expressiva entre os 74 empreendimentos que responderam a este questionamento. Veja nos gráficos abaixo uma demonstração da forma de organização dos empreendimentos e sua composição em relação ao número de membros que participaram da V Feira.

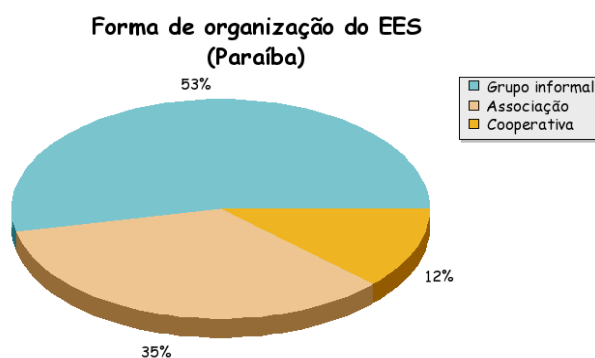
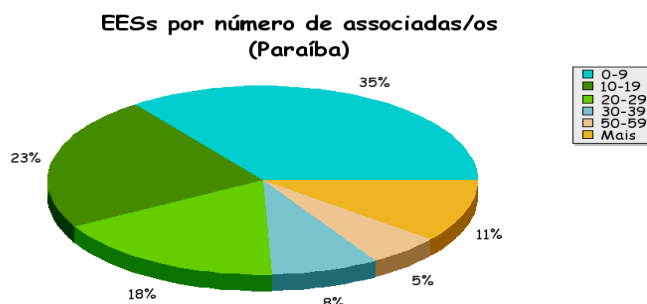
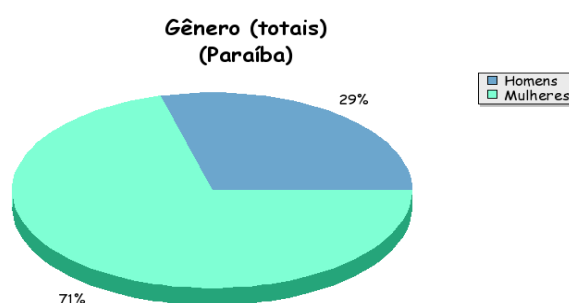


**GRÁFICO 4**

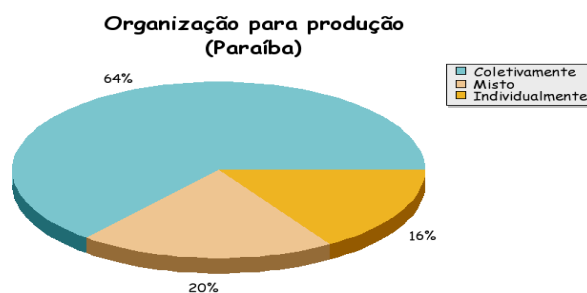
**FONTE:** PAFES: Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária

**GRÁFICO 5****FONTE:** PAFES: Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária

Quanto à distribuição da participação por gênero nos empreendimentos, os dados revelam que o número de mulheres é expressivamente superior à participação dos homens, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Como os dados das pesquisas consultados não continham informações detalhadas sobre a participação nos empreendimentos por gênero, devido à falta de informação obtida nos relatos dos sujeitos entrevistados, não é possível aqui elucidar o motivo de uma maior participação feminina. É importante colocar que, a observação desta participação diferenciada entre homens e mulheres pode ter sua motivação melhor elucidada a partir de uma pesquisa mais aprofundada sobre a questão.

**GRÁFICO 6****FONTE:** PAFES: Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária

Os dados dos relatórios consultados revelam também que, quanto à forma de organização para produção os empreendimentos se organizam de três formas: individual, mista e, sobretudo, coletivamente. Veja gráfico abaixo.

**GRÁFICO 7****FONTE:** PAFES: Programa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária